



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



EDITAL DE LICITAÇÃO

REPUBLICADO

**CONCORRÊNCIA Nº 90003-2026-CONC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº11050001/26**

CONTRATANTE (UASG): Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA - 980523

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO DE OBRA RELACIONADA À CONSTRUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (SEMOB) DO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: 998.576,99 (novecentos e noventa e oito mil quinhentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 09/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço/global.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

CONTATO: e-mail: cpl@salinopolis.pa.gov.br



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



Sumário

1. OBJETO.....	3
2. CREDENCIAMENTO.....	4
3. PARTICIPAÇÃO NO CONCORRÊNCIA.....	4
4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS.....	7
5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO	11
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	14
8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	20
9. HABILITAÇÃO.....	25
10. RECURSO	30
11. REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA.....	31
12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	31
13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	32
14. DA VIGENCIA DO CONTRATO E DO PRAZO CONTRATUAL.....	33
15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE	34
16. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	34
17. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES	34
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	37



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



CONCORRÊNCIA Nº 90003-2026-CONC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11050001/26

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS – PA**, neste ato se fazendo representar pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS – PMS**, por intermédio do **Agente de contratação Renan Monteiro dos Santos**, designado pela **Portaria nº 080/2025-GAB/PMS** e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **Concorrência**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO DE OBRA RELACIONADA À CONSTRUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS (SEMOB) DO MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em lotes.

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR MAXIMO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO DE OBRA RELACIONADA À CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA.	R\$ 614.647,98
02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO DE OBRA RELACIONADA À CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO.	R\$ 383.929,01

1.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



2. CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Concorrência.

2.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. PARTICIPAÇÃO NO CONCORRÊNCIA

3.1. Poderão participar deste Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.6.2. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.3 e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.3 e 3.6.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de no sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cpl@salinopolis.pa.gov.br, preferencialmente nos formatos Word (.doc ou .docx) e PDF (.pdf), tendo em vista que o texto da impugnação deverá ser disponibilizado no Portal Compras.gov

4.4. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após o prazo previsto no item 4.1, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no item 4.3 deste Edital.

4.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas no Portal Compras.gov

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço ou percentual de desconto com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.3. Como condição para participação no Concorrência, o licitante declarará em campo próprio do sistema eletrônico, que:

5.3.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente;

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício .

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital
- 5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. Os Licitantes deverão encaminhar **PROPOSTA** inicial com o valor **GLOBAL** na Moeda **Real**, **com duas casas decimais**, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br>, conforme Anexo V – Carta de Apresentação da Proposta, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor total do item/LOTE;

6.1.2. quantidade

6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na elaboração dos projetos e na execução da obra, apurados e demonstrados na Planilha de Custos e Formação de Preços, na Planilha de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), com o cronograma físico-financeiro e os Critérios de Pagamentos

6.2.1. A data base da proposta deverá ser conforme data base do orçamento referencial da SEMOB.

6.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

6.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.6.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

6.7. Na descrição complementar do objeto não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o licitante ou em relação aos quais o sistema apresente campo próprio para preenchimento, tais como: marca; fabricante do produto; dentre outros.

6.8. Para cada item, o licitante deverá cotar, no mínimo, 100% do seu quantitativo total.

6.9. Quando dois ou mais itens compuserem um grupo, torna-se obrigatória a cotação para todos os itens que o compõem.

6.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.12. **A proposta de preço ajustada deverá conter ainda:**

- a) A razão social e CNPJ da empresa licitante;
- b) Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;
- c) O valor total da proposta, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo de proposta constante no **ANEXO V**.
- d) A Planilha de Custos Referencial e Composição de Preços Unitários, conforme documentos que compõe este Edital e anexos, bem como, composições auxiliares e composições complementares;
- e) A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, conforme documentos que compõe este edital e seus anexos, sob pena de desclassificação;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- f) Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração neste Edital e seus Anexos, ajustado à proposta apresentada.
- g) Nos termos da legislação vigente, as Empresas Optantes do **Simplex Nacional** estão sujeitas à obrigação de fornecer a **Declaração de Faturamento referente aos últimos 12 (doze) meses**. Este procedimento tem por finalidade a análise dos encargos constantes das propostas de preços apresentadas pelas empresas optantes pelo Simplex Nacional. Na eventualidade de a empresa em questão não efetuar a apresentação supracitada, deverá fazê-lo no prazo improrrogável de 02 (duas) horas, a convocação e o encaminhamento dos documentos necessários serão feitos através do sistema Compras.gov. A ausência de envio dentro deste prazo resultará na recusa da proposta do licitante.
- 6.13. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária
- 6.14. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos sociais, encargos complementares, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, composições auxiliares/complementares e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na composição dos preços da proposta.
- 6.15. Os tributos de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983/2013 (TCU, Súmula 254).
- 6.16. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.17. As licitantes optantes pelo Simplex Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV, da Lei Complementar 123/2006.
- 6.18. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simplex Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE etc.).
- 6.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



6.20. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.21. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.22. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.23. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.23.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos

6.24. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O Agente de Contratação/Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que contenham vícios insanáveis, apresentarem preços inexequíveis ou identifiquem o Licitante.

7.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 7.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.**
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.**
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,3% (zero vírgula três por cento)**.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **10% (dez por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21.8. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.22.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.5.2. empresas brasileiras;

7.22.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



7.24.3. A negociação de que trata o item anterior deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado;

7.24.4. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro não aceitar a proposta ou inabilitar o Licitante, deverá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, para que seja obtido preço melhor;

7.24.5. Se depois de adotada a providência referida no item anterior não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogado o item ou revogada a licitação;

7.24.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, de composição de custos unitários constando obrigatoriamente os quantitativos de material, todos os elementos e informações necessárias ao julgamento objetivo da proposta e mão-de-obra observando-se os pisos salariais das categorias envolvidas, composição da curva "abc" dispondo sobre insumos e serviços, composição de encargos sociais contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, composição de BDI (bonificação e despesas indiretas) contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, e quando for o caso acompanhada, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.26. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 não pode, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- 8.1.2. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante
- 8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, aplicado.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



8.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.6.1. conter vícios insanáveis;
- 8.6.2. não obedecer às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 8.6.3. apresentar preço global superior ao preço do orçamento referencial da SEMOB;
- 8.6.4. apresentar preços inexequíveis
- 8.6.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. Preço global inferior a **75% (setenta e cinco por cento) ao preço do orçamento** referencial da SEMOB, que será considerado **inexequível**, conforme disposto no art. 33 da IN SEGES/ME nº 73, de 30/9/2022.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Pregoeiro, que comprove:

- 8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.10.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



8.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.13. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **1 (um) dia útil, com termo às 18:00h do dia seguinte**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no edital, antes de findo o prazo.

8.13.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



8.13.4. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.5. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.13.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.13.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital e seus anexos.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração em formato eletrônico.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do email cpl@salinopolis.pa.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 9.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, desde que atestem condição pré-existente à época da abertura do certame ou atualizem documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 1 (um) dia útil, com termino às 18:00h do dia seguinte, sob pena de inabilitação (Acórdãos TCU Plenário n.º 1211/2021, n.º 2.443/2021, n.º 966/2022 e n.º 988/2022).
- 9.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 9.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 9.14. A verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro.
- 9.14.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.16.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



9.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.23. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.24. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.25. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.26. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.27. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.28. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10. RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico compras.gov.br.

11. REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, situações em que serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado a Autoridade Superior competente que poderá

12.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação

12.2. Encerrada a licitação, a Comissão de Contratação divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) os atos de adjudicação do objeto e de homologação do certame.

12.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com restituição imediata após fiel execução do contrato, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Caberá à contratada manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando a conforme necessário.

13.2. A comprovação da garantia pelo adjudicatário deverá ser efetivada perante a PMS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da contratante, contados da assinatura do contrato.

13.3. A adjudicatária poderá optar por prestar a garantia por uma das seguintes modalidades:

13.3.1. **CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica de caução do PMS, com correção monetária.

13.3.2. **FIANÇA BANCÁRIA** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.3.3. **SEGURO GARANTIA**, no caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da PMS, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

13.4. A PMS restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a SEINF/GEA, nos termos da legislação vigente.

13.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, restando à administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



13.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

13.8. Quando se tratar de consórcio, a garantia poderá ser apresentada integralmente pela empresa líder do consórcio, ou por cada uma das empresas integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

13.9. A contratante reterá, a qualquer tempo, a garantia de execução da contratada, na forma prevista neste Edital e no Contrato. Do mesmo modo, a Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.10. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

13.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

13.12. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da PMS e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

13.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada. Assim, caso opte pela modalidade seguro garantia, é obrigatório que o adjudicatário contrate a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

14. DA VIGENCIA DO CONTRATO E DO PRAZO CONTRATUAL

14.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciada com a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogada essa vigência de acordo com o preceituado no art. 107, da Lei nº 14.133/2021 e desde que devidamente justificado.

14.2. O prazo de execução será de 8 (oito) meses, contados a partir do décimo dia útil subsequente à assinatura do contrato.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

15.1. As obrigações da contratada e da contratante são as especificadas no Termo de Referência e na minuta do Contrato que integram este Edital.

16. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. O Controle, fiscalização e a execução contratual estão especificadas no Termo de Referência e na minuta do Contrato que integram este Edital.

17. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.4.1. fraudar a licitação

17.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 17.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 17.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 17.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 17.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 17.1.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 17.2.1. advertência;
 - 17.2.2. multa;
 - 17.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 17.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
 - 17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal transparência pública do municipal no link <https://salinopolis.pa.gov.br> e também no Mural de licitações do TCM pelo link <https://www.tcm.pa.gov.br> e www.compras.gov.br

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO A – Planilha Orçamentaria

ANEXO B – Projetos

ANEXO C – Memorial descritivo

ANEXO III – Matriz de Risco

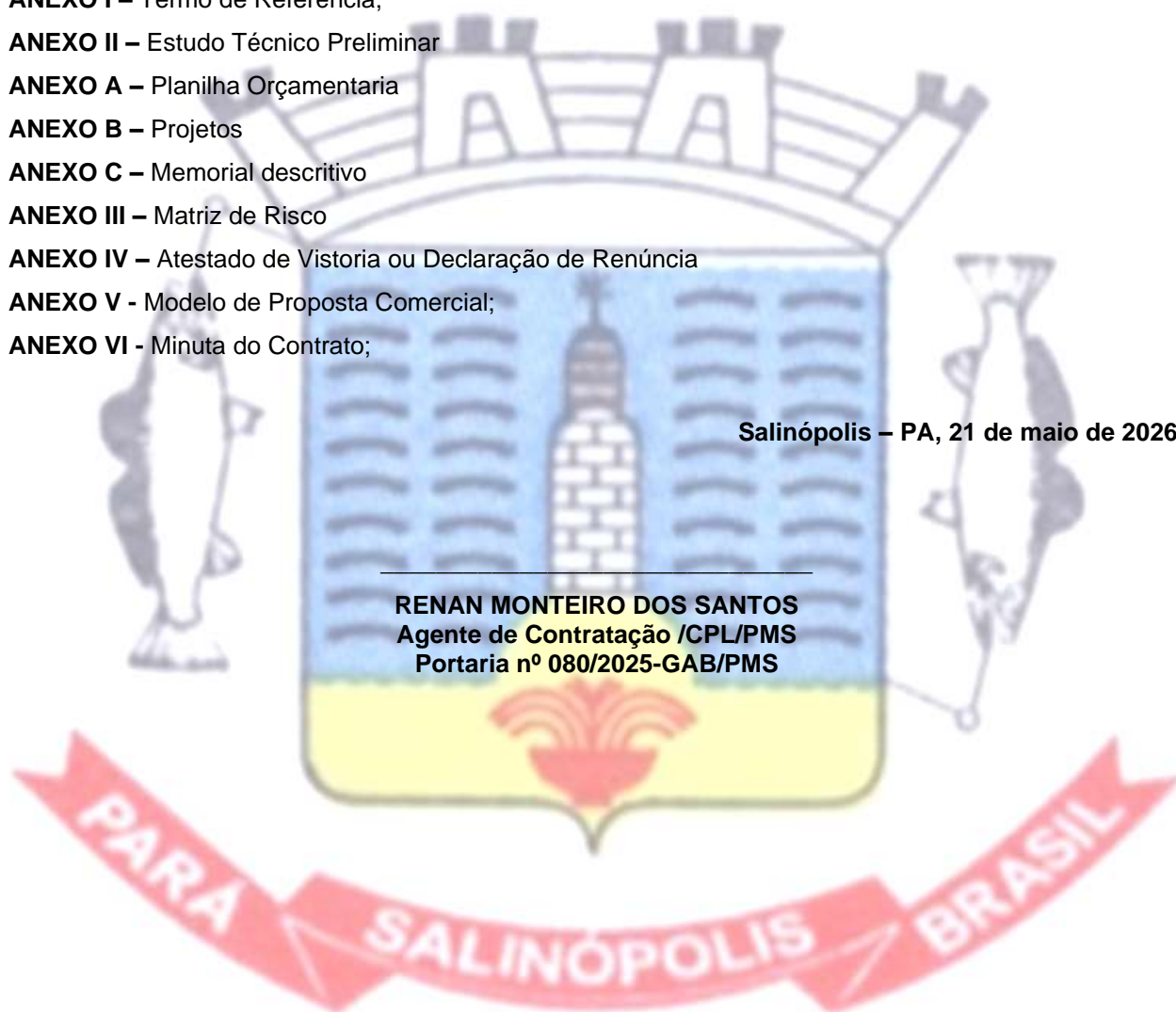
ANEXO IV – Atestado de Vistoria ou Declaração de Renúncia

ANEXO V - Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO VI - Minuta do Contrato;

Salinópolis – PA, 21 de maio de 2026.

RENAN MONTEIRO DOS SANTOS
Agente de Contratação /CPL/PMS
Portaria nº 080/2025-GAB/PMS





ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para a execução de obra de CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras (SEMOB) do Município de Salinópolis/PA, segundo as condições, especificações e quantitativos descritos neste Termo de Referência e em seus anexos.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente, por meio de especificações usuais praticadas pela SEMOB e se enquadram no estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contados da data de assinatura do contrato. Cabe à Contratada executar os serviços conforme cronograma físico-financeiro em anexo a este Termo de Referência.
- 1.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A contratação visa atender a duas demandas essenciais de infraestrutura ribeirinha no município de Salinópolis: a construção de um trapiche na Vila Santo Antônio do Urindeua e uma rampa em concreto armado na Vila Derrubadinho. O trapiche garantirá condições adequadas e seguras para o embarque e desembarque de pessoas, cargas e produtos pesqueiros, fortalecendo a mobilidade fluvial, a economia local e as atividades de pesca e turismo. Já a rampa do Derrubadinho é indispensável para o escoamento da produção e para o apoio às atividades ribeirinhas, assegurando acesso seguro mesmo em períodos de variação de maré. Ambas as obras são fundamentais para melhorar a acessibilidade, reduzir riscos operacionais, organizar o transporte fluvial e promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades atendidas.
- 2.2. A realização da licitação na modalidade Concorrência Eletrônica decorre da necessidade da Administração em contratar, com celeridade e eficiência, obra essencial ao bem-estar da população ribeirinha e dos demais usuários, cuja infraestrutura influencia diretamente na segurança, mobilidade e desenvolvimento socioeconômico da comunidade. Ademais, as características do objeto enquadram-se nos requisitos fundamentais para a utilização desse sistema, permitindo maior competitividade, transparência e economicidade ao processo de contratação.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. Compreende a seleção de empresa especializada com vistas à execução dos serviços de CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO, no município de Salinópolis/PA, conforme projetos, memoriais e planilhas anexas. O empreendimento tem por finalidade garantir infraestrutura adequada para o embarque e desembarque de pessoas, cargas e produtos pesqueiros, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da comunidade. Cada licitante deverá apresentar a Planilha de Custos Unitários, conforme apresentada a seguir:

3.2. Planilha resumo com as propostas referenciais em anexo.

3.3. A tabela anexa a este TR contém as informações essenciais para o lançamento dos itens no sítio do COMPRASNET.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 05149166000198-0-000001/2025
- II) Id do item no PCA: 100
- III) Classe/Grupo: OBRA
- IV) Identificador da Futura Contratação: 980523-100/2025

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

6.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos e condições a seguir:

6.1.1. Fica expressamente proibida a subcontratação integral do objeto deste contrato, especialmente quando este constituir o escopo principal da contratação.

6.1.2. A subcontratação fica restrita a um limite máximo de 30% (trinta por cento) do orçamento total.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



6.1.3. A subcontratação somente poderá ser realizada mediante autorização prévia da CONTRATANTE.

Garantia de Contratação

6.2. Para assinar o contrato, deverá a vencedora prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste, a preços iniciais, sob pena de decair o direito à contratação.

6.3. A caução inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5% (cinco por cento) do valor vigente do Contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos se houver). Todas as garantias contratuais deverão ser realizadas com prazo de vencimento de 1 (um) mês após a data prevista para o término contratual vigente.

6.4. A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou título da dívida pública;
- b) seguro garantia;
- c) carta de fiança bancária, conforme minuta constante do edital;

6.5. No caso de fiança bancária, esta deverá ser, a critério da licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, pelo prazo da duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da SEMOB, sob pena de rescisão contratual, ressalvados os casos em que a duração do contrato for inferior ao prazo acima estipulado, quando deverá a caução ser feita pelo prazo contratual. Durante o período em que o contrato se encontre oficialmente paralisado ou suspenso não poderá ser exigida a prorrogação das fianças bancárias.

6.6. No caso da opção pelo seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome da SEMOB, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do SEMOB, sob pena de rescisão contratual.

6.7. No caso de opção por Títulos da Dívida Pública, estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual está informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, e condições de resgate.

6.8. No caso de opção por caução em dinheiro, o interessado deverá procurar a SEFIN, para obter instruções de como efetuar-la.

6.9. A garantia prestada pela licitante vencedora lhe será restituída ou liberada 60 (sessenta) dias corridos após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).

6.10. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma da Lei nº 14.133/21. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



e comerciais de suas subcontratadas resultantes da execução do contrato, cabendo a ela a fiscalização do cumprimento destas obrigações.

Vistoria

6.11. As empresas interessadas, por meio de um representante vinculado formalmente à empresa/consórcio deverão procurar a Secretaria Municipal de Obras através do email: semob@salinopolis.pa.gov.br, para efetuar a visita técnica no local da obra, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

6.12. As visitas técnicas serão realizadas no dia indicado e serão acompanhadas pelo(s) Engenheiro(s) Residente(s), que certificará a visita, expedindo o necessário Atestado de Visita e Informações Técnicas. Esse atestado será Juntado à Documentação de Habilitação. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Obras.

6.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.14. O atestado poderá englobar em um único documento. A licitante não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato. A visita deverá ser agendada com o Engenheiro(s) Residente(s), na data referida no item anterior.

6.15. Caso a licitante não queira participar da visita coletiva no dia programado, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a PMS.

6.16. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias após a assinatura do contrato e entrega da emissão da ordem de serviço



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



Da prestação dos serviços

7.2. CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO, Município de Salinópolis/PA.

7.3. Prazo de execução dos serviços: 6 (seis) meses.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

7.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Referência de Preços: Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial, foram elaborados baseados em bancos de preços como SINAPI, SEDOP, SBC e SICRO3.

7.4.1. Especificação da garantia do serviço

7.5. A questão da responsabilidade de empreiteiros e construtores estava disciplinada no art. 1.245 do Código Civil de 1.916, sendo assimilada pelo Código Civil de 2002, no seu art. 618:

“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.”

Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.6. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

7.7. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

7.7.1. Provisoriamente, pelo(a) responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

7.7.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela SEMOB, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

8.5. A fiscalização dos serviços estabelecidos será efetuada por um engenheiro(a) civil designado(a) pela SEMOB, sendo a ele(a) incumbida a tarefa de verificar a efetividade do serviço executado.

8.6. Fiscalização Técnica

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

8.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8.13. Fiscalização Administrativa

8.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



8.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.16. Gestor do Contrato

8.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A SEMOB pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.2. Obedecido o cronograma apresentado pela SEMOB, será procedida à medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar a nota fiscal correspondente à medição na SEMOB, que será devidamente atestada e encaminhada para o setor responsável pelo pagamento.

9.3. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

9.4. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal até a data do efetivo pagamento. (O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega).

9.5. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela contratada, da Regularidade Fiscal, nos termos do Edital.

9.6. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei nº. 14.133/21.

9.7. Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto e de acordo com os critérios estabelecidos no Procedimento de Execução das Obras.

9.8. As medições constarão de Folhas-Resumo, contendo a relação de serviços, quantidades, unidades, parciais e totais.

9.9. No processo de medição ou na prestação de contas, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pela PMS.

Reajuste e atualização Financeira

9.10. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados pelos Índices utilizados pelo SEMOB, para o setor da Construção Civil, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, após decorrido



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



01(um) ano do mês base da proposta, que deverá ser o mesmo do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento do SEMOB.

9.10.1. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data-base da proposta, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 meses.

9.10.1.1. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{li - lo}{lo} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

lo = Índice de preço verificado no mês do orçamento do SEMOB

li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

9.10.1.2. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes

9.11. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista no subitem 11.3, deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme o disposto no Art. 1º, alínea F, da Lei n. 9.494, de 10/09/1997, com a redação dada pelo Art. 5º, da Lei 11.960, de 29/06/2009, após decorridos 30 dias da data da emissão do aceite na nota fiscal devendo ser observado o disposto neste Termo de Referência.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

10.2. O regime de execução do contrato será em por preço global.

Critério de aceitabilidade de preço



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.3. A proposta de preços, que compreende a descrição do serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

- a) Descrição do serviço, observadas as mesmas especificações constantes deste Edital, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha, conforme modelo de composição de custos unitários.
- b) O licitante não poderá cotar e colocar preços superiores globais aos estabelecidos no Edital, não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.
- c) A carga da PMS poderá ser exigida todas as composições de custos unitários.
- d) Prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura e o prazo de garantia.

10.4. A licitante vencedora deverá obrigatoriamente enviar além da planilha orçamentária devidamente preenchida com o valor de sua proposta, as composições de custo unitário dos serviços para cada item da planilha, planilha de BDI e de Encargos Sociais

10.5. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos

Habilitação jurídica

10.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

10.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-financeira

10.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

10.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

10.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.32. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

10.32.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

10.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em plena validade

10.34. Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dos Responsáveis Técnicos que atuarão na execução dos serviços, em plena validade;

10.35. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma do item anterior participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.36. Atestados de capacidade técnica:

10.36.1. Nos casos de serviços: Em atendimento ao disposto no §9º do Art. 8º e §2º do Art. 9º da Instrução Normativa nº 01/MT, de 04 de outubro de 2007, tem-se:

- a) Capacidade Operacional - A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, comprovadas por intermédio de atestados e/ou certidões de contratos emitidos por pessoas jurídicas de direitos público ou privado, em nome do responsável técnico da empresa, devidamente registrados no CREA, conforme critério a seguir:
 - a. Comprovação de que a licitante tenha executado, a qualquer tempo, obra de trapiche (estrutura fluvial/portuária, com fundações específicas e interação com maré, entre outros aspectos) de complexidade equivalente ou superior a 50% do objeto desta licitação.
 - b. Será admitido o somatório de atestados para comprovar cada item. Os atestados poderão ser apresentados da seguinte maneira:
 - i. Um atestado para cada item exigido ou
 - ii. Atestado que contenha um ou mais itens exigidos.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- c. Os itens relacionados acima item (a.) deverão ser comprovados através de certidões e/ou atestados fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA
- d. Entende-se por serviços de construção de trapiche as atividades destinadas à execução de estruturas fluviais ou portuárias voltadas ao embarque e desembarque de pessoas e cargas, contemplando fundações específicas, estruturas de sustentação, passarelas, rampas de acesso e plataformas de atracação. Esses serviços envolvem a cravação de estacas, montagem de vigas e tabuleiros, execução de pisos e guarda-corpos, bem como a instalação de dispositivos de ancoragem e proteção anticorrosiva. Incluem-se, ainda, as adequações necessárias para garantir estabilidade estrutural, segurança operacional e acessibilidade. O detalhamento completo dos serviços encontra-se descrito no Memorial Descritivo e nas Especificações Técnicas anexos a este Termo de Referência.
- e. Quando a certidão e /ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:
 - i. Declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
 - ii. Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;
 - iii. Contrato firmado entre contratado principal e Licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA/CAU.
- f. Nos atestados de obras/serviços/projetos executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos constantes neste Edital, os serviços executados pela licitante que estejam discriminados separadamente no atestado técnico, para cada participante do consórcio;
 - i. Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado, serão considerados os quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da licitante na composição inicial do consórcio.
 - ii. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada à certidão/atestado, cópia do instrumento de constituição do consórcio.
- g. A equipe técnica que participará da execução das obras ou serviços, constantes do projeto de engenharia, estará sujeita à aprovação da PMS, por ocasião da contratação e sempre que necessário.
- h. Declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos necessários para execução do Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco” pela PMS, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

- b) Capacidade Profissional - A licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar relação dos serviços executados por profissionais de nível superior vinculados permanentemente à empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, a seguir relacionados:

ITENS	SERVIÇO(S) REQUERIDO(S)
Único	Obras e Serviços de Engenharia (Construção/Reforma).

- a. O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(es) do CREA. Apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.
- b. Para determinação do vínculo profissional deverá ser apresentado:
- Cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o nome do profissional, ou;
 - Comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.
 - Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.
 - Anexar a(s) declaração(ões) individual(is), por escrito do(s) profissional(ais) apresentado(s) para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.
- c. A título de comprovação de experiência do técnico deverá ser apresentado atestado e/ou certidão. Ditos atestados e/ou certidões deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e descrição dos serviços executados. De acordo com os serviços relacionados e comprovados será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.
- O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- ii. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra, deverá ser juntada à documentação:
1. Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;
 2. Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;
 3. Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.
- d. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

11. ESTIMATIVA DE VALOR

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 998.576,99 (novecentos e noventa e oito mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos), conforme planilha orçamentaria anexa.

12. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

12.1. O cronograma de atividades apresentado pela PMS/SEMOB representa as quantidades de serviços a serem executados pela contratada é o elemento básico de controle da obra como também elemento de referência para medição e pagamento.

12.2. O PMS/SEMOB observará para que o Cronograma máximo por período esteja em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Salinópolis/PA

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SECRETARIA	PROJ/ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO
SECRETARIA DE OBRAS	15 4510065 1.020 Recuperação e Manutenção do Trapiche Municipal	15000000	44905100



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Caberá ao licitante vencedor:

- 14.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus Anexos.
- 14.1.2. Alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da licitante vencedora, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.
- 14.1.3. Alocar durante todo o período das obras ao menos 1 profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado obra de trapiche (estrutura fluvial ou portuária, com fundações específicas, interação com maré e elementos estruturais de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta licitação).
- 14.1.4. Emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas, de cunho gerencial, onde constarão todas as informações técnicas das obras.
- 14.1.5. Realizar todos os serviços relacionados com o objeto do Termo de Referência de acordo com as especificações estipuladas pelo Edital.
- 14.1.6. Seguir o cronograma físico das etapas de execução dos serviços determinadas pela Secretaria Municipal de Obras. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, à qual se compromete, desde já, submeter-se.
- 14.1.7. Fornecer e manter no canteiro de serviços tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.
- 14.1.8. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.
- 14.1.9. Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse da PMS em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.
- 14.1.10. Supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.
- 14.1.11. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando equipamento de proteção individual (EPI) apropriado.
- 14.1.12. Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização.
- 14.1.13. Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da PMS/SEMOB.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 14.1.14. Providenciar, junto ao CREA regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.
- 14.1.15. Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao PMS/SEMOB.
- 14.1.16. Entregar as áreas afetadas pelos serviços totalmente recuperadas e limpas, sendo efetuado o reparo de qualquer dano causado pela obra.
- 14.1.17. Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do PMS/SEMOB.
- 14.1.18. Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.
- 14.1.19. Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares do PMS/SEMOB, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a PMS/SEMOB, cabendo à licitante vencedora todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.
- 14.1.20. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, for vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.
- 14.1.21. Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato da classe, a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional a PMS/SEMOB.
- 14.1.22. Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.
- 14.1.23. A inadimplência da Licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao PMS/SEMOB, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a Licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a PMS/SEMOB.
- 14.1.24. Apresentar planejamento inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, viaturas e equipamentos), indicando os itens que serão comprados, alugados ou remanejados de outros canteiros, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.
- 14.1.25. Apresentar organograma com a distribuição dos cargos e funções na obra, acompanhado do Plano da Administração, no qual estejam definidas as atribuições e responsabilidades de todo pessoal, até o nível de encarregado ou mestre.
- 14.1.26. Desenvolver atividades em mais de um turno de serviços, seja durante os dias úteis, nos finais de semana ou nos feriados, sempre que se fizer necessário, com o propósito de manter, recuperar ou antecipar etapas do cronograma físico dos serviços, a fim de garantir o cumprimento do prazo total de execução estabelecido.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



14.1.27. Verificar e comparar os serviços projetados pela SEMOB. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita a PMS/SEMOB, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.

14.1.28. Verificar a compatibilização dos serviços, procedendo à análise detalhada dos mesmos, oportunidade em que poderá observar interferências entre eles. Quaisquer incompatibilidades deverão ser comunicadas a PMS/SEMOB, bem como sanadas de maneira a não comprometer o cronograma dos serviços.

14.1.29. Complementar todos os ajustes eventualmente necessários para a perfeita execução dos serviços.

14.1.30. Antecipar, sempre que possível, a execução das etapas estabelecidas no cronograma físico, visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços.

14.1.31. Conclusão total dos serviços designados dentro do prazo definido no cronograma, revertendo qualquer atraso decorrente de ajustes, intempéries ou outros imprevistos no transcorrer dos serviços.

14.1.32. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.

14.1.33. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela Licitante vencedora, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização.

14.1.34. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos.

14.1.35. Submeter à fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.

14.1.36. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da PMS/SEMOB.

14.1.37. Manter, durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.1.38. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



14.1.39. Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente a PMS/SEMOB ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

14.1.40. Prestar esclarecimentos a PMS/SEMOB sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Edital, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas;

15.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que o licitante vencedor possa cumprir o objeto desta licitação.

15.3. Fornece a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos;

15.4. Nomear Gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

15.5. A existência e a atuação da fiscalização do PMS/SEMOB em nada restringe a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

15.6. Efetuar o pagamento mensal nas condições pactuadas.

15.7. Avaliar a empresa contratada conforme AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS conforme normas do PMS/SEMOB.

15.8. Atestar a execução do contrato.

15.9. Cumprir as demais obrigações contidas no edital.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

17. SANÇÕES

17.1. Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, o PMS/SEMOB poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

17.1.1. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



17.1.1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial do PMS/SEMOB, nos seguintes casos:

- 17.1.1.1.1. quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- 17.1.1.1.2. quando a licitante ofertar preço visivelmente inexecutável na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- 17.1.1.1.3. quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- 17.1.1.1.4. quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;
- 17.1.1.1.5. quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.
- 17.1.1.1.6. Todas as hipóteses tratadas no subitem 15.1.1.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

17.1.1.2. Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos:

- 17.1.1.2.1. quando a licitante se recusar a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;
- 17.1.1.2.2. quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;
- 17.1.1.2.3. quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma, não justificado pela empresa contratada.
- 17.1.1.2.4. quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

17.1.2. **MULTA:** É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

17.1.2.1. Nos casos de atrasos:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 17.1.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;
- 17.1.2.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do PMS/SEMOB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- 17.1.2.1.3. 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 15.1.2.1.1 e 15.1.2.1.2;
- 17.1.2.2. Nos casos de recusa ou inexecução:
- 17.1.2.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo PMS/SEMOB ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;
- 17.1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.
- 17.1.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 156, da Lei nº 14.133/21 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133/21, observada a seguinte ordem:
- 17.1.3.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- 17.1.3.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- 17.1.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
- 17.1.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo PMS/SEMOB ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 17.1.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:
- 17.1.5.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e
- 17.1.5.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- 17.1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



17.1.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse do PMS/SEMOB em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 15.1.1.2.3 e 15.1.2.1.

17.1.8. **SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

17.1.8.1. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

17.1.8.1.1. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

17.1.8.2. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

17.1.8.3. Por até 5 (cinco) anos, quando a Contratada:

17.1.8.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

17.1.8.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

17.1.8.3.3. Receber qualquer das multas previstas no subitem 15.1.2 e não efetuar o pagamento.

17.1.8.3.4. Comportar-se de modo inidôneo.

17.1.9. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

17.1.9.1. O Setor responsável pelas licitações da PMS/SEMOB, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

17.1.9.2. O Ordenador de Despesas do Órgão, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

17.1.10. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial da União e registrada no SICAF.

17.1.11. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pela PMS/SEMOB, à vista dos motivos informados na instrução processual.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



17.1.11.1. Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

17.2. Disposições gerais

17.2.1. As sanções previstas nos incisos 15.1.8 e 15.1.11 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

17.2.1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.2.1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.2.1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.3. Do direito de defesa

17.3.1. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

17.3.2. O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

17.3.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

17.3.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, devendo constar:

17.3.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

17.3.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

17.3.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

17.3.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

17.3.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar.

17.4. Do assentamento em registros



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



17.4.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial da União as sanções aplicadas com fundamento nos itens 16.1.1 e 16.1.2, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema.

17.4.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

17.5. Da sujeição a perdas e danos

17.5.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a PMS/SEMOB pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

18. ANEXOS

18.1. Anexo I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR – ETP

19. ASSINATURA

19.1. Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à seleção de empresa especializada com vistas à execução dos serviços referentes à CONSTRUÇÃO DE TRAPICHE NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Salinópolis, para constar como anexo ao edital. O Termo de Referência está adequado ao que dispõe o Inciso I e o §2º do Art. 9º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, bem como ao que dispõe o Art. 4º CAPUT da Instrução Normativa nº 01/MT, de 04 de outubro de 2007.

Salinópolis/PA, 08 de maio de 2026.

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209 Assinado de forma digital por WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
ENGENHEIRO CIVIL – CREA/PA: 15172642-7
DECRETO Nº 008/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR – ETP

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Objeto:

Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar, a futura Contratação de serviços de Engenharia para a execução: **CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO** localizado no município de Salinópolis/PA.

1.2. Categoria do objeto:

Obras de engenharia.

2. NECESSIDADES

2.1. Descrição da Necessidade

A Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA promoverá processo licitatório visando:

- a) A construção de um trapiche na Comunidade Santo Antônio do Urindeua, infraestrutura fundamental para o embarque e desembarque de pessoas, cargas e produtos de pesca, ampliando a segurança, a acessibilidade e o desenvolvimento econômico local. Diante disso, a execução da obra tem por objetivo atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras, assegurando melhores condições de mobilidade, acessibilidade e segurança à população local e aos visitantes.
- b) A execução de uma rampa de acesso em concreto armado na Comunidade Derrubadinho, estrutura indispensável para o escoamento da produção local, apoio às atividades ribeirinhas e melhoria da mobilidade da população, especialmente em períodos de maré variável.

2.2. Área Requisitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Secretaria: Secretaria Municipal de Obras

Responsável: Weslen Cristhian Aviz da Costa

2.3. Descrição dos Requisitos da Contratação

O licitante deve proporcionar a execução do objeto, com a finalidade de atender as especificações técnicas descritas no projeto básico, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste estudo técnico preliminar, assim como as estabelecidas no Memorial Descritivo desta obra.

Os prazos de execuções dos serviços devem estar em acordo com o cronograma de execuções descrito no projeto básico.

Os serviços a serem executados, constam nos projetos e planilha orçamentária referencial da construção do trapiche na Vila Santo Antônio do Urindeua e Vila Derrubadinho.

Executar e assegurar as necessidades pertinentes à cada serviço que porventura surjam no decorrer de suas execuções.

Entende-se, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor.

3. SOLUÇÃO

3.1. Levantamento de Mercado

Considerando a planilha orçamentária referencial apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados de todos os serviços, inclusos os insumos, mão de obra e demais, ou seja, todos os custos diretos e indiretos para a execução de cada serviço descrito nas planilhas de cada obra, os preços unitários referenciais são de bases de dados como: SINAPI, SEDOP, SBC e SICRO3.

As referências para os valores máximos aceitáveis serão baseadas na citada planilha referencial da obra (anexa).

Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Os serviços compreendem os descritos na planilha orçamentária da obra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Os quantitativos estimados para a contratação são resultantes do levantamento de necessidade de serviços, materiais e equipamentos, com detalhamentos constantes nos anexos deste instrumento para obra.

3.2. Estimativa de valor da Contratação R\$ 817.285,92 (Oitocentos e dezessete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Considerando a planilha orçamentária referencial apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados de todos os serviços, inclusos os insumos, mão de obra e demais, ou seja, todos os custos diretos e indiretos para a execução de cada serviço descrito nas planilhas de cada obra, os preços unitários referenciais são de bases de dados como: SINAPI, SEDOP, SBC e SICRO3. As referências para os valores máximos aceitáveis serão baseadas na citada planilha referencial da obra (anexa).

3.3. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Faz parte deste processo a construção de um trapiche na Vila Santo Antônio do Urindeua e uma rampa na Vila Derrubadinho, e, ao analisar o projeto executivo e a planilha orçamentária referencial, verifica-se o seguinte quanto à possibilidade de parcelamento do objeto:

1. Inviáveis tecnicamente dividir cada atividade, pois os serviços se correlacionam, ou seja, fazer um serviço é pressuposto para fazer o seguinte e assim sucessivamente, ao dividir teríamos várias empresas executando tarefas que estariam correlacionadas, o desempenho ruim de uma empresa afetaria as demais, sendo que as obras não são complexas, isso poderia implicar em uma complicada e desnecessária demanda para a fiscalização do contrato, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre as diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em lotes independentes;

2. Economicamente inviável, não há nenhum serviço especializado e que represente um percentual significativo no valor total de cada empreendimento para justificar sua separação;

Recomenda-se que a licitação para a contratação de que trata o objeto deste, por meio de preço global por item, nos moldes em que se encontra, permitirá à Administração uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade.

A possível contratação em um item possibilitará maior adesão e competitividade ao certame pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

mercado, em razão do serviço do projeto contemplado, ampliando o interesse do mercado, evitando-se assim a necessidade de iniciar nova licitação para o atendimento da demanda em questão.

O item:

Item 1 - CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO.

3. Contratação Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que os objetivos destas contratações sejam atingidos. Assim destaca-se ainda que, os serviços a serem executados para atender aos objetos não geram vínculos empregatícios entre os empregados da(s) Contratada(s) e a Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, nos termos do artigo 3º da consolidação das leis trabalhistas (CLT).

4. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Destaca-se que a presente contratação está prevista no cronograma de Licitações e foi incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 da Prefeitura Municipal de Salinópolis.

4. PLANEJAMENTO

4.1. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os serviços indicados neste estudo têm por objetivo as análises, levantamentos de requisitos e fiscalizações das obras, para posterior contratação de empresa que executará o serviço de **CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO**, localizado no município de Salinópolis/PA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

No que tange os recursos humanos, a prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2. Providencias a serem adotadas

A Administração poderá tomar as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão dos contratos;
- Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto de cada contratação;
- Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA;
- Definição dos planos de trabalhos com vistas às boas execuções do contrato;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias nos objetos a serem contratados.

4.3. Possível impacto Ambiental

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

5. VIABILIDADE

5.1. Declaração de Viabilidade

Considerando a evidente necessidade de contratação de empresa(s) que executará(ão) o serviço de **CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO** localizado no município de Salinópolis/PA, e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas do presente objeto, **CONCLUI-SE PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA.**

6. ANEXOS

6.1. Integram este Estudo Tecnico Preliminar, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO IA – Planilha orçamentaria

ANEXO IB – Projetos Executivos

ANEXO IC – Memorial Descritivo

Salinópolis, 08 de maio de 2026.

WESLEN CRISTHIAN AVIZ Assinado de forma digital por
DA COSTA:02186933209 WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA
COSTA:02186933209

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
DECRETO nº 008/2025-GAB/PMS

Obra

CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO.

Bancos

SINAPI - 01/2026 - Pará
SBC - 03/2026 - Pará
SICRO3 - 10/2025 - Pará
SEOP - 03/2026 - Pará

Encargos Sociais

Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

RESUMO		
Item	Descrição	Total
1	INSTALAÇÃO DO CANTEIRO	R\$ 152.464,05
2	ESTRUTURA	R\$ 724.332,12
3	VEDAÇÕES/ESQUADRIAS	R\$ 108.051,95
4	ATERRO CABEÇA DO TRAPICHE	R\$ 11.458,12
5	SERVIÇOS FINAIS	R\$ 2.270,75
TOTAL		R\$ 998.576,99

WESLEN CRISTHIAN
AVIZ DA
COSTA:02186933209

Assinado de forma digital
por WESLEN CRISTHIAN
AVIZ DA
COSTA:02186933209

Salinópolis/PA, 19 de março de 2026

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-PA: 151726842-7
DECRETO Nº 008/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

Obra

CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO.

Bancos
SINAPI - 01/2026 - Pará
SBC - 03/2026 - Pará
SICRO3 - 10/2025 - Pará
SEOP - 03/2026 - Pará

B.D.I.

Encargos Sociais

22,47%

Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Orçamento Sintético - Vila Santo Antonio do Urindeua									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			INSTALAÇÃO DO CANTEIRO		1	22.568,11	27.639,13	76.868,68	0,13
1.1	12689	SBC	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE CANTEIRO	UN	2	9.835,64	12.045,70	24.091,40	3,92 %
1.2	011171	SEOP	LICENÇAS E TAXAS DA OBRA (ATÉ 500M2)	cj	1	7.519,58	9.209,22	9.209,22	1,50 %
1.3	010004	SEOP	PLACA DA OBRA EM CHAPA GALVANIZADA	m²	6	738,89	904,91	5.429,46	0,88 %
1.4	010005	SEOP	BARRACÃO DE MADEIRA/ALMOXARIFADO	m²	30	600,98	736,02	22.080,60	3,59 %
1.5	010009	SEOP	LOCAÇÃO DA OBRA A TRENA	m²	200	7,58	9,28	1.856,00	0,30 %
1.6	011330	SEOP	FURO DE SONDAGEM - MAIS DE 15M	un	3	3.865,44	4.734,00	14.202,00	2,31 %
2			ESTRUTURA		1		4.064,19	452.372,79	0,74
2.1			INFRAESTRUTURA - ESTAQUEAMENTO		1	329,15	403,10	163.066,80	0,27
2.1.1	41332	SEOP	ESTACA DE CONCRETO 20X20CM (INCL. CRAVAÇÃO)	M	528	248,51	304,35	160.696,80	26,14 %
2.1.2	41500	SEOP	ARRASAMENTO MANUAL DE ESTACA DE CONCRETO ARMADO	UN	24	80,64	98,75	2.370,00	0,39 %
2.2			INFRAESTRUTURA - BLOCO E CINTAMENTO		1	1.511,61	1.851,25	94.913,02	0,15
2.2.1	96532	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM. 2 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	146,48	216,79	265,50	38.890,44	6,33 %
2.2.2	20171	SBC	ESCORAMENTO MADEIRA ESCAVACAO CAIXA H=2/3,5m REAPR.5 VEZES	m²	23,44	288,84	353,74	8.291,66	1,35 %
2.2.3	92916	SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, AF_06/2022	KG	1569,48	15,70	19,22	30.165,40	4,91 %
2.2.4	92882	SINAPI	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	166,88	13,55	16,59	2.768,53	0,45 %
2.2.5	99439	SINAPI	CONCRETAGEM DE EDIFICAÇÕES (PAREDES E LAJES) FEITAS COM SISTEMA DE FÔRMAS MANUSEÁVEIS, COM CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK 25 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2024	m³	12,37	976,73	1.196,20	14.796,99	2,41 %
2.3			SUPERESTRUTURA - PILAR/VIGA E LAJE		1	1.477,80	1.809,84	194.392,97	0,32
2.3.1	92269	SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM. AF_09/2020	m²	304,27	180,93	221,58	67.420,14	10,97 %
2.3.2	20171	SBC	ESCORAMENTO MADEIRA ESCAVACAO CAIXA H=2/3,5m REAPR.5 VEZES	m²	112,2	288,84	353,74	39.689,62	6,46 %
2.3.3	92882	SINAPI	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	3184,19	13,55	16,59	52.825,71	8,59 %
2.3.4	92915	SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	239,78	17,75	21,73	5.210,41	0,85 %
2.3.5	99439	SINAPI	CONCRETAGEM DE EDIFICAÇÕES (PAREDES E LAJES) FEITAS COM SISTEMA DE FÔRMAS MANUSEÁVEIS, COM CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK 25 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2024	m³	24,45	976,73	1.196,20	29.247,09	4,76 %
3			VEDAÇÕES/ESQUADRIAS		1	722,87	885,27	78.200,90	0,13
3.1	432,47	SEOP	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2"	m²	65,52	432,47	529,64	34.702,01	5,65 %
3.2	100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	m²	65,52	57,08	69,90	4.579,84	0,75 %
3.3	89307	SINAPI	ALVENARIA ESTRUTURAL DE BLOCOS CERÂMICOS 14X19X29, (ESPESSURA DE 14 CM), UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_03/2023	m²	90,52	115,55	141,51	12.809,48	2,08 %
3.4	110143	SEOP	CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3	m²	181,04	17,32	21,21	3.839,85	0,62 %
3.5	110763	SEOP	REBOCO COM ARGAMASSA 1:6:ADIT. PLAST.	m²	181,04	51,80	63,43	11.483,36	1,87 %
3.6	150253	SEOP	LÁTEX ACRÍLICA FOSCA INT./EXT. C/MASSA E SELADOR - 3 DEMÃOS	m²	181,04	48,65	59,58	10.786,36	1,75 %
4			ATERRO CABEÇA DO TRAPICHE		1	18,14	22,21	5.729,06	0,01
4.1	5501875	SICRO3	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 50 A 200 M - CAMINHO DE SERVIÇO EM LEITO NATURAL - COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³	m³	257,95	11,94	14,62	3.771,22	0,61 %
4.2	5502978	SICRO3	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL	m³	257,95	6,20	7,59	1.957,84	0,32 %
5			SERVIÇOS FINAIS		1	10,75	13,16	1.476,55	0,00
5.1	270220	SEOP	LIMPEZA FINAL E ENTREGA DA OBRA	m²	112,2	10,75	13,16	1.476,55	0,24 %
TOTAL GERAL								614.647,98	100,00 %

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-PA: 151726842-7
DECRETO Nº 008/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

Assinado de forma digital por WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209
Salinópolis/PA, 19 de março de 2026

OBRA: CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO. BDI: 22,47%

Memória de Cálculo - Vila Santo Antonio do Urindeua

ITEM 1 DESCRIÇÃO

1.1	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE CANTEIRO	
	Descrição	UND
	Mobilização e Desmobilização	2,00
	TOTAL	2,00

1.2	LICENÇAS E TAXAS DA OBRA (ATÉ 500M2)	
	Descrição	CJ
	Licenças e taxas da obra	1,00
	TOTAL	1,00

1.3	PLACA DA OBRA EM CHAPA GALVANIZADA			
	Descrição	Comp	Altura	Parcial
	Placa da obra	3,00 m	2,00 m	6,00 m²
	TOTAL			6,00 m²

1.4	BARRACÃO DE MADEIRA/ALMOXARIFADO			
	Descrição	Comp	Largura	Parcial
	Barracão de obra	6,00 m	5,00 m	30,00 m²
	TOTAL			30,00 m²

1.5	LOCAÇÃO DA OBRA A TRENA		
	Descrição	Area	Parcial
	Área da obra	200,00 m²	200,00 m²
	TOTAL		200,00 m²

1.6	FURO DE SONDAGEM - MAIS DE 15M	
	Descrição	UND
	Furo de sondagem	3,00
	TOTAL	3,00

2 ESTRUTURA

2.1 INFRAESTRUTURA - ESTAQUEAMENTO

2.1.1	ESTACA DE CONCRETO 20X20CM (INCL. CRAVAÇÃO)			
	Descrição	Comp	Quant	Parcial
	ESTACA DE CONCRETO (0,20 x 0,20) = E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18, E19, E20, E21, E22,	22,00 m	24,00	528,00 m
	TOTAL			528,00 m

2.1.2	ARRASAMENTO MANUAL DE ESTACA DE CONCRETO ARMADO	
	Descrição	UND
	Arrasamento	24,00
	TOTAL	24,00

2.2 INFRAESTRUTURA - BLOCO E CINTAMENTO

2.2.1 FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES.

	Descrição	Comp.	Largura	Altura	Quant	Parcial
	BLOCO DE CONCRETO (0,50 x 0,50 x 0,50) = B1, B3, B4, B6, B7, B9, B10, B12, B13, B15, B16, B18	0,50 m	0,50 m	0,50 m	12,00	17,52 m²
	BLOCO DE CONCRETO (1,0 x 0,50 x 0,50) = B2, B5, B8, B11, B14, B17	1,00 m	0,50 m	0,50 m	6,00	11,76 m²
	SUBTOTAL					29,28 m²

	Descrição	Comp.	Largura	Altura	Quant	Parcial
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C1, C2, C3, C4, C5, C6	7,40 m	0,20 m	0,40 m	6,00	44,40 m²
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C7, C10	18,20 m	0,20 m	0,40 m	2,00	36,40 m²
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C8, C9	18,20 m	0,20 m	0,40 m	2,00	36,40 m²
	SUBTOTAL					117,20 m²
	TOTAL					146,48 m²

2.2.2	ESCORAMENTO MADEIRA ESCAVACAO CAIXA H=2/3,5m REAPR.5 VEZES				
	Descrição	Comp.	Largura	Quant	Parcial
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C1,C2, C3, C4, C5, C6	7,40 m	0,20 m	6,00	8,88 m²
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C7, C10	18,20 m	0,20 m	2,00	7,28 m²

	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C8, C9	18,20 m	0,20 m	2,00	7,28 m²
TOTAL					23,44 m²

2.2.3	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, AF 06/2022					
	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. blocos	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	BLOCO DE CONCRETO 12,5MM (1/2) = B1, B3, B4, B6, B7, B9, B10, B12, B13, B15, B16, B18	1,35 m	10,00	12,00	1,00	162,00
	BLOCO DE CONCRETO 12,5MM (1/2) = B2, B5, B8, B11, B14, B17	1,91 m	10,00	6,00	1,00	114,60
SUBTOTAL						276,60

	Descrição	Comp. (L)	Q. barras	Q. vigas	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	VIGAS CINTAMENTO 12,5MM (1/2) = C1,C2, C3, C4, C5, C6	7,36 m	4,00	6,00	1,00	176,64
	VIGAS CINTAMENTO 12,5MM (1/2) = C1,C2, C3, C4, C5, C6	7,60 m	2,00	6,00	1,00	91,20
	VIGAS CINTAMENTO 12,5MM (1/2) = C7, C8, C9, C10	19,16 m	4,00	4,00	1,00	306,56
	VIGAS CINTAMENTO 12,5MM (1/2) = C7, C8, C9, C10	19,40 m	2,00	4,00	1,00	155,20
SUBTOTAL						729,60

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. blocos	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	ESTRIBO BLOCOS DE CONCRETO 12,5MM (1/2) = B1, B3, B4, B6, B7, B9, B10, B12, B13, B15, B16, B18	1,86 m	10,00	12,00	1,00	223,20
	ESTRIBO BLOCOS DE CONCRETO 12,5MM (1/2) = B2, B5, B8, B11, B14, B17	1,86 m	10,00	6,00	1,00	111,60
	ESTRIBO BLOCOS DE CONCRETO 12,5MM (1/2) = B2, B5, B8, B11, B14, B17	2,86 m	5,00	6,00	1,00	85,80
SUBTOTAL						420,60
TOTAL						1569,48

2.2.4	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF 06/2022					
	Descrição	Comp. (L)	Q. barras	Q. vigas	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	ESTRIBO VIGAS CINTAMENTO 5MM = C1,C2, C3, C4, C5, C6	1,30 m	49,00	6,00	0,15	57,33
	ESTRIBO VIGAS CINTAMENTO 5MM = C7, C8, C9, C10	1,30 m	121,00	4,00	0,15	94,38
TOTAL						166,88

2.2.5	CONCRETAGEM DE EDIFICAÇÕES (PAREDES E LAJES) FEITAS COM SISTEMA DE FORMAS MANUSEAVEIS, COM CONC					
	Descrição	Comp.	Largura	Altura	Quant	Parcial
	BLOCO DE CONCRETO (0,50 x 0,50 x 0,50) = B1, B3, B4, B6, B7, B9, B10, B12, B13, B15, B16, B18	0,50 m	0,50 m	0,50 m	12,00	1,50 m³
	BLOCO DE CONCRETO (1,0 x 0,50 x 0,50) = B2, B5, B8, B11, B14, B17	1,00 m	0,50 m	0,50 m	6,00	1,50 m³
SUBTOTAL						3,00 m³

	Descrição	Comp.	Largura	Altura	Quant	Parcial
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C1,C2, C3, C4, C5, C6	7,40 m	0,20 m	0,40 m	6,00	3,55 m³
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C7, C10	18,20 m	0,20 m	0,40 m	2,00	2,91 m³
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C8, C9	18,20 m	0,20 m	0,40 m	2,00	2,91 m³
SUBTOTAL						9,38 m³
TOTAL						12,38 m³

2.3	SUPERESTRUTURA - PILAR/VIGA E LAJE					
2.3.1	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM. AF_09/2020					
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	PILARES TERREO (0,20 x 0,20) = P1, P2, P5, P6, P9, P10, P13, P14, P17, P18, P19, P20, P21, P22, P23, P24	0,20 m	0,20 m	3,70 m	16,00	47,36 m²
	PILARES TERREO (0,20 x 0,20) = P15, P16	0,20 m	0,20 m	3,13 m	2,00	5,01 m²
	PILARES TERREO (0,20 x 0,20) = P11, P12	0,20 m	0,20 m	2,56 m	2,00	4,10 m²
	PILARES TERREO (0,20 x 0,20) = P7, P8	0,20 m	0,20 m	2,00 m	2,00	3,20 m²
	PILARES TERREO (0,20 x 0,20) = P3, P4	0,20 m	0,20 m	1,45 m	2,00	2,32 m²
SUBTOTAL						61,98 m²
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V1, V3, V5, V7	3,55 m	0,20 m	0,40 m	4,00	14,20 m²
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V9, V10	7,40 m	0,20 m	0,40 m	2,00	14,80 m²
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V11, V12, V13, V14	18,20 m	0,20 m	0,40 m	4,00	72,80 m²
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V2, V4, V6, V8	3,05 m	0,20 m	0,40 m	4,00	12,20 m²
SUBTOTAL						114,00 m²
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	LAJES = L1, L3, L5, L7, L9	3,55 m	3,40 m	0,12 m	5,00	68,69 m²
	LAJES = L2, L4, L6, L8, L10	3,05 m	3,40 m	0,12 m	5,00	59,59 m²
SUBTOTAL						128,28 m²
TOTAL						304,26 m²

2.3.2	ESCORAMENTO MADEIRA ESCAVACAO CAIXA H=2/3,5m REAPR.5 VEZES				
	Descrição	Comp	Largura	Quant	Parcial
	LAJES = L1, L3, L5, L7, L9	3,55 m	3,40 m	5,00	60,35 m²
	LAJES = L2, L4, L6, L8, L10	3,05 m	3,40 m	5,00	51,85 m²
TOTAL					112,20 m²

2.3.3	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF 06/2022					
--------------	--	--	--	--	--	--

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. pilares	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	PILARES TERREO 12,5MM (1/2)= P1, P2, P5, P6, P9, P10, P13, P14, P17, P18, P19, P20, P21, P22, P23, P24	3,70 m	4,00	16,00	1,00	236,80
	PILARES TERREO 12,5MM (1/2) = P15, P16	3,13 m	4,00	2,00	1,00	25,04
	PILARES TERREO 12,5MM (1/2) = P11, P12	2,56 m	4,00	2,00	1,00	20,48
	PILARES TERREO 12,5MM (1/2) = P7, P8	2,00 m	4,00	2,00	1,00	16,00
	PILARES TERREO 12,5MM (1/2) = P3, P4	1,45 m	4,00	2,00	1,00	11,60
SUBTOTAL						309,92

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. vigas	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	VIGAS 12,5MM (1/2) = V1, V3, V5, V7	3,91 m	4,00	4,00	1,00	62,56
	VIGAS 12,5MM (1/2) = V1, V3, V5, V7	4,15 m	2,00	4,00	1,00	33,20
	VIGAS 12,5MM (1/2) = V9, V10	7,36 m	4,00	2,00	1,00	58,88
	VIGAS 12,5MM (1/2) = V9, V10	7,60 m	2,00	2,00	1,00	30,40
	VIGAS 12,5MM (1/2) = V11, V12, V13, V14	19,16 m	4,00	4,00	1,00	306,56
	VIGAS 12,5MM (1/2) = V11, V12, V13, V14	19,40 m	2,00	4,00	1,00	155,20
	VIGAS 12,5MM (1/2) = V2, V4, V6, V8	3,44 m	4,00	4,00	1,00	55,04
	VIGAS 12,5MM (1/2) = V2, V4, V6, V8	3,65	2,00	4,00	1,00	29,20
SUBTOTAL						731,04

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. lajes	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	FERRAGEM POSITIVA LAJES 10MM (3/8) = L1, L3, L5, L7, L9	3,91 m	50,00	5,00	0,63	615,83
	FERRAGEM POSITIVA LAJES 10MM (3/8) = L10	3,41 m	47,00	1,00	0,63	100,97
	FERRAGEM POSITIVA LAJES 10MM (3/8) = L2, L4, L6, L8	3,41 m	70,00	4,00	0,63	601,52
SUBTOTAL						1318,32

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. lajes	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	FERRAGEM NEGATIVA LAJES 8MM (5/16) = L1, L3, L5, L7, L9	1,15 m	102,00	5,00	0,40	234,60
	FERRAGEM NEGATIVA LAJES 8MM (5/16) = L10	1,15 m	94,00	1,00	0,40	43,24
	FERRAGEM NEGATIVA LAJES 8MM (5/16) = L2, L4, L6, L8	1,15 m	140,00	4,00	0,40	257,60
SUBTOTAL						535,44
TOTAL						3184,19

2.3.4 ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. pilares	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	ESTRIBO PILARES TERREO 5MM = P1, P2, P5, P6, P9, P10, P13, P14, P17, P18, P19, P20, P21, P22, P23, P24	0,83 m	25,00	16,00	0,15	49,80
	ESTRIBO PILARES TERREO 5MM = P15, P216	0,83 m	21,00	2,00	0,15	5,23
	ESTRIBO PILARES TERREO 5MM = P11, P12	0,83 m	18,00	2,00	0,15	4,48
	ESTRIBO PILARES TERREO 5MM = P7, P8	0,83 m	14,00	2,00	0,15	3,49
	ESTRIBO PILARES TERREO 5MM = P3, P4	0,83 m	10,00	2,00	0,15	2,49
SUBTOTAL						65,49

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. vigas	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	ESTRIBO VIGAS 5MM = V1, V3, V5, V7	1,30 m	27,00	4,00	0,15	21,06
	ESTRIBO VIGAS 5MM = V9, V10	1,30 m	49,00	2,00	0,15	19,11
	ESTRIBO VIGAS 5MM = V11, V12, V13, V14	1,30 m	121,00	4,00	0,15	94,38
	ESTRIBO VIGAS 5MM = V2, V4, V6, V8	1,30 m	23,00	4,00	0,15	17,94
SUBTOTAL						152,49
TOTAL						239,77

2.3.5 CONCRETAGEM DE EDIFICAÇÕES (PAREDES E LAJES) FEITAS COM SISTEMA DE FÔRMAS MANUSEÁVEIS, COM CONCRETO USINA

	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	Pilares Terreo (0,20 x 0,20) = P1, P2, P5, P6, P9, P10, P13, P14, P17, P18, P19, P20, P21, P22, P23, P24	0,20 m	0,20 m	2,40 m	16,00	1,54 m³
	Pilares Terreo (0,20 x 0,20) = P15, P16	0,20 m	0,20 m	1,83 m	2,00	0,15 m³
	Pilares Terreo (0,20 x 0,20) = P11, P12	0,20 m	0,20 m	1,26 m	2,00	0,10 m³
	Pilares Terreo (0,20 x 0,20) = P7, P8	0,20 m	0,20 m	0,70 m	2,00	0,06 m³
	Pilares Terreo (0,20 x 0,20) = P3, P4	0,20 m	0,20 m	0,15 m	2,00	0,01 m³
SUBTOTAL						1,85 m³

	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V1, V3, V5, V7	3,55 m	0,20 m	0,40 m	4,00	1,14 m³
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V9, V10	7,41 m	0,20 m	0,40 m	2,00	1,19 m³
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V11, V12, V13, V14	18,20 m	0,20 m	0,40 m	4,00	5,82 m³
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V2, V4, V6, V8	3,05 m	0,20 m	0,40 m	4,00	0,98 m³
SUBTOTAL						9,12 m³

	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	LAJES = L1, L3, L5, L7, L9	3,55 m	3,40 m	0,12 m	5,00	7,24 m³
	LAJES = L2, L4, L6, L8, L10	3,05 m	3,40 m	0,12 m	5,00	6,22 m³
SUBTOTAL						13,46 m³
TOTAL						24,44 m³

3	VEDAÇÕES/ESQUADRIAS				
3.1	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2"				
	Descrição	Comp	Altura	Parcial	
	Guarda corpo	54,60 m	1,20 m	65,52 m²	
TOTAL				65,52 m²	

3.2	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020				
	Descrição	Comp	Altura	Parcial	
	Guarda corpo	54,60 m	1,20 m	65,52 m²	
	TOTAL			65,52 m²	
3.3	ALVENARIA ESTRUTURAL DE BLOCOS CERÂMICOS 14X19X29, (ESPESSURA DE 14 CM), UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_03/2023				
	Descrição	Parcial			
	Alvenaria lateral esquerda	40,80 m²			
	Alvenaria lateral direita	25,36 m²			
	Alvenaria fundo	8,52 m²			
	Alvenaria Frente	15,84 m²			
	TOTAL			90,52 m²	
3.4	CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3				
	Descrição	Parcial			
	ALVENARIA	90,52 m²	2	181,04 m²	
	TOTAL			181,04 m²	
3.5	REBOCO COM ARGAMASSA 1:6:ADIT. PLAST.				
	Descrição	Parcial			
	ALVENARIA	90,52 m²	2	181,04 m²	
	TOTAL			181,04 m²	
3.6	LÁTEX ACRÍLICA FOSCA INT./EXT. C/MASSA E SELADOR - 3 DEMÃOS				
	Descrição	Parcial			
	ALVENARIA	90,52 m²	2	181,04 m²	
	TOTAL			181,04 m²	
4	ATERRO CABEÇA DO TRAPICHE				
4.1	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 50 A 200 M - CAMINHO DE SERVIÇO EM LEITO NATURAL - COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³				
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Parcial
	Aterro	5,00 m	13,40 m	3,85	257,95 m³
	TOTAL				257,95 m³
4.2	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL				
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Parcial
	Compactação de aterro	5,00 m	13,40 m	3,85	257,95 m³
	TOTAL				257,95 m³
5	SERVIÇOS FINAIS				
5.1	LIMPEZA FINAL E ENTREGA DA OBRA				
	Descrição	Comp	Largura	Quant	Parcial
	LAJES = L1, L3, L5, L7, L9	3,55 m	3,40 m	5,00	60,35 m²
	LAJES = L2, L4, L6, L8, L10	3,05 m	3,40 m	5,00	51,85 m²
	TOTAL				112,20 m²

WESLEN CRISTHIAN Assinado de forma digital
 AVIZ DA por WESLEN CRISTHIAN Salinópolis/PA, 19 de março de 2026
 AVIZ DA
 COSTA:02186933209 COSTA:02186933209
 WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
 ENGENHEIRO CIVIL - CREA-PA: 151726842-7
 DECRETO Nº 008/2025
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
 MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
CNPJ Nº: 05.149.166/0001-98



Obra
CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO.

BDI:
22,47%

Cronograma Físico e Financeiro - Vila Santo Antonio do Urindeua								
Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS
1	INSTALAÇÃO DO CANTEIRO	100,00% 76.868,68	100,00% 76.868,68					
2	ESTRUTURA	100,00% 452.372,79	20,00% 45.237,28	30,00% 180.949,11	50,00% 226.186,40			
3	VEDAÇÕES/ESQUADRIAS	100,00% 78.200,90				50,00% 39.100,45	50,00% 39.100,45	
4	ATERRO CABEÇA DO TRAPICHE	100,00% 5.729,06		25,00% 1.432,27	25,00% 1.432,27	25,00% 1.432,26	25,00% 1.432,26	
5	SERVIÇOS FINAIS	100,00% 1.476,55						100,00% 1.476,55
Porcentagem			19,87%	29,67%	37,03%	6,59%	6,59%	0,24%
Custo			122.105,96	182.381,38	227.618,67	40.532,71	40.532,71	1476,55
Porcentagem Acumulado			19,87%	49,54%	86,57%	93,17%	99,76%	100,00%
Custo Acumulado			122.105,96	304.487,34	532.106,01	572.638,72	613.171,43	614.647,98

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA
COSTA:02186933209

Assinado de forma digital
por WESLEN CRISTHIAN
AVIZ DA
COSTA:02186933209

Salinópolis/PA, 19 de março de 2026

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-PA: 151726842-7
DECRETO Nº 008/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
CNPJ Nº: 05.149.166/0001-98



Obra

CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO.

Bancos

SINAPI - 01/2026 - Pará
SBC - 03/2026 - Pará
SICRO3 - 10/2025 - Pará
SEOP - 03/2026 - Pará

B.D.I.

22,47%

Encargos Sociais

Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Orçamento Sintético - Vila do Derrubadinho									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			INSTALAÇÃO DO CANTEIRO		1	22.568,11	27.639,13	75.595,37	0,20
1.1	12689	SBC	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE CANTEIRO	UN	2	9.835,64	12.045,70	24.091,40	6,27 %
1.2	011171	SEOP	LICENÇAS E TAXAS DA OBRA (ATÉ 500M2)	cj	1	7.519,58	9.209,22	9.209,22	2,40 %
1.3	010004	SEOP	PLACA DA OBRA EM CHAPA GALVANIZADA	m²	6	738,89	904,91	5.429,46	1,41 %
1.4	010005	SEOP	BARRACÃO DE MADEIRA/ALMOXARIFADO	m²	30	600,98	736,02	22.080,60	5,75 %
1.5	010009	SEOP	LOCAÇÃO DA OBRA A TRENA	m²	62,79	7,58	9,28	582,69	0,15 %
1.6	011330	SEOP	FURO DE SONDAGEM - MAIS DE 15M	un	3	3.865,44	4.734,00	14.202,00	3,70 %
2			ESTRUTURA		1		4.064,19	271.959,33	0,71
2.1			INFRAESTRUTURA - ESTAQUEAMENTO		1	329,15	403,10	81.533,40	0,21
2.1.1	41332	SEOP	ESTACA DE CONCRETO 20X20CM (INCL. CRAVAÇÃO)	M	264	248,51	304,35	80.348,40	20,93 %
2.1.2	41500	SEOP	ARRASAMENTO MANUAL DE ESTACA DE CONCRETO ARMADO	UN	12	80,64	98,75	1.185,00	0,31 %
2.2			INFRAESTRUTURA - BLOCO E CINTAMENTO		1	1.511,61	1.851,25	66.510,83	0,17
2.2.1	96532	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	146,48	216,79	265,50	38.890,44	10,13 %
2.2.2	20171	SBC	ESCORAMENTO MADEIRA ESCAVACAO CAIXA H=2/3,5m REAPR.5 VEZES	m²	10,94	288,84	353,74	3.869,91	1,01 %
2.2.3	92916	SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES. AF_06/2022	KG	1024,98	15,70	19,22	19.700,11	5,13 %
2.2.4	92882	SINAPI	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	135,99	13,55	16,59	2.256,07	0,59 %
2.2.5	99439	SINAPI	CONCRETAGEM DE EDIFICAÇÕES (PAREDES E LAJES) FEITAS COM SISTEMA DE FÔRMAS MANUSEÁVEIS, COM CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK 25 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2024	m³	1,5	976,73	1.196,20	1.794,30	0,47 %
2.3			SUPERESTRUTURA - PILAR/VIGA E LAJE		1	1.477,80	1.809,84	123.915,10	0,32
2.3.1	92269	SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM. AF_09/2020	m²	304,27	180,93	221,58	67.420,14	17,56 %
2.3.2	20171	SBC	ESCORAMENTO MADEIRA ESCAVACAO CAIXA H=2/3,5m REAPR.5 VEZES	m²	51,85	288,84	353,74	18.341,41	4,78 %
2.3.3	92882	SINAPI	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	1338,44	13,55	16,59	22.204,71	5,78 %
2.3.4	92915	SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	112,46	17,75	21,73	2.443,75	0,64 %
2.3.5	99439	SINAPI	CONCRETAGEM DE EDIFICAÇÕES (PAREDES E LAJES) FEITAS COM SISTEMA DE FÔRMAS MANUSEÁVEIS, COM CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK 25 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2024	m³	11,29	976,73	1.196,20	13.505,09	3,52 %
3			VEDAÇÕES/ESQUADRIAS		1	722,87	885,27	29.851,05	0,08
3.1	432,47	SEOP	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2"	m²	43,68	432,47	529,64	23.134,67	6,03 %
3.2	100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	m²	43,68	57,08	69,90	3.053,23	0,80 %
3.3	89307	SINAPI	ALVENARIA ESTRUTURAL DE BLOCOS CERÂMICOS 14X19X29, (ESPESSURA DE 14 CM), UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_03/2023	m²	8,52	115,55	141,51	1.205,66	0,31 %
3.4	110143	SEOP	CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3	m²	17,04	17,32	21,21	361,41	0,09 %
3.5	110763	SEOP	REBOCO COM ARGAMASSA 1:6:ADIT. PLAST.	m²	17,04	51,80	63,43	1.080,84	0,28 %
3.6	150253	SEOP	LÁTEX ACRÍLICA FOSCA INT./EXT. C/MASSA E SELADOR - 3 DEMÃOS	m²	17,04	48,65	59,58	1.015,24	0,26 %
4			ATERRO CABEÇA DO TRAPICHE		1	18,14	22,21	5.729,06	0,01
4.1	5501875	SICRO3	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 50 A 200 M - CAMINHO DE SERVIÇO EM LEITO NATURAL - COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³	m³	257,95	11,94	14,62	3.771,22	0,98 %
4.2	5502978	SICRO3	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL	m³	257,95	6,20	7,59	1.957,84	0,51 %
5			SERVIÇOS FINAIS		1	10,75	13,16	794,20	0,00
5.1	270220	SEOP	LIMPEZA FINAL E ENTREGA DA OBRA	m²	60,35	10,75	13,16	794,20	0,21 %
TOTAL GERAL								383.929,01	100,00 %

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA
COSTA:02186933209
9

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-PA: 151726842-7
DECRETO Nº 008/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

Assinado de forma digital por WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209
Salinópolis/PA, 19 de março de 2026



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
CNPJ Nº: 05.149.166/0001-98



OBRA: CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO.

BDI: 22,47%

Memória de Cálculo - Vila do Derrubadinho

ITEM	DESCRIÇÃO					
1 INSTALAÇÃO DO CANTEIRO						
1.1	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE CANTEIRO					
	Descrição		UND			
	Mobilização e Desmobilização		2,00			
	TOTAL		2,00			
1.2 LICENÇAS E TAXAS DA OBRA (ATÉ 500M2)						
	Descrição		CJ			
	Licenças e taxas da obra		1,00			
	TOTAL		1,00			
1.3 PLACA DA OBRA EM CHAPA GALVANIZADA						
	Descrição	Comp	Altura	Parcial		
	Placa da obra	3,00 m	2,00 m	6,00 m²		
	TOTAL			6,00 m²		
1.4 BARRACÃO DE MADEIRA/ALMOXARIFADO						
	Descrição	Comp	Largura	Parcial		
	Barracão de obra	6,00 m	5,00 m	30,00 m²		
	TOTAL			30,00 m²		
1.5 LOCAÇÃO DA OBRA A TRENA						
	Descrição	Área	Parcial			
	Área da obra	62,79 m²	62,79 m²			
	TOTAL		62,79 m²			
1.6 FURO DE SONDAGEM - MAIS DE 15M						
	Descrição	UND				
	Furo de sondagem	3,00				
	TOTAL	3,00				
2 ESTRUTURA						
2.1 INFRAESTRUTURA - ESTAKEAMENTO						
2.1.1	ESTACA DE CONCRETO 20X20CM (INCL. CRAVAÇÃO)					
	Descrição	Comp	Quant	Parcial		
	ESTACA DE CONCRETO (0,20 x 0,20) = E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12	22,00 m	12,00	264,00 m		
	TOTAL			264,00 m		
2.1.2 ARRASAMENTO MANUAL DE ESTACA DE CONCRETO ARMADO						
	Descrição	UND				
	Arrasamento	24,00				
	TOTAL	24,00				
2.2 INFRAESTRUTURA - BLOCO E CINTAMENTO						
2.2.1 FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA SAPATA, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES.						
	Descrição	Comp.	Largura	Altura	Quant	Parcial
	BLOCO DE CONCRETO (0,50 x 0,50 x 0,50) = B1, B3, B4, B6, B7, B9, B10, B12	0,50 m	0,50 m	0,50 m	12,00	12,00 m²
SUBTOTAL						12,00 m²
	Descrição	Comp.	Largura	Altura	Quant	Parcial
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C1,C2, C3, C4, C5, C6	3,05 m	0,20 m	0,40 m	6,00	18,30 m²
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C7, C8	3,40 m	0,20 m	0,40 m	10,00	34,00 m²
SUBTOTAL						52,30 m²
TOTAL						64,30 m²
2.2.2 ESCORAMENTO MADEIRA ESCAVACAO CAIXA H=2/3,5m REAPR.5 VEZES						
	Descrição	Comp.	Largura	Quant	Parcial	
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C1,C2, C3, C4, C5, C6	3,05 m	0,20 m	6,00	3,66 m²	
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C7, C8	18,20 m	0,20 m	2,00	7,28 m²	
TOTAL						10,94 m²

2.2.3	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, AF 06/2022					
	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. blocos	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	BLOCO DE CONCRETO 12,5MM (1/2) = B1, B3, B4, B6, B7, B9, B10,	1,35 m	10,00	12,00	1,00	162,00
	SUBTOTAL					162,00

	Descrição	Comp. (L)	Q. barras	Q. vigas	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	VIGAS CINTAMENTO 12,5MM (1/2) = C1,C2, C3, C4, C5, C6	3,05 m	4,00	6,00	1,00	73,20
	VIGAS CINTAMENTO 12,5MM (1/2) = C1,C2, C3, C4, C5, C6	3,05 m	2,00	6,00	1,00	36,60
	VIGAS CINTAMENTO 12,5MM (1/2) = C7, C8	18,20 m	4,00	4,00	1,00	291,20
	VIGAS CINTAMENTO 12,5MM (1/2) = C7, C8	18,20 m	2,00	4,00	1,00	145,60
	SUBTOTAL					546,60

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. blocos	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	ESTRIBO BLOCOS DE CONCRETO 12,5MM (1/2) = B1, B2, B3, B4, B5, B6, B7, B8, B9, B10, B11, B12	1,86 m	10,00	12,00	1,00	223,20
	SUBTOTAL					223,20
	TOTAL					1024,98

2.2.4	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF 06/2022					
	Descrição	Comp. (L)	Q. barras	Q. vigas	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	ESTRIBO VIGAS CINTAMENTO 5MM = C1,C2, C3, C4, C5, C6, C7,	1,30 m	49,00	8,00	0,15	76,44
	ESTRIBO VIGAS CINTAMENTO 5MM = C7, C8	1,30 m	121,00	2,00	0,15	47,19
	TOTAL					135,99

2.2.5	CONCRETAGEM DE EDIFICAÇÕES (PAREDES E LAJES) FEITAS COM SISTEMA DE FÓRMAS MANUSEÁVEIS, COM CONC					
	Descrição	Comp.	Largura	Altura	Quant	Parcial
	BLOCO DE CONCRETO (0,50 x 0,50 x 0,50) = B1, B2, B3, B4, B5, B6, B7, B8, B9, B10, B11, B12	0,50 m	0,50 m	0,50 m	12,00	1,50 m³
	SUBTOTAL					1,50 m³

	Descrição	Comp.	Largura	Altura	Quant	Parcial
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C1,C2, C3, C4, C5, C6	3,05 m	0,20 m	0,40 m	6,00	1,46 m³
	VIGAS CINTAMENTO (0,20 x 0,40) = C7, C8	18,20 m	0,20 m	0,40 m	2,00	2,91 m³
	SUBTOTAL					4,38 m³
	TOTAL					5,88 m³

2.3 SUPERESTRUTURA - PILAR/VIGA E LAJE

2.3.1	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM. AF 09/2020					
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	PILARES TERREO (0,20 x0,20)	0,20 m	0,20 m	3,70 m	4,00	11,84 m²
	PILARES TERREO (0,20 x0,20)	0,20 m	0,20 m	3,13 m	2,00	5,01 m²
	PILARES TERREO (0,20 x0,20)	0,20 m	0,20 m	2,56 m	2,00	4,10 m²
	PILARES TERREO (0,20 x0,20)	0,20 m	0,20 m	2,00 m	2,00	3,20 m²
	PILARES TERREO (0,20 x0,20)	0,20 m	0,20 m	1,45 m	2,00	2,32 m²
	SUBTOTAL					26,46 m²
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V1, V2, V3, V4, V5, V6	3,05 m	0,20 m	0,40 m	6,00	18,30 m²
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V7, V8	3,40 m	0,20 m	0,40 m	10,00	34,00 m²
	SUBTOTAL					52,30 m²
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	LAJES = L1, L2, L3, L4, L5	3,05 m	3,40 m	0,12 m	5,00	59,59 m²
	SUBTOTAL					59,59 m²
	TOTAL					138,35 m²

2.3.2	ESCORAMENTO MADEIRA ESCAVACAO CAIXA H=2/3,5m REAPR.5 VEZES			
	Descrição	Comp	Largura	Quant
	LAJES = L1, L2, L3, L4, L5	3,05 m	3,40 m	5,00
	TOTAL			51,85 m²

2.3.3	ARMAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-25 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF 06/2022					
	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. pilares	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	PILARES TERREO 12,5MM (1/2)	3,70 m	4,00	4,00	1,00	59,20
	PILARES TERREO 12,5MM (1/2)	3,13 m	2,00	2,00	1,00	12,52
	PILARES TERREO 12,5MM (1/2)	2,56 m	2,00	2,00	1,00	10,24
	PILARES TERREO 12,5MM (1/2)	2,00 m	2,00	2,00	1,00	8,00
	PILARES TERREO 12,5MM (1/2)	1,45 m	2,00	2,00	1,00	5,80
	SUBTOTAL					95,76

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. vigas	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	VIGAS 12,5MM (1/2) = V2, V4, V6, V8	3,44 m	4,00	6,00	1,00	82,56
	VIGAS 12,5MM (1/2) = V2, V4, V6, V8	3,65	2,00	6,00	1,00	43,80
	SUBTOTAL					126,36

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. lajes	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
--	------------------	--------------	------------------	-----------------	--------------------	---------------------

	FERRAGEM POSITIVA LAJES 10MM (3/8) = L1, L2, L3, L4, L5	3,91 m	50,00	5,00	0,63	615,83
	FERRAGEM POSITIVA LAJES 10MM (3/8) = L5	3,41 m	47,00	1,00	0,63	100,97
SUBTOTAL						716,80

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. lajes	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	FERRAGEM NEGATIVA LAJES 8MM (5/16) = L1, L2, L3, L4, L5	1,15 m	102,00	5,00	0,40	234,60
	FERRAGEM NEGATIVA LAJES 8MM (5/16) = L5	1,15 m	94,00	1,00	0,40	43,24
SUBTOTAL						277,84
TOTAL						1338,43

2.3.4	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO					
	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. pilares	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	ESTRIBO PILARES TERREO 5MM	0,83 m	25,00	4,00	0,15	12,45
	ESTRIBO PILARES TERREO 5MM	0,83 m	21,00	2,00	0,15	5,23
	ESTRIBO PILARES TERREO 5MM	0,83 m	18,00	2,00	0,15	4,48
	ESTRIBO PILARES TERREO 5MM	0,83 m	14,00	2,00	0,15	3,49
	ESTRIBO PILARES TERREO 5MM	0,83 m	10,00	2,00	0,15	2,49
SUBTOTAL						28,14

	Descrição	Comp.	Q. barras	Q. vigas	Peso (kg/m)	Parcial (Kg)
	ESTRIBO VIGAS 5MM = V7, V8	1,30 m	121,00	2,00	0,15	47,19
	ESTRIBO VIGAS 5MM = V1, V2, V3, V4, V5, V6	1,30 m	23,00	6,00	0,15	26,91
SUBTOTAL						74,10
TOTAL						112,46

2.3.5	CONCRETAGEM DE EDIFICAÇÕES (PAREDES E LAJES) FEITAS COM SISTEMA DE FÓRMAS MANUSEÁVEIS, COM CONCRETO USINA					
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	Pilares Terreo (0,20 x 0,20)	0,20 m	0,20 m	2,40 m	4,00	0,38 m³
	Pilares Terreo (0,20 x 0,20)	0,20 m	0,20 m	1,83 m	2,00	0,15 m³
	Pilares Terreo (0,20 x 0,20)	0,20 m	0,20 m	1,26 m	2,00	0,10 m³
	Pilares Terreo (0,20 x 0,20)	0,20 m	0,20 m	0,70 m	2,00	0,06 m³
	Pilares Terreo (0,20 x 0,20)	0,20 m	0,20 m	0,15 m	2,00	0,01 m³
SUBTOTAL						0,70 m³

	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V7, V8	18,20 m	0,20 m	0,40 m	2,00	2,91 m³
	VIGAS (0,20 x 0,40) = V1, V2, V3, V4, V5, V6	3,05 m	0,20 m	0,40 m	6,00	1,46 m³
SUBTOTAL						4,38 m³

	Descrição	Comp	Largura	Altura	Quant	Parcial
	LAJES	3,05 m	3,40 m	0,12 m	5,00	6,22 m³
SUBTOTAL						6,22 m³
TOTAL						11,30 m³

3	VEDAÇÕES/ESQUADRIAS				
3.1	GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO 1 1/2"				
	Descrição	Comp	Altura	Parcial	
	Guarda corpo	36,40 m	1,20 m	43,68 m²	
TOTAL				43,68 m²	

3.2	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020				
	Descrição	Comp	Altura	Parcial	
	Guarda corpo	36,40 m	1,20 m	43,68 m²	
TOTAL				43,68 m²	

3.3	ALVENARIA ESTRUTURAL DE BLOCOS CERÂMICOS 14X19X29, (ESPESSURA DE 14 CM), UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_03/2023				
	Descrição	Parcial			
	Alvenaria fundo	8,52 m²			
TOTAL		8,52 m²			

3.4	CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3			
	Descrição			Parcial
	ALVENARIA	8,52 m²	2	17,04 m²
TOTAL				17,04 m²

3.5	REBOCO COM ARGAMASSA 1:6:ADIT. PLAST.			
	Descrição			Parcial
	ALVENARIA	8,52 m²	2	17,04 m²
TOTAL				17,04 m²

3.6	LÁTEX ACRÍLICA FOSCA INT./EXT. C/MASSA E SELADOR - 3 DEMÃOS			
	Descrição			Parcial
	ALVENARIA	8,52 m²	2	17,04 m²
TOTAL				17,04 m²

4	ATERRO CABEÇA DO TRAPICHE				
4.1	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 50 A 200 M - CAMINHO DE SERVIÇO EM LEITO NATURAL - COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³				
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Parcial
	Aterro	5,00 m	13,40 m	3,85	257,95 m³
	TOTAL				257,95 m³

4.2	COMPACTAÇÃO DE ATERROS A 100% DO PROCTOR NORMAL				
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Parcial
	Compactação de aterro	5,00 m	13,40 m	3,85	257,95 m³
	TOTAL				257,95 m³

5	SERVIÇOS FINAIS				
5.1	LIMPEZA FINAL E ENTREGA DA OBRA				
	Descrição	Comp	Largura	Quant	Parcial
	LAJES	3,55 m	3,40 m	5,00	60,35 m²
	TOTAL				60,35 m²

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA
 COSTA:02186933209
 WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
 ENGENHEIRO CIVIL - CREA-PA: 151726842-7
 DECRETO Nº 008/2025
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
 MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

Assinado de forma
 digital por WESLEN
 CRISTHIAN AVIZ DA
 COSTA:02186933209

Salinópolis/PA, 19 de março de 2026



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
CNPJ Nº: 05.149.166/0001-98



Obra:
CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA
RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO.

BDI:
22,47%

Cronograma Físico e Financeiro - Vila do Derrubadinho

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS
1	INSTALAÇÃO DO CANTEIRO	100,00% 75.595,37	100,00% 75.595,37					
2	ESTRUTURA	100,00% 271.959,33	20,00% 27.195,93	30,00% 108.783,73	50,00% 135.979,67			
3	VEDAÇÕES/ESQUADRIAS	100,00% 29.851,05				50,00% 14.925,53	50,00% 14.925,52	
4	ATERRO CABEÇA DO TRAPICHE	100,00% 5.729,06		25,00% 1.432,27	25,00% 1.432,27	25,00% 1.432,26	25,00% 1.432,26	
5	SERVIÇOS FINAIS	100,00% 794,20						100,00% 794,20
Porcentagem			26,77%	28,71%	35,79%	4,26%	4,26%	0,21%
Custo			102.791,30	110.216,00	137.411,94	16.357,79	16.357,78	794,20
Porcentagem Acumulado			26,77%	55,48%	91,27%	95,53%	99,79%	100,00%
Custo Acumulado			102.791,30	213.007,30	350.419,24	366.777,03	383.134,81	383.929,01

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA
COSTA:0218693320
9 _____ COSTA:02186933209
WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-PA: 151726842-7
DECRETO Nº 008/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

Salinópolis/PA, 19 de março de 2026



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB
CNPJ Nº: 05.149.166/0001-98



Objeto

CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO.

COMPOSIÇÃO DE BDI

TIPO DE OBRA

Construção e Reforma de Edifícios

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,00%
Seguro e Garantia	S + G	0,80%
Risco	R	0,97%
Despesas Financeiras	DF	0,59%
Lucro	L	6,16%
Impostos	I	8,65%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)		3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)		5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)		0,00%
BDI COM desoneração	BDI DES	22,47%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{[(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)]}{(1 - I)} - 1$$

Salinópolis/PA, 19 de março de 2026

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209
Assinado de forma digital
por WESLEN CRISTHIAN AVIZ
DA COSTA:02186933209

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-PA: 151726842-7
DECRETO Nº 008/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

OBRA: CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO.

SERVIÇOS REFERENCIADOS COM FONTE SINAPI

PARÁ VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2025

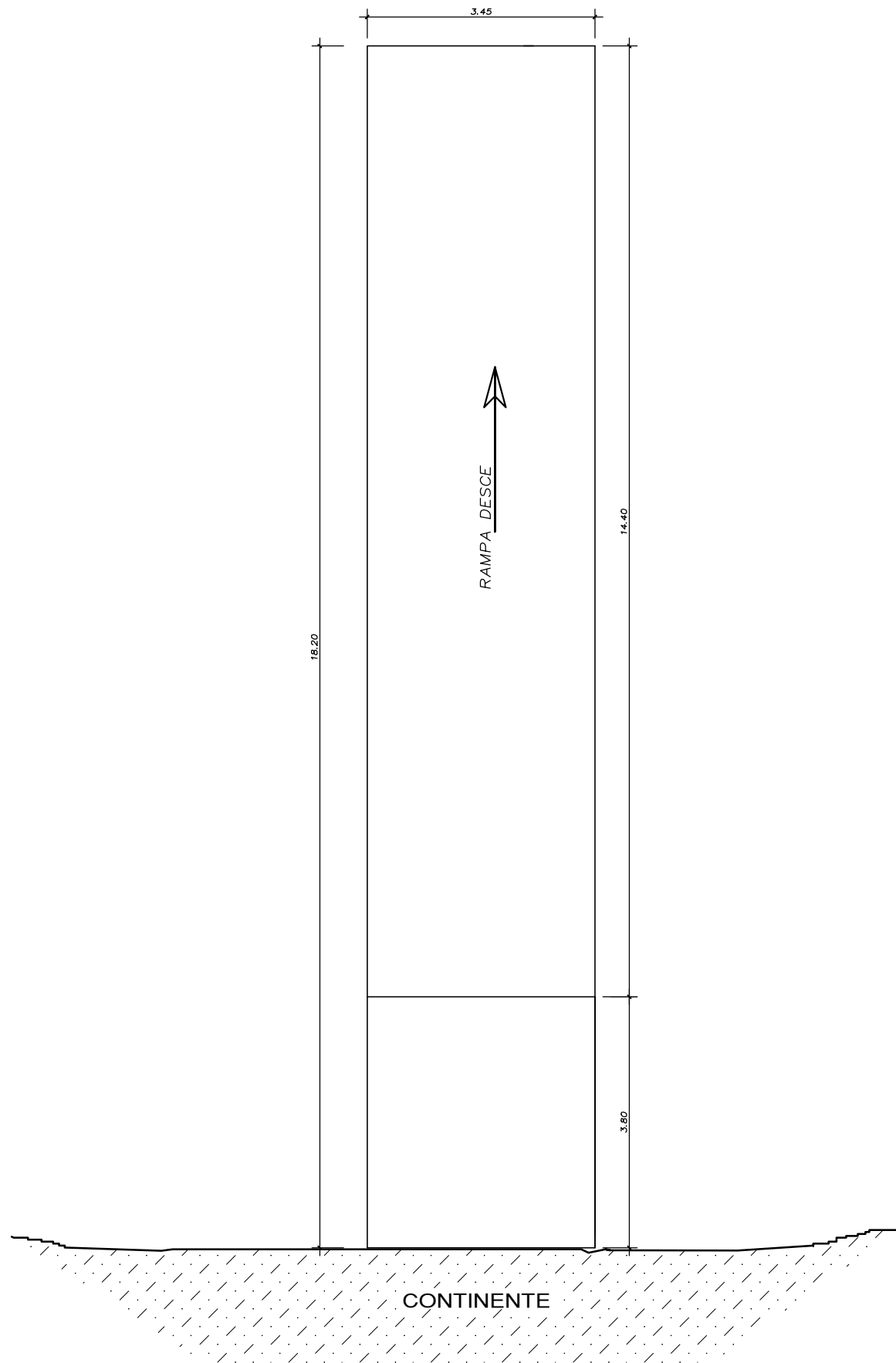
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA	MENSALISTA	HORISTA	MENSALISTA
		%	%	%	%
GRUPO A					
A1	INSS	5,00%	5,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	21,80%	21,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,13%	Não incide	18,13%	Não incide
B2	Feriados	4,16%	Não incide	4,16%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,65%	0,87%	0,65%
B4	13º Salário	11,22%	8,33%	11,22%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,75%	0,56%	0,75%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,83%	Não incide	2,83%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,07%	0,10%	0,07%
B9	Férias Gozadas	12,82%	9,53%	12,82%	9,53%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	50,98%	19,22%	50,98%	19,22%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,81%	4,32%	5,81%	4,32%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	0,10%	0,14%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	1,77%	1,31%	1,77%	1,31%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,96%	2,20%	2,96%	2,20%
C5	Indenização Adicional	0,49%	0,36%	0,49%	0,36%
C	Total	11,17%	8,29%	11,17%	8,29%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	10,55%	3,77%	18,76%	7,07%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,50%	0,37%	0,52%	0,38%
D	Total	11,05%	4,14%	19,28%	7,45%
TOTAL(A+B+C+D)		95,00%	53,45%	118,23%	71,76%

Fonte: Informação Dias de Chuva - INMET

Salinópolis/PA, 19 de março de 2026

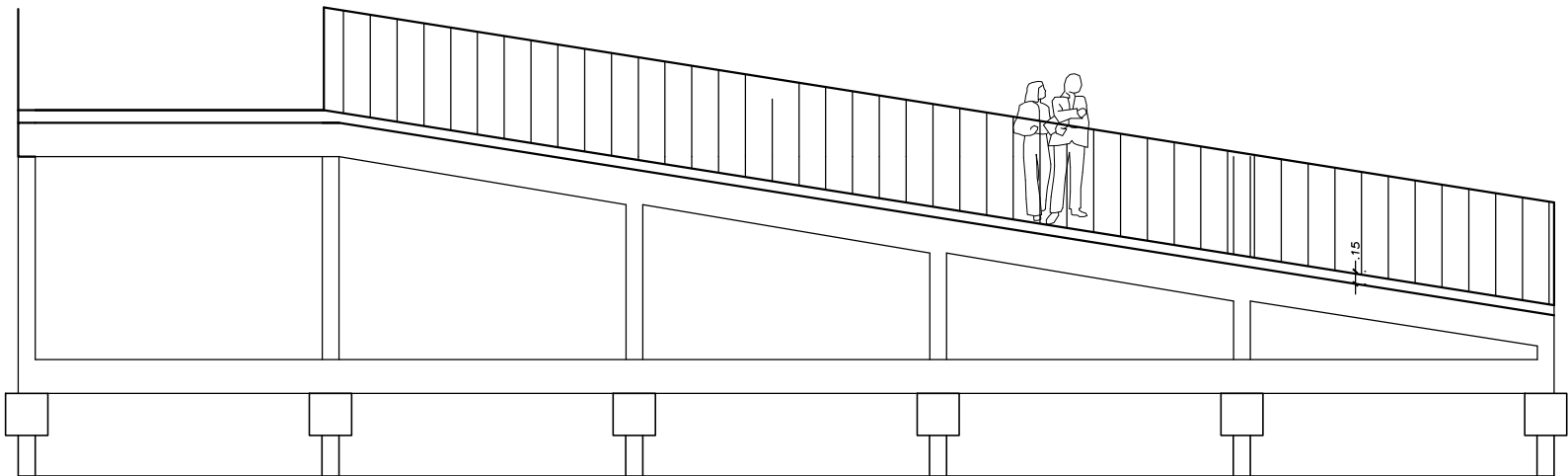
WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209
 Assinado de forma digital
 por WESLEN CRISTHIAN AVIZ
 DA COSTA:02186933209

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
ENGENHEIRO CIVIL - CREA-PA: 151726842-7
DECRETO Nº 008/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA



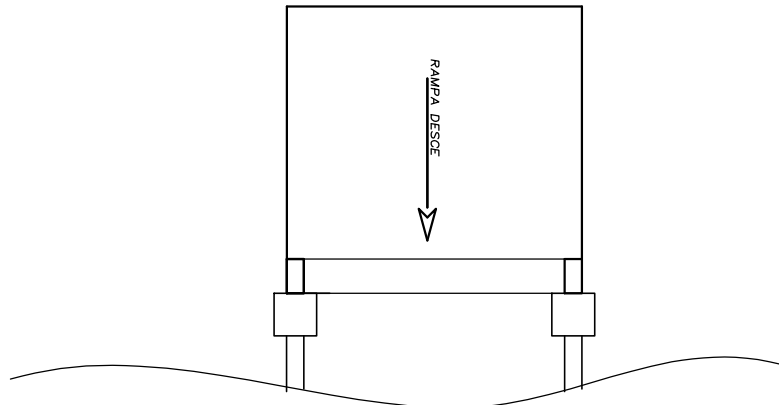
RAMPA EM PLANTA

ESCALA: 1/125



VISTA LATERAL

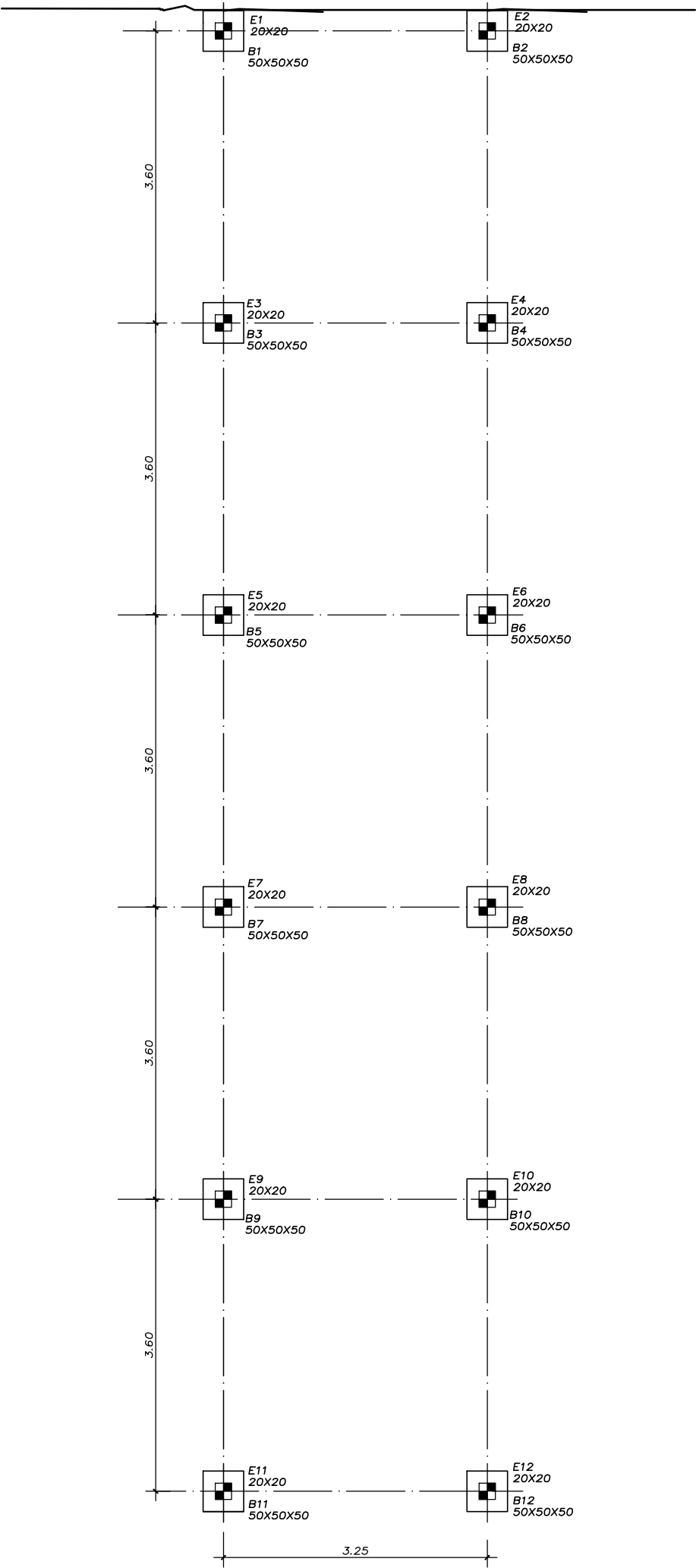
ESCALA: 1/125



VISTA FRONTAL

ESCALA: 1/125

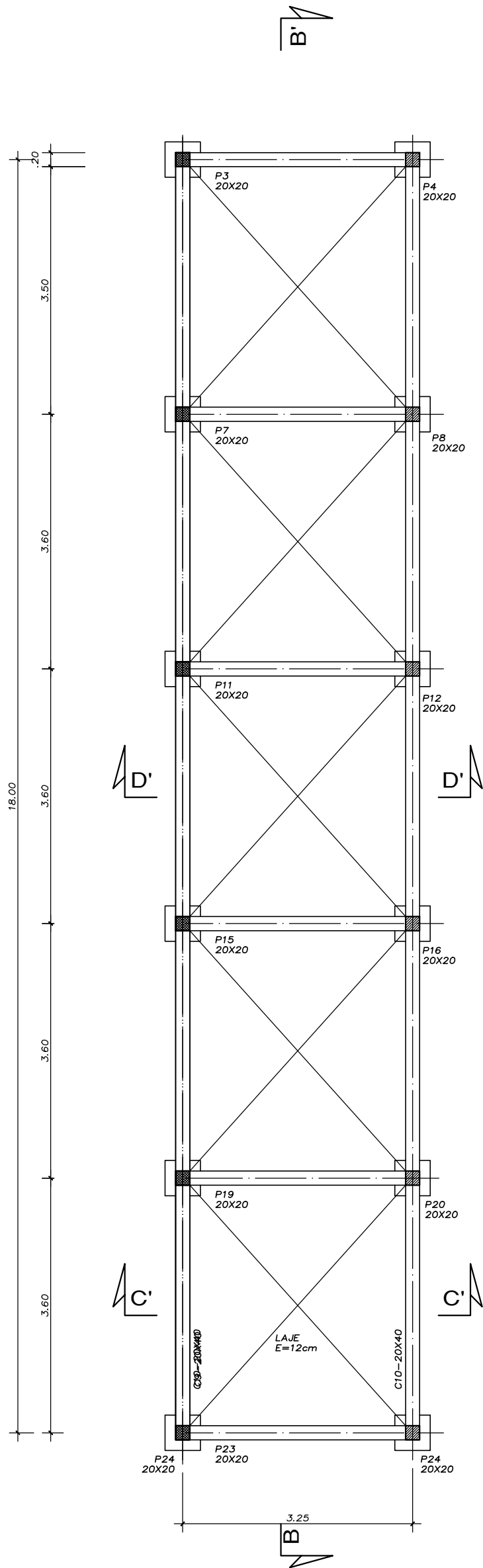
CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA					
DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS					
Descrição da prancha		Intervenção	Endereço		
PLANTA BAIXA - VISTA LATERAL E VISTA FRONTAL		PROJETO DE CONSTRUÇÃO	DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ		
Prefeito Municipal de Salinópolis					
KAKÁ SENA - PREFEITO					
Autor do projeto		Secretário de Municipal de Obras			PRANCHA
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7			
Etapas projeto	Área metragem linear	Contato	Escala	Data	01/09
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175	JUL/2025	



LOCAÇÃO DE ESTACAS E BLOCOS

ESCALA: 1/50

CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA					
DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS					
Descrição da prancha		Intervenção		Endereço	
PLANTA BAIXA LOCAÇÃO BLOCOS		PROJETO DE CONSTRUÇÃO		DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis					
KAKÁ SENA - PREFEITO					
Autor do projeto		Secretário de Municipal de Obras			PRANCHA
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7			
Etapas projeto	Área metragem linear	Contato	Escala	Data	02/09
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175	JUL/2025	

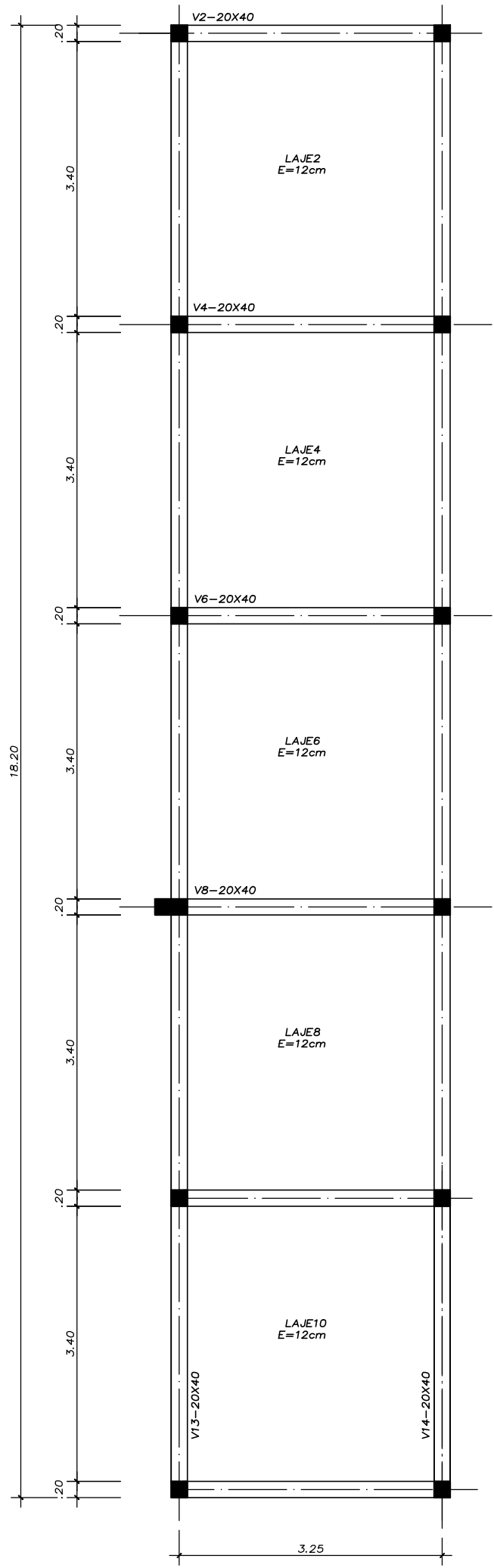


FORMA - NÍVEL DO CINTAMENTO

ESCALA: 1/100

FO
ESCALA

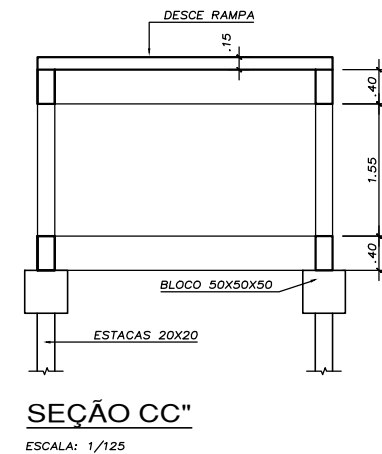
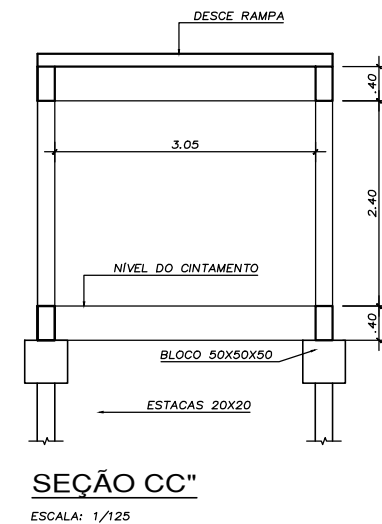
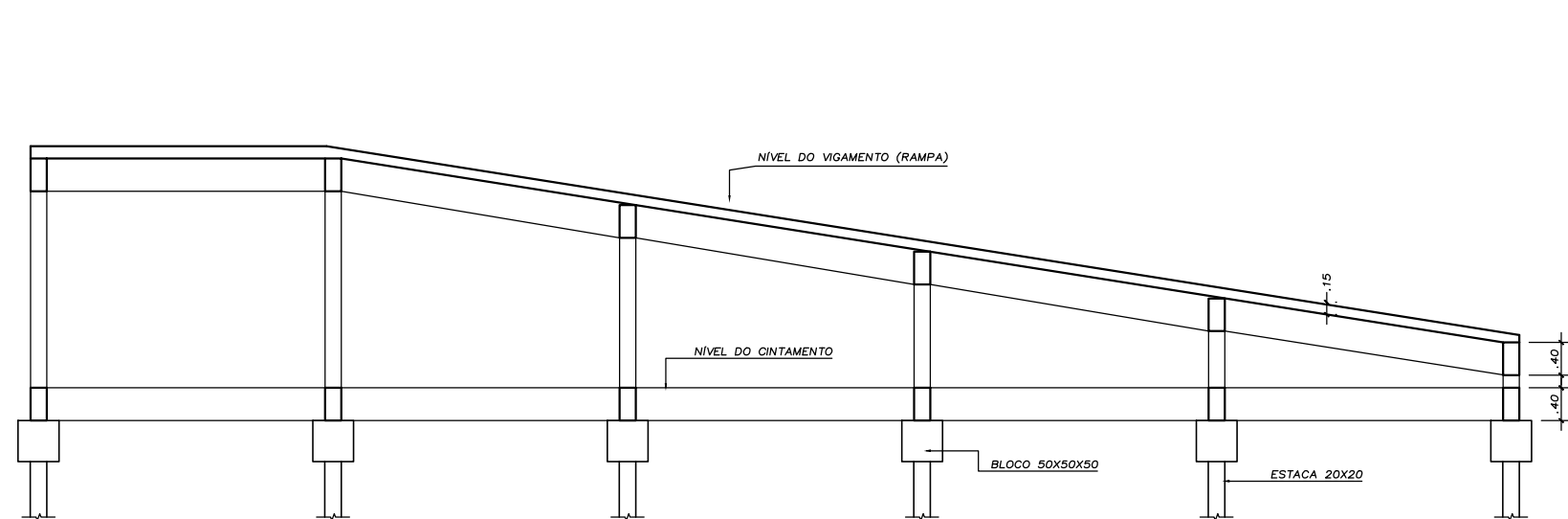
CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA					
DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS					
Descrição da prancha		Intervenção	Endereço		
FORMA - NÍVEL DO CINTAMENTO		PROJETO DE CONSTRUÇÃO	DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ		
Prefeito Municipal de Salinópolis					
KAKÁ SENA - PREFEITO					
Autor do projeto		Secretário de Municipal de Obras			PRANCHA
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7			
Etapas projeto	Área metragem linear	Contato	Escala	Data	03/09
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175	JUL/2025	



FORMA - NÍVEL DO VIGAMENTO (PLATAFORMA)

ESCALA: 1/100

CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA							
DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS							
Descrição da prancha			Intervenção		Endereço		
FORMA - NÍVEL DO VIGAMENTO DA PLATAFORMA			PROJETO DE CONSTRUÇÃO		DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ		
Prefeito Municipal de Salinópolis							
KAKÁ SENA - PREFEITO							
Autor do projeto			Secretário de Municipal de Obras			PRANCHA	
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1			ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7				
Etapa projeto		Área metragem linear		Contato		Escala	Data
PROJETO ARQUITETÔNICO		18 m		91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d		1/175	JUL/2025
04/09							



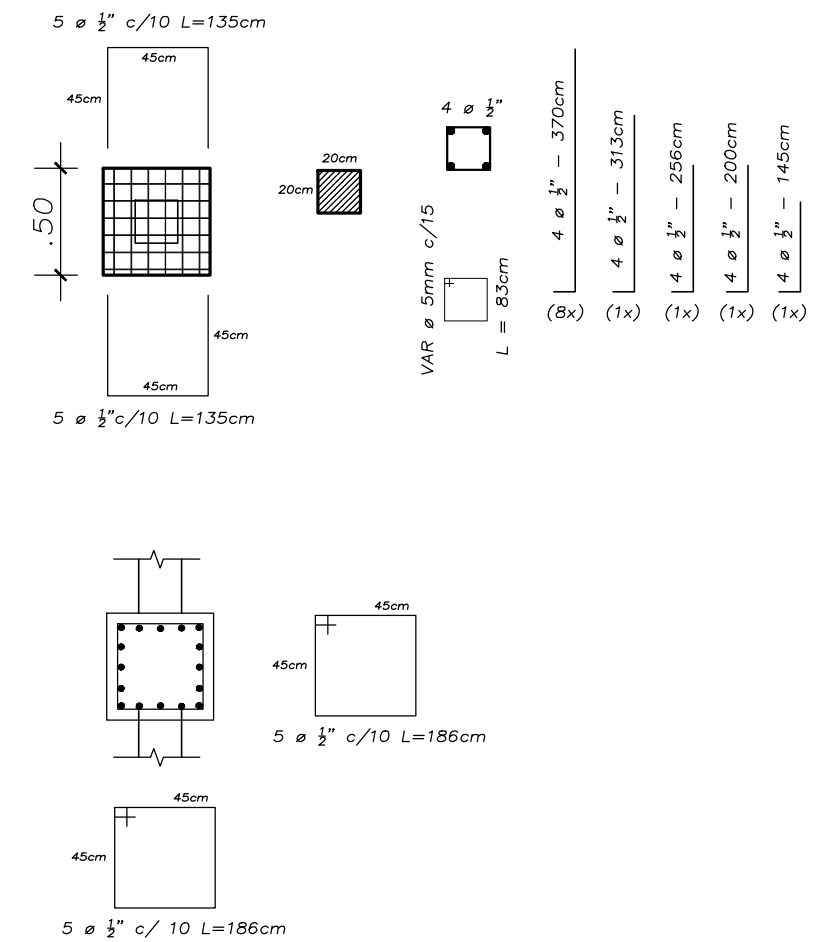
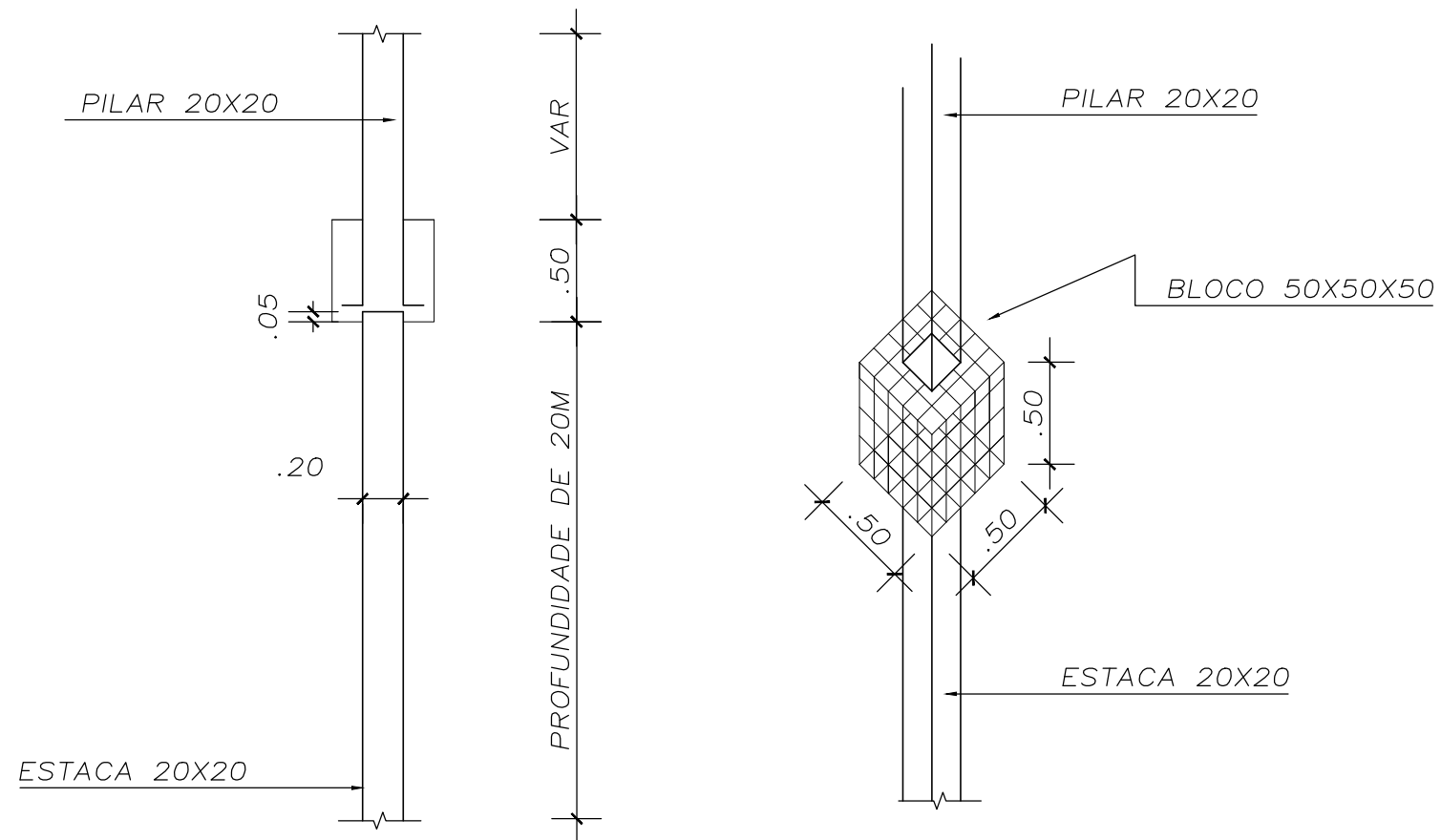
CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA

DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS



Descrição da prancha		Intervenção	Endereço	
PLANTA BAIXA - VISTA LATERAL E VISTA FRONTAL		PROJETO DE CONSTRUÇÃO	DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis				
KAKÁ SENA - PREFEITO				
Autor do projeto		Secretário de Municipal de Obras		PRANCHA 05/09
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7		
Etapas projeto	Área metragem linear	Contato	Escala	Data
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175	JUL/2025

Blocos

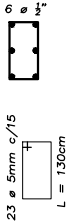
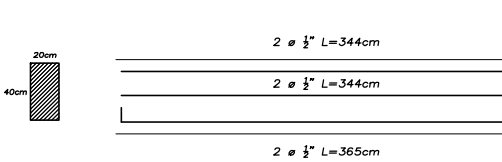


ARMAÇÃO DE BLOCOS DE 50X50cm

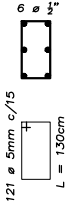
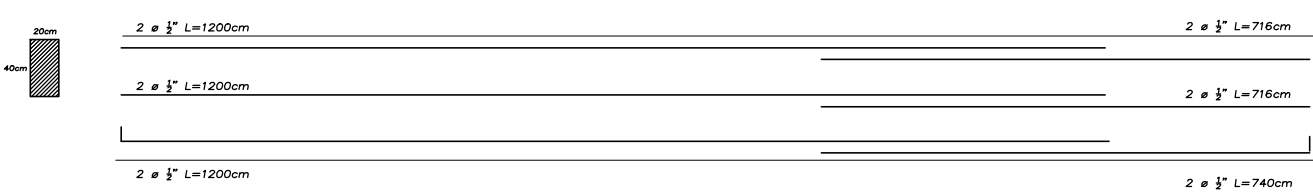
ESCALA: 1/50

<h1>CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA</h1> <h2>DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS</h2>					
Descrição da prancha		Intervenção		Endereço	
ARMAÇÃO DOS BLOCOS		PROJETO DE CONSTRUÇÃO		DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis					
KAKÁ SENA - PREFEITO					
Autor do projeto		Secretário de Municipal de Obras			PRANCHA
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7			06/09
Etapa projeto	Área metragem linear	Contato	Escala	Data	
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175	JUL/2025	

$V2 = \dots = V10 \text{ L: } 345cm$



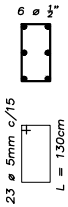
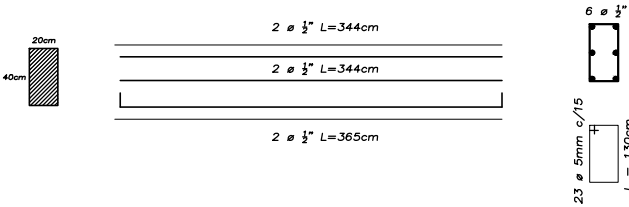
$C = L: 1820cm$



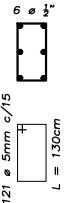
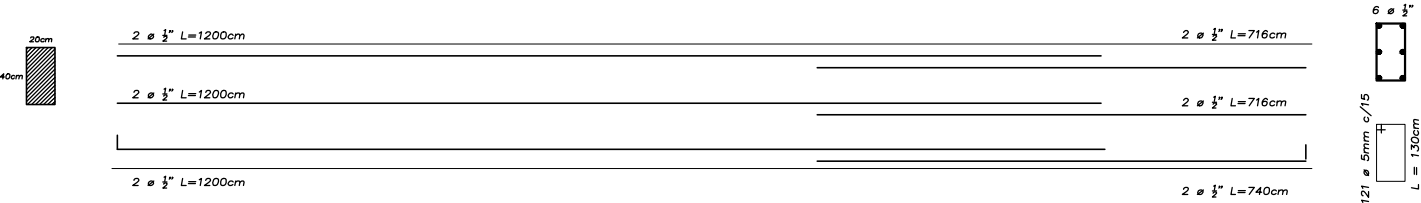
CINTAMENTO 20X40cm

ESCALA: 1/75

$V2 = \dots = V10 : 345cm$



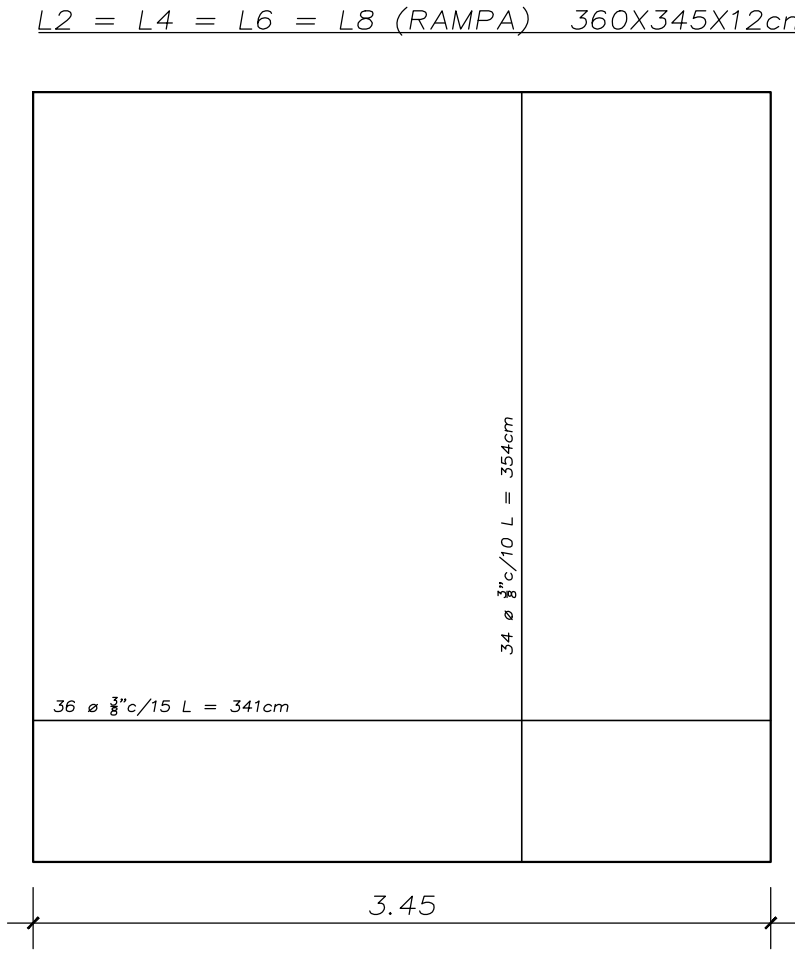
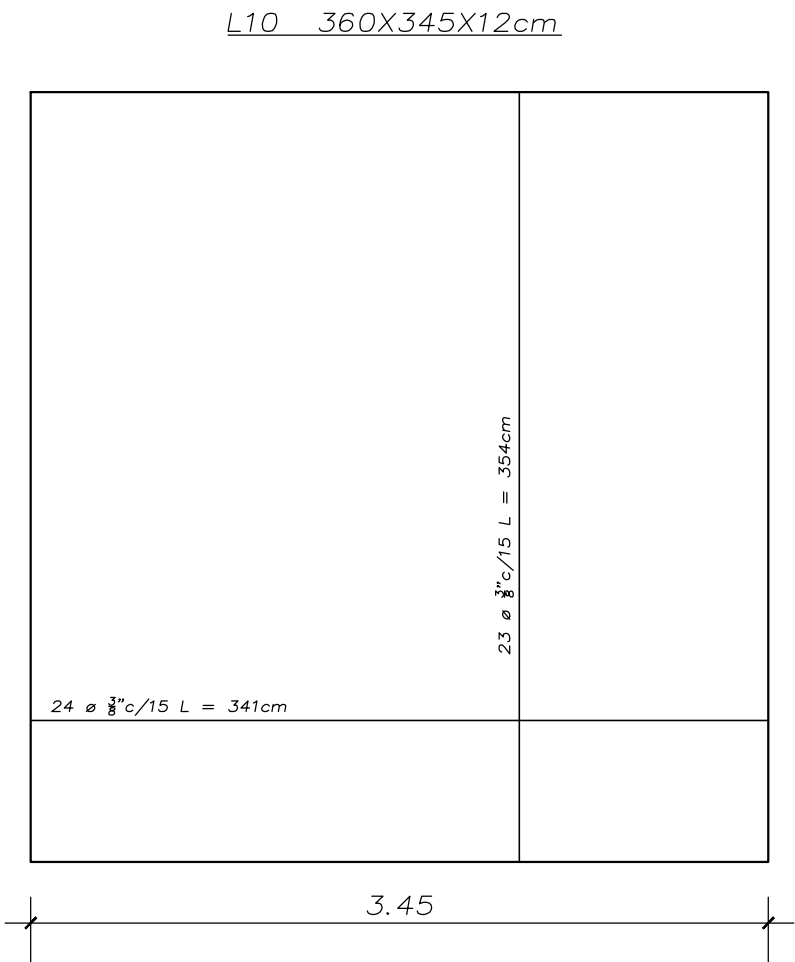
$V13 = V14 \text{ L: } 1820cm$



VIGAMENTO 20X40cm

ESCALA: 1/75

CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA					
Descrição da prancha		Intervenção		Endereço	
ARMAÇÃO DE VIGAS		PROJETO DE CONSTRUÇÃO		DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis					
KAKÁ SENA - PREFEITO					
Autor do projeto			Secretário de Municipal de Obras		PRANCHA
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1			ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7		07/09
Etapa projeto	Área metragem linear	Contato		Escala	Data
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d		1/175	JUL/2025

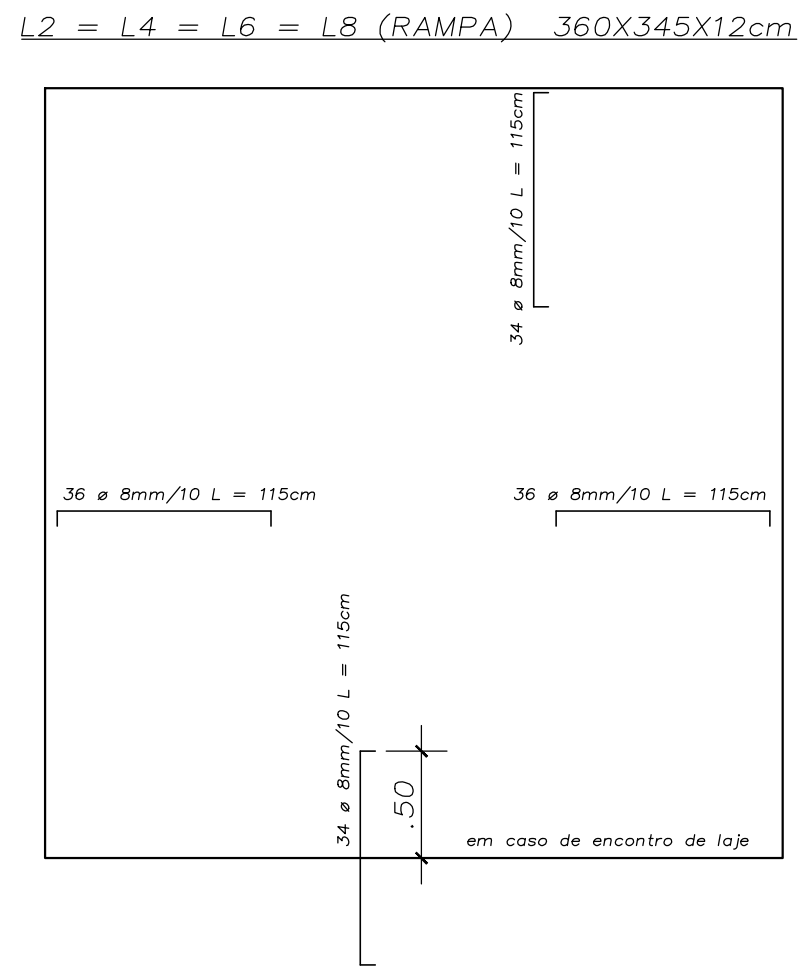
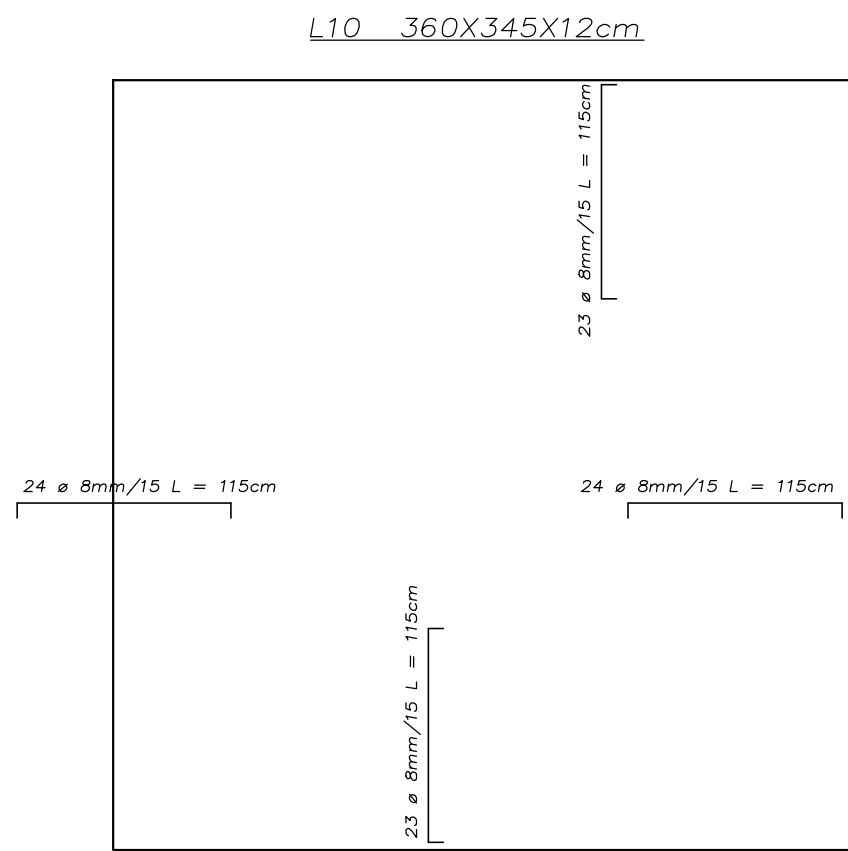


LAJES - ARMAÇÃO POSITIVA

ESCALA: 1/50

CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA
DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS

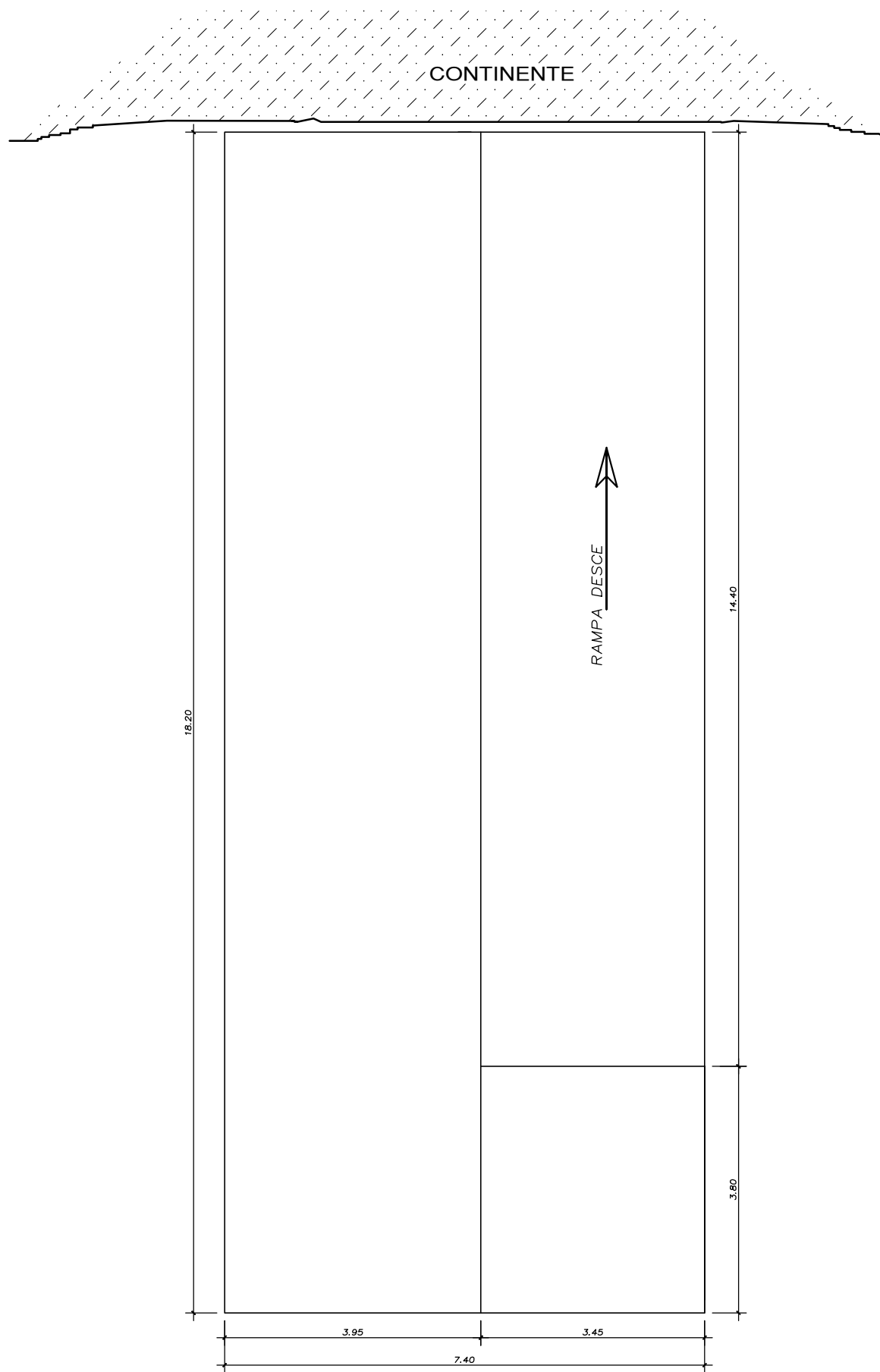
Descrição da prancha		Intervenção	Endereço	
LAJE ARMAÇÃO POSITIVA		PROJETO DE CONSTRUÇÃO	DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis KAKÁ SENA - PREFEITO				
Autor do projeto		Secretário de Municipal de Obras		PRANCHA 08/09
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7		
Etapas projeto	Área metragem linear	Contato	Escala	Data
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175	JUL/2025



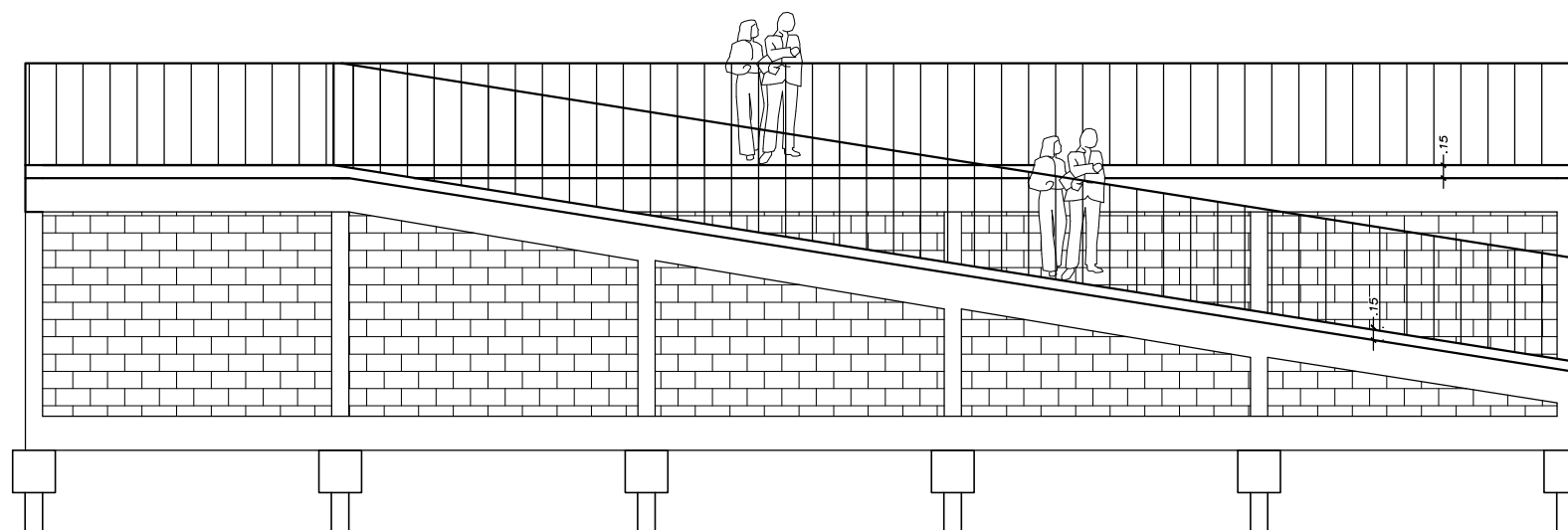
LAJES - ARMAÇÃO NEGATIVA

ESCALA: 1/50

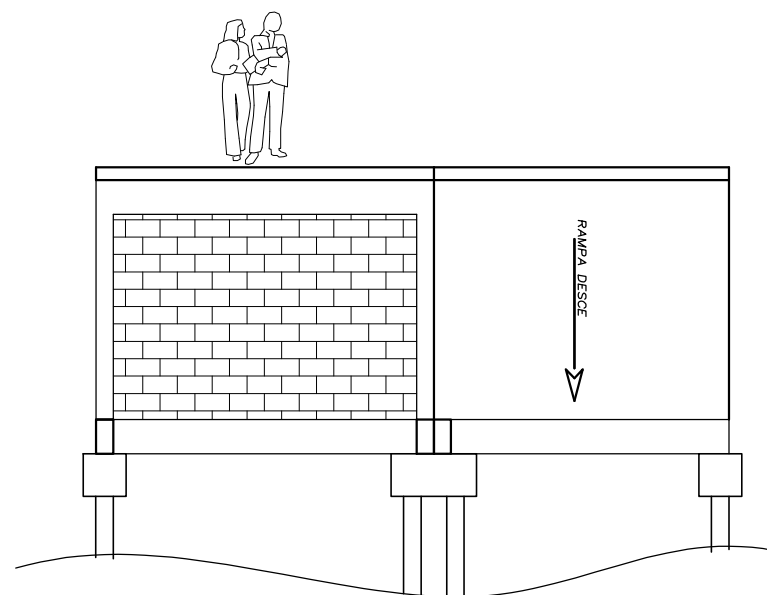
CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA					
DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS					
Descrição da prancha		Intervenção		Endereço	
LAJE ARMAÇÃO		PROJETO DE CONSTRUÇÃO		DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis					
KAKÁ SENA - PREFEITO					
Autor do projeto			Secretário de Municipal de Obras		PRANCHA
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1			ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7		
Etapa projeto	Área metragem linear	Contato	Escala	Data	09/09
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175	JUL/2025	



TRAPICHE EM PLANTA
ESCALA: 1/125



VISTA LATERAL
ESCALA: 1/125



VISTA FRONTAL
ESCALA: 1/125

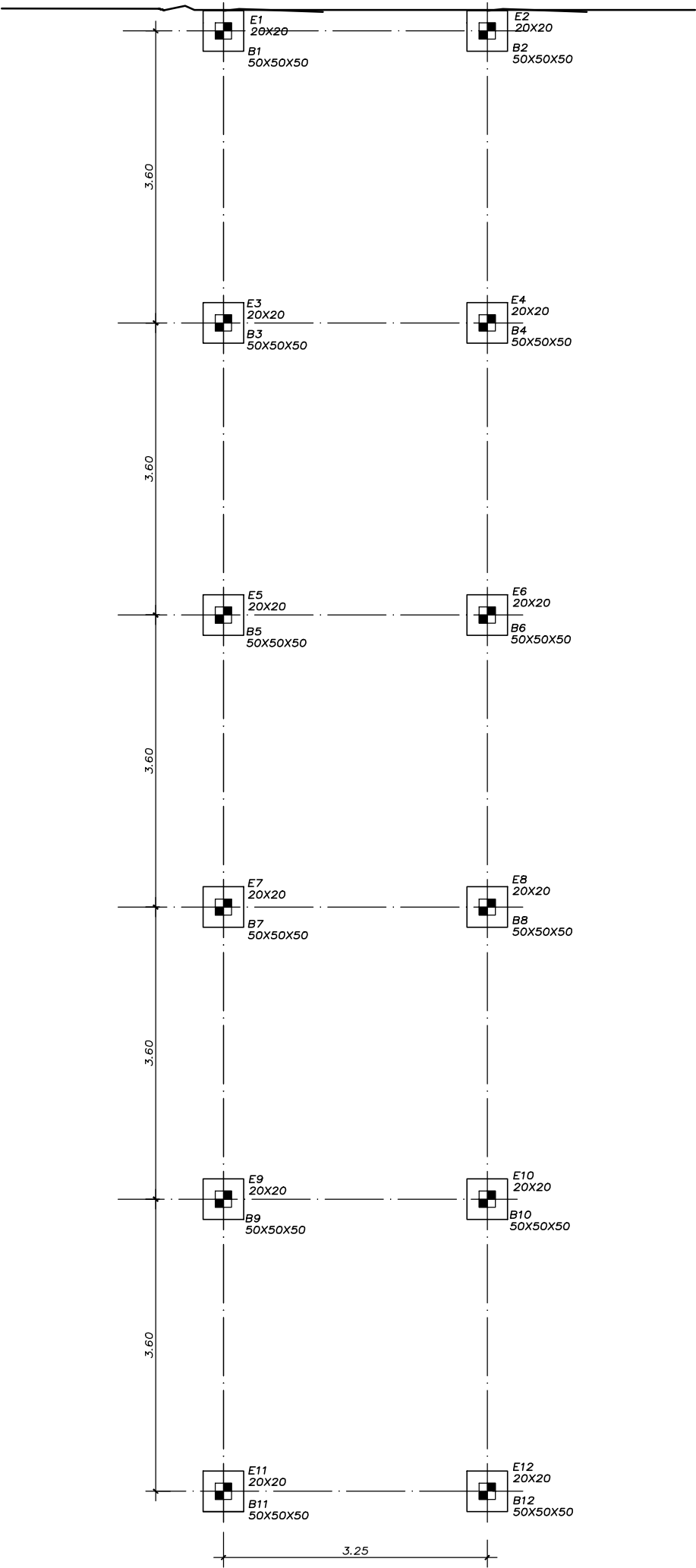
CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE

SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS



Descrição da prancha		Intervenção	Endereço	
PLANTA BAIXA - VISTA LATERAL E VISTA FRONTAL		PROJETO DE CONSTRUÇÃO	SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis				
KAKÁ SENA - PREFEITO				
Autor do projeto		Secretário de Municipal de Obras		PRANCHA
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7		
Etapas projeto	Área metragem linear	Contato	Escala	Data
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175	JUL/2025

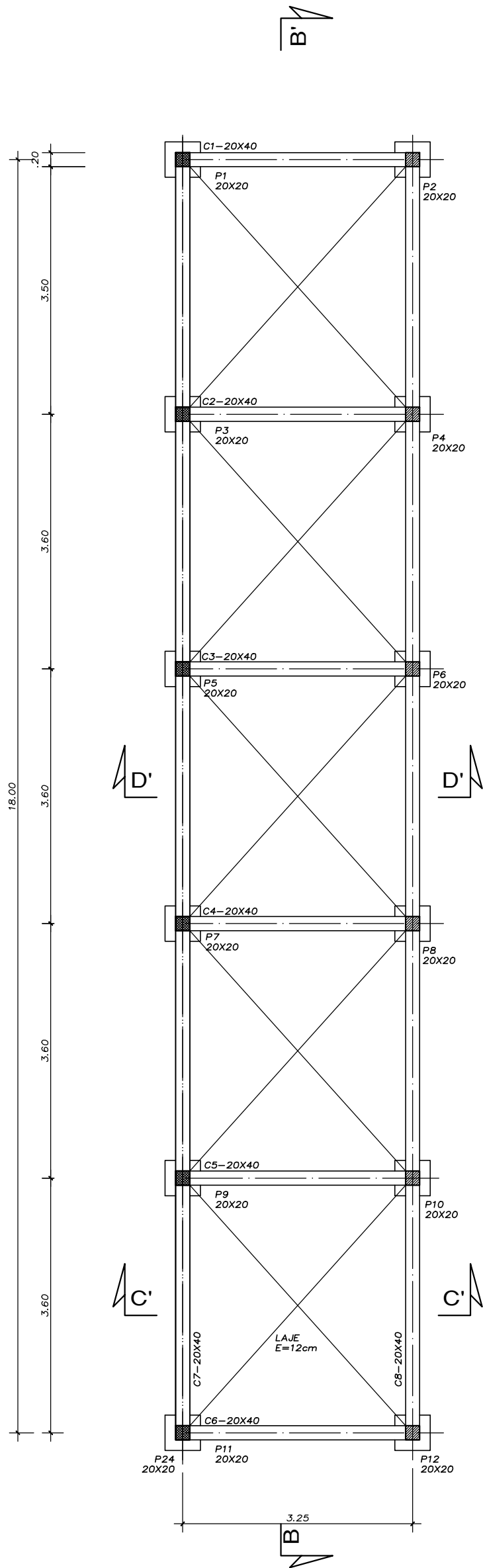
01/10



LOCAÇÃO DE ESTACAS E BLOCOS

ESCALA: 1/50

CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA						
DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS						
Descrição da prancha			Intervenção		Endereço	
PLANTA BAIXA LOCAÇÃO BLOCOS			PROJETO DE CONSTRUÇÃO		DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis						
KAKÁ SENA - PREFEITO						
Autor do projeto			Secretário de Municipal de Obras			PRANCHA
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1			ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7			
Etapa projeto		Área metragem linear		Contato		Escala
PROJETO ARQUITETÔNICO		18 m		91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d		
				Data		02/09
				JUL/2025		

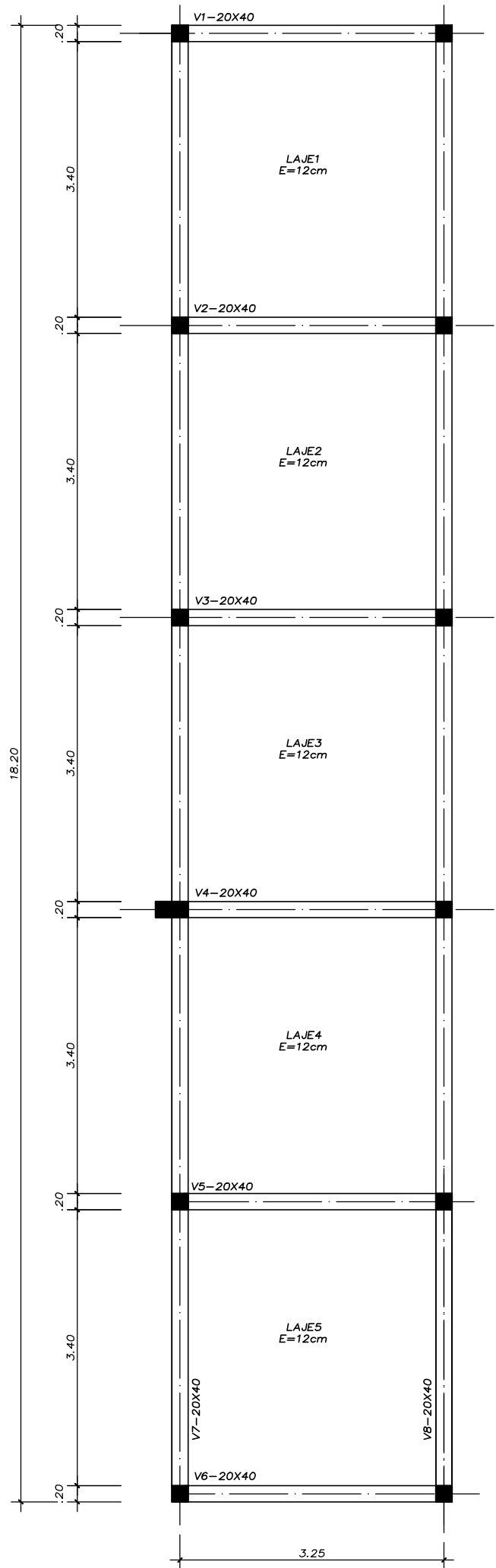


FORMA - NÍVEL DO CINTAMENTO

ESCALA: 1/100

FO
ESCALA

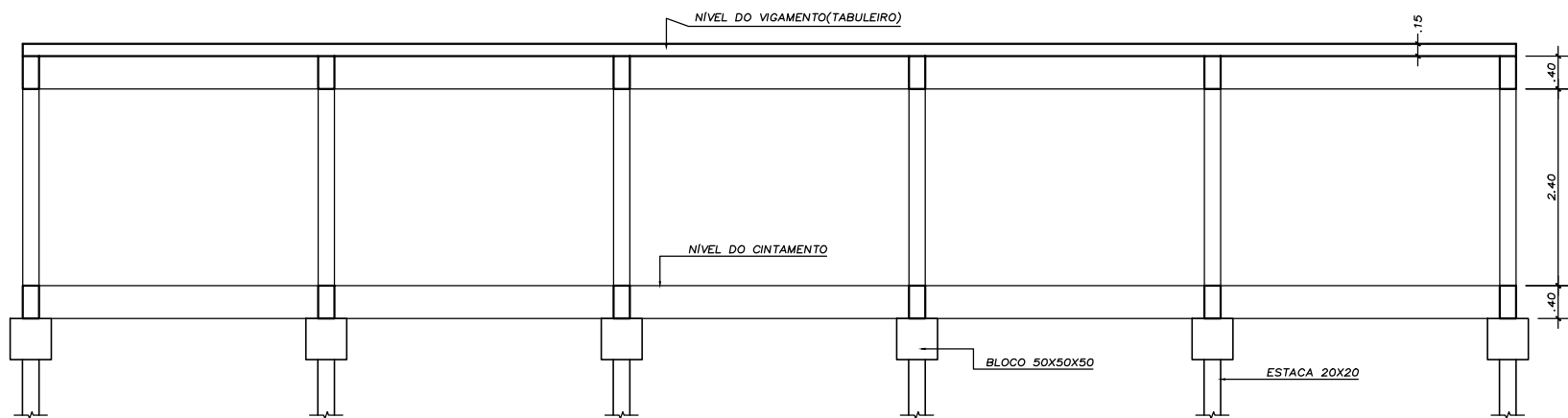
CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA					
DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS					
Descrição da prancha		Intervenção		Endereço	
FORMA - NÍVEL DO CINTAMENTO		PROJETO DE CONSTRUÇÃO		DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis					
KAKÁ SENA - PREFEITO					
Autor do projeto		Secretário de Municipal de Obras			PRANCHA
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7			
Etapas projeto	Área metragem linear	Contato	Escala	Data	03/09
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175	JUL/2025	



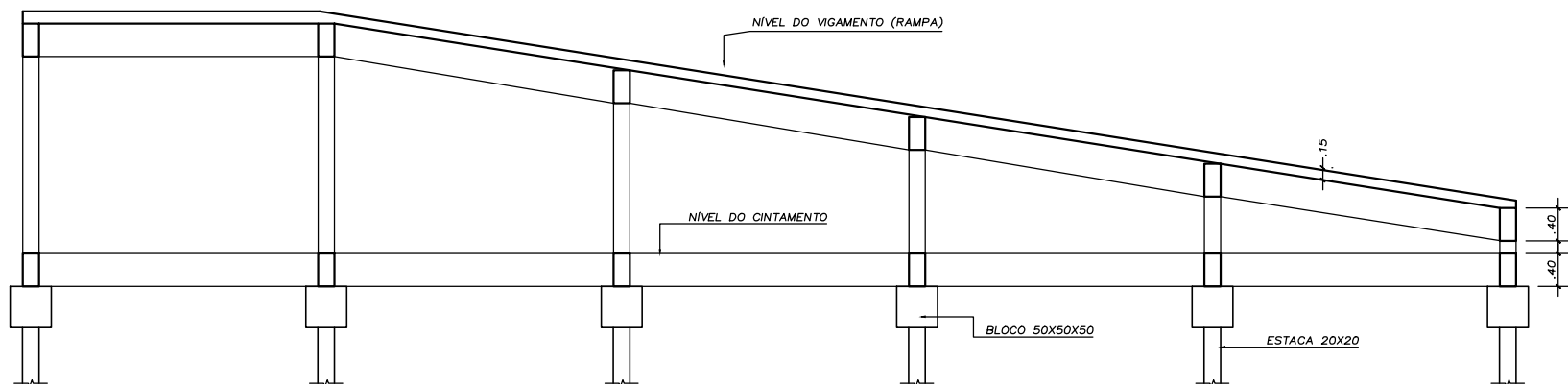
FORMA - NÍVEL DO VIGAMENTO (PLATAFORMA)

ESCALA: 1/100

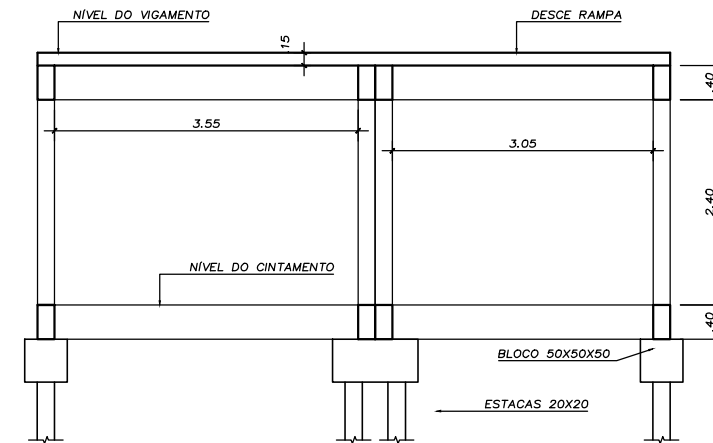
CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA						
DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS						
Descrição da prancha			Intervenção		Endereço	
FORMA - NÍVEL DO VIGAMENTO DA PLATAFORMA			PROJETO DE CONSTRUÇÃO		DERRUBADINHO - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis						
KAKÁ SENA - PREFEITO						
Autor do projeto			Secretário de Municipal de Obras			PRANCHA
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1			ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7			
Etapa projeto		Área metragem linear	Contato		Escala	Data
PROJETO ARQUITETÔNICO		18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d		1/175	JUL/2025
04/09						



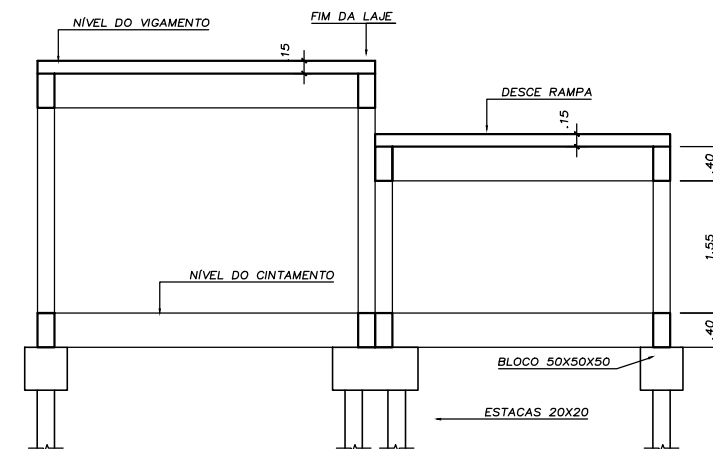
SEÇÃO AA"
ESCALA: 1/125



SEÇÃO BB"
ESCALA: 1/125



SEÇÃO CC"
ESCALA: 1/125



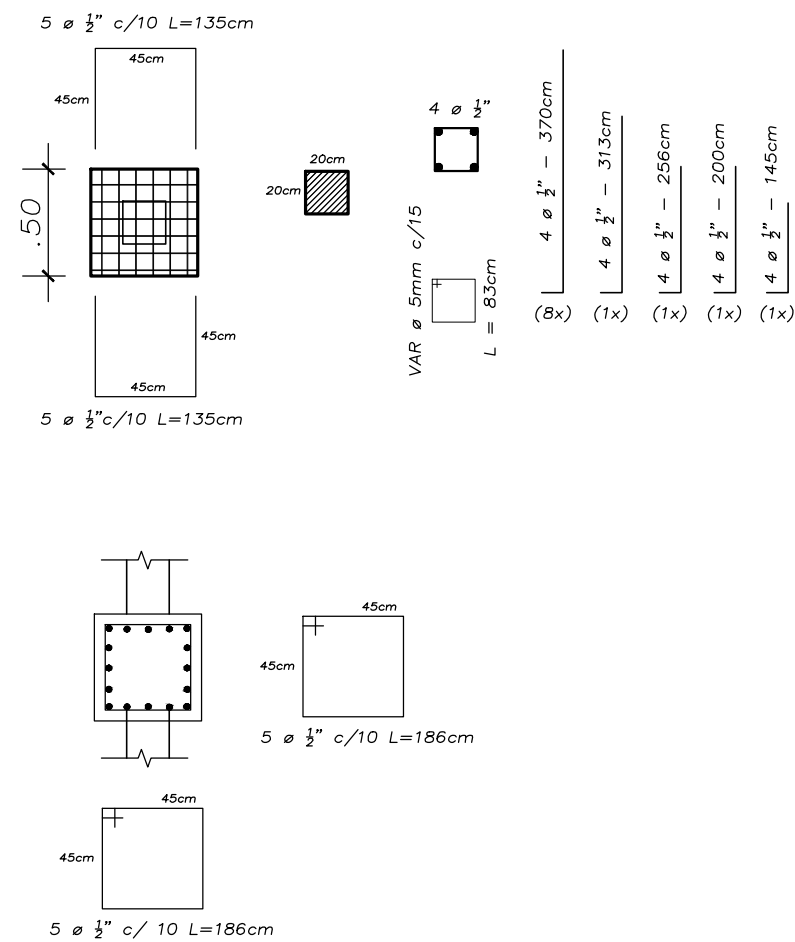
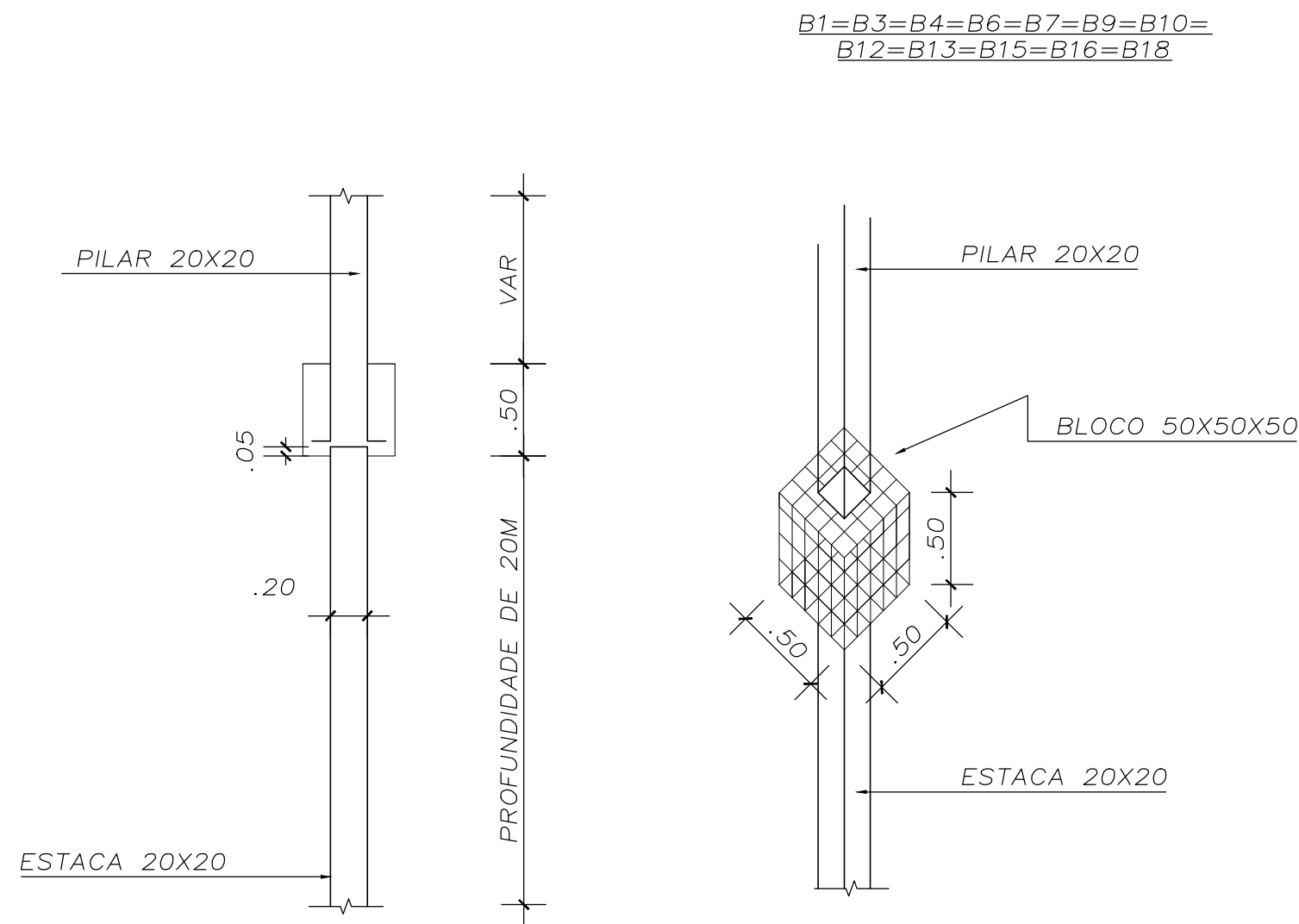
SEÇÃO CC"
ESCALA: 1/125

CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE

SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS



Descrição da prancha		Intervenção	Endereço		
PLANTA BAIXA - VISTA LATERAL E VISTA FRONTAL		PROJETO DE CONSTRUÇÃO	SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS - PARÁ		
Prefeito Municipal de Salinópolis					
KAKÁ SENA - PREFEITO					
Autor do projeto		Secretário de Municipal de Obras		PRANCHA	
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7		05/10	
Etapas projeto	Área metragem linear	Contato	Escala		Data
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175		JUL/2025



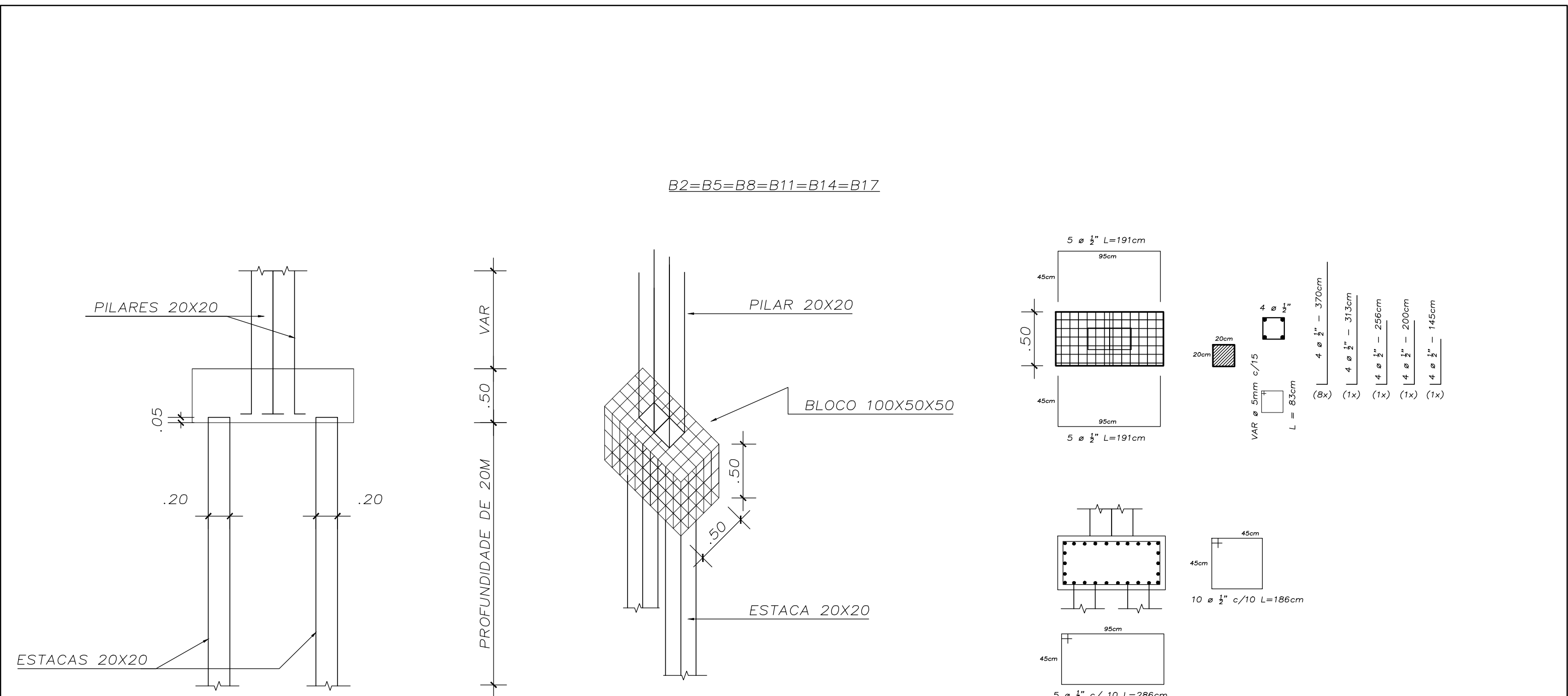
ARMAÇÃO DE BLOCOS DE 50X50cm

ESCALA: 1/50

CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE



Descrição da prancha PLANTA BAIXA - VISTA LATERAL E VISTA FRONTAL		Intervenção PROJETO DE CONSTRUÇÃO	Endereço SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS - PARÁ
Prefeito Municipal de Salinópolis KAKÁ SENA - PREFEITO			
Autor do projeto ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		Secretário de Municipal de Obras ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7	PRANCHA 06/10
Etapas projeto PROJETO ARQUITETÔNICO	Área metragem linear 18 m	Contato 91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	Escala 1/175
		Data JUL/2025	



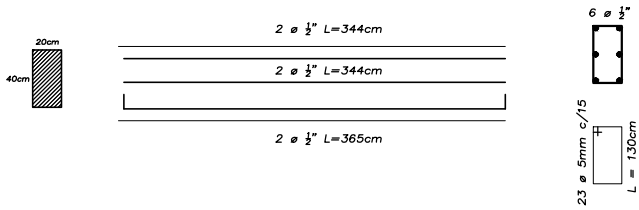
ARMAÇÃO DE BLOCOS DE 100X50cm

ESCALA: 1/50

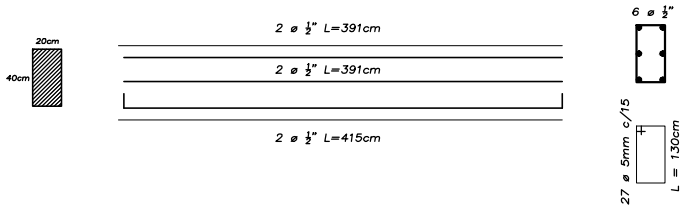
CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE
SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS

Descrição da prancha PLANTA BAIXA - VISTA LATERAL E VISTA FRONTAL		Intervenção PROJETO DE CONSTRUÇÃO	Endereço SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis KAKÁ SENA - PREFEITO				
Autor do projeto ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		Secretário de Municipal de Obras ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7		PRANCHA 07/10
Etapa projeto PROJETO ARQUITETÔNICO	Área metragem linear 18 m	Contato 91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	Escala 1/175	

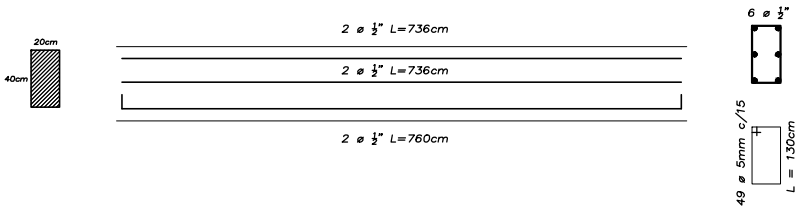
V2 = V4 = V6 = V8 L: 345cm



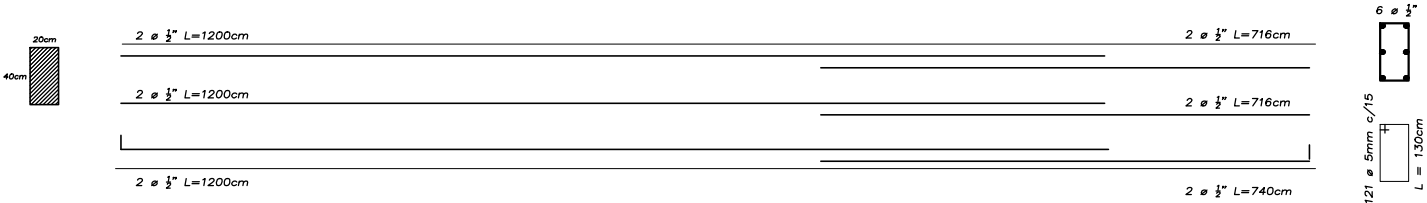
V1 = V3 = V5 = V7 L: 395cm



V9 = V10 L: 740cm



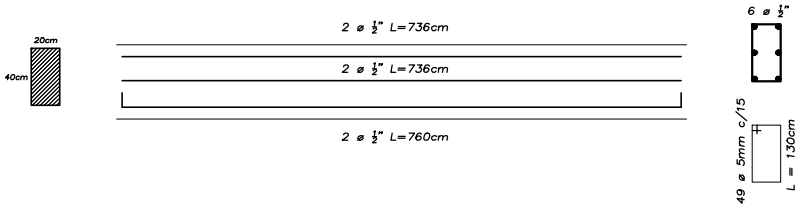
V11 = V12 = V13 = V14 L: 1820cm



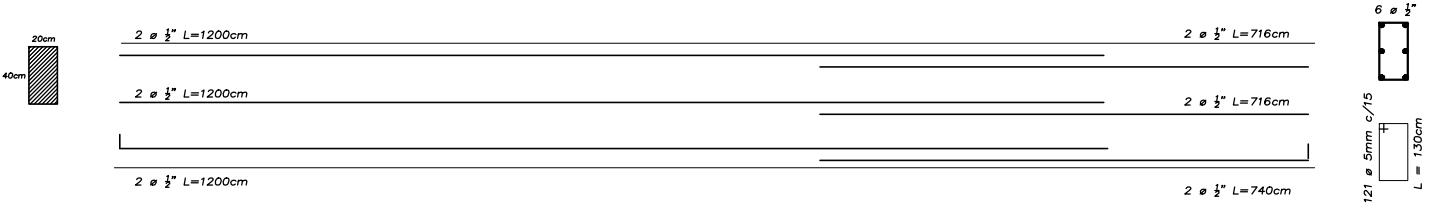
VIGAMENTO 20X40cm

ESCALA: 1/75

C1 = C2 = C6 = L: 740cm



C7 = C8 = C10 = L: 1820cm



CINTAMENTO 20X40cm

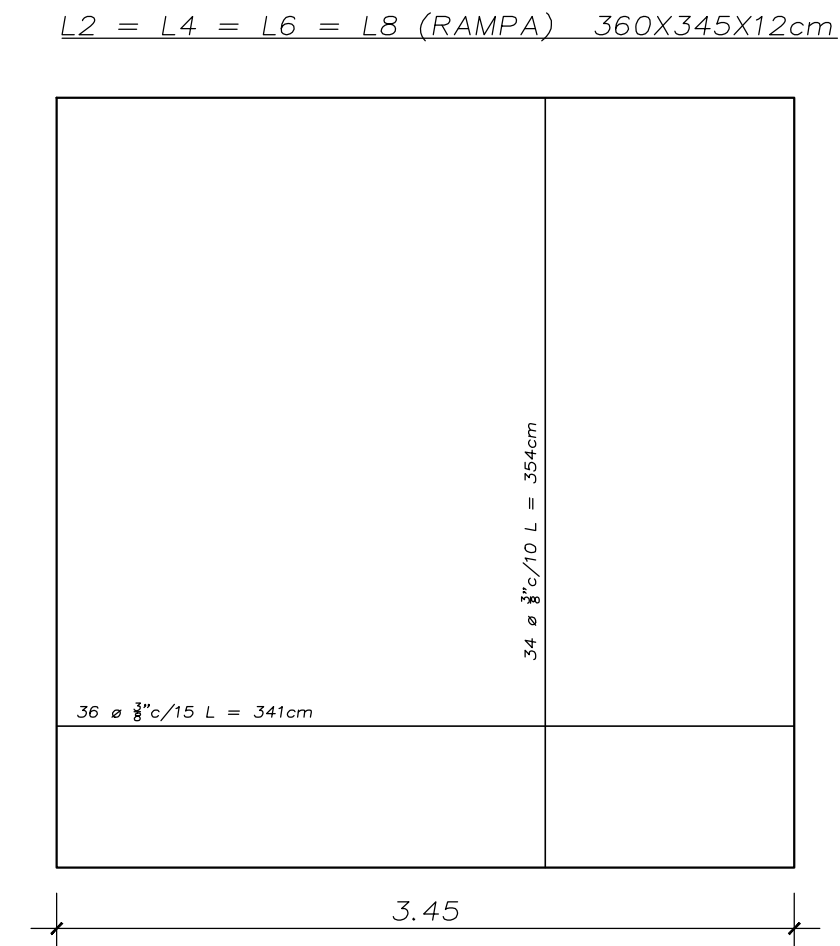
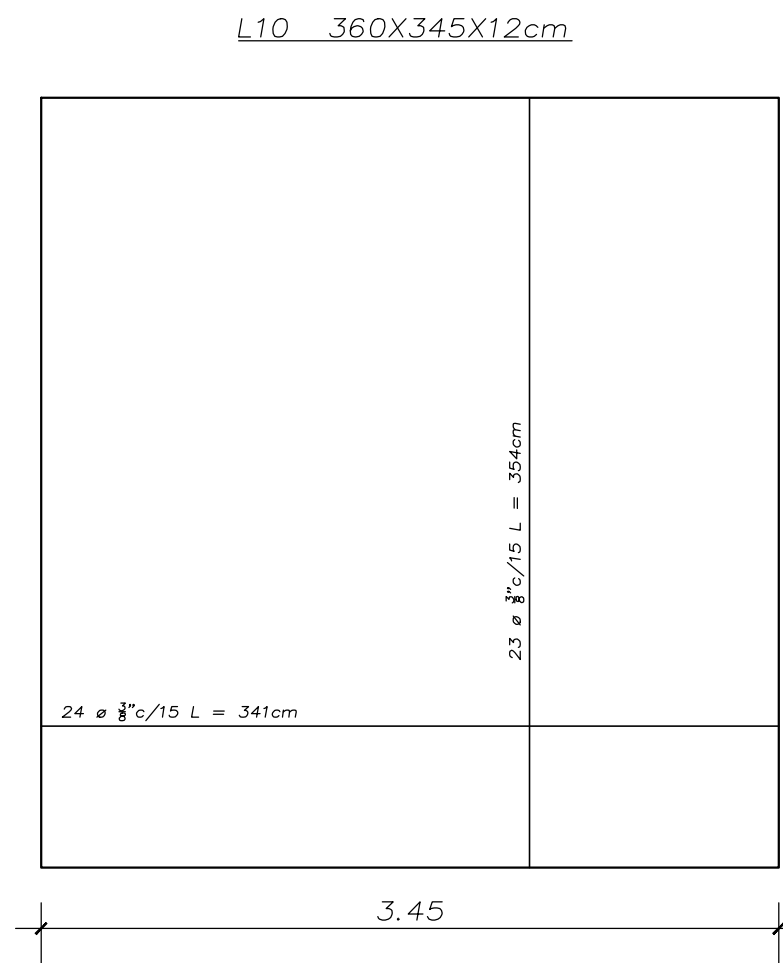
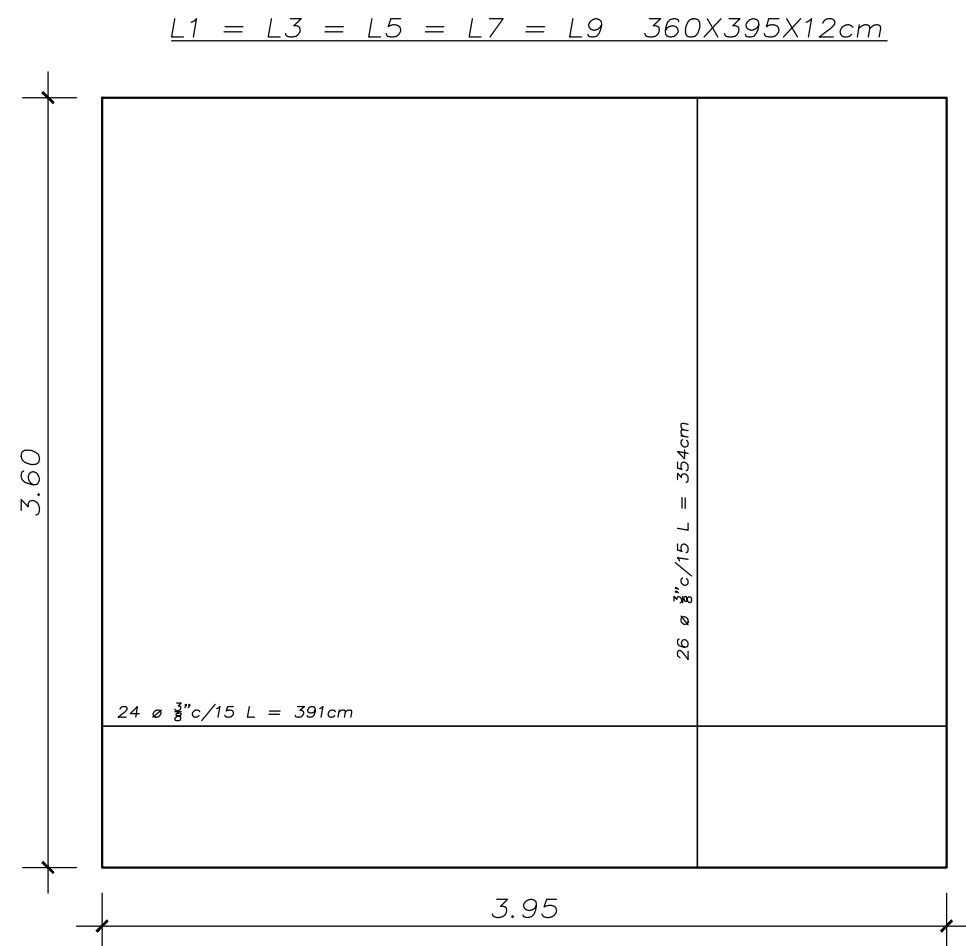
ESCALA: 1/75

CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE

SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS



Descrição da prancha		Intervenção	Endereço		
PLANTA BAIXA - VISTA LATERAL E VISTA FRONTAL		PROJETO DE CONSTRUÇÃO	SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS - PARÁ		
Prefeito Municipal de Salinópolis					
KAKÁ SENA - PREFEITO					
Autor do projeto		Secretário de Municipal de Obras		PRANCHA	
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1		ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7		08/10	
Etapas projeto	Área metragem linear	Contato	Escala		Data
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175		JUL/2025



LAJES - ARMAÇÃO POSITIVA

ESCALA: 1/50

<h1>CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE</h1> <h2>SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS</h2>					
Descrição da prancha		Intervenção		Endereço	
LAJE ARMAÇÃO POSITIVA		PROJETO DE CONSTRUÇÃO		SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS - PARÁ	
Prefeito Municipal de Salinópolis					
KAKÁ SENA - PREFEITO					
Autor do projeto			Secretário de Municipal de Obras		
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1			ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7		
Etapa projeto		Área metragem linear		Data	
PROJETO ARQUITETÔNICO		18 m		JUL/2025	
Contato		Escala		09/10	
91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d		1/175			

[illegible]

Technical drawing of a rectangular plate with the following specifications:

- Overall Dimensions:** 240 mm (width) x 115 mm (height).
- Hole Specifications:** 23 holes, each with a diameter of 8 mm, spaced at 15 mm intervals.
- Dimensions and Hole Counts:**
 - Horizontal dimension: 240 mm, 23 holes.
 - Vertical dimension: 115 mm, 24 holes.

Diagrama de uma laje de concreto armado com as seguintes especificações:

- Dimensões da laje: $36 \varnothing 8\text{mm}/10 \text{ L} = 115\text{cm}$ (largura) e $34 \varnothing 8\text{mm}/10 \text{ L} = 115\text{cm}$ (comprimento).
- Dimensão da borda livre: $.50$ (metros).
- Legenda: *em caso de encontro de laje*

ESCALA: 1/50

CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE

SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS



Descrição da prancha	Intervenção	Endereço		
LAJE ARMAÇÃO	PROJETO DE CONSTRUÇÃO	SANTO ANTÔNIO DO URINDEUA - SALINÓPOLIS - PARÁ		
Prefeito Municipal de Salinópolis				
KAKÁ SENA - PREFEITO				
Autor do projeto	Secretário de Municipal de Obras	PRANCHA 10/10		
ARQ. PAULO ALEXANDRE CAU-241744-1	ENG. WESLEN C. AVIZ DA COSTA CREA-1517126842-7			
Etapa projeto	Área metragem linear			
PROJETO ARQUITETÔNICO	18 m	Contato	Escala	Data
		91 99154-7339 mundy3d@gmail.com @projetos_mundy3d	1/175	JUL/2025

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a execução das obras de **CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO**, no município de Salinópolis/PA.

1. **LOCALIZAÇÃO:** Comunidades de Santo Antônio do Urindeua e Derrubadinho, Zona Rural, Município de Salinópolis/PA.

Coordenadas Geográficas:

VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA: 0° 42' 08.35" S – 47° 22' 03.77" W;

VILA DO DERRUBADINHO: 0° 39' 56.24" S – 47° 24' 09.12" W;



IMAGEM 01: Localização das Vilas, demarcado em vermelho Vila Santo Antonio de Urindeua e demarcado em amarelo Vila do Derrubadinho.

2. GENERALIDADE:

O presente Memorial Descritivo e Especificações Técnicas tem por objetivo estabelecer as condições que nortearão o desenvolvimento das obras e serviços relativos à **CONSTRUÇÃO DE UM**

TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO, município de Salinópolis, Estado do Pará, bem como fixar as obrigações e direitos não tratados no Edital, instruções de concorrência ou contrato. Os serviços contratados serão executados, rigorosamente, de acordo com este Memorial e Especificações Técnicas e com os documentos nele referidos: as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais e equipamentos descritos e os Projetos de Arquitetura e Complementares correspondentes à obra. Todos os itens da planilha orçamentária dizem respeito, salvo o disposto em contrário nas Especificações Técnicas, ao fornecimento de materiais e mão de obra por parte da contratada. Serão impugnados pela Fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais. Ficará a Contratada obrigada a demolir e refazer os serviços impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva todas as despesas decorrentes dessas providências.

OBJETIVO:

Este memorial apresenta o estudo para a CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NA VILA SANTO ANTONIO DO URINDEUA E UMA RAMPA NA VILA DO DERRUBADINHO, município de Salinópolis/PA. Desse modo, visa detalhar e especificar adequadamente as etapas construtivas e os elementos estruturais a serem contemplados nesta obra, cuja execução deverá seguir rigorosamente as informações contidas nos projetos executivos, memoriais e demais documentos técnicos.

O empreendimento tem por finalidade a implantação de um trapiche em estrutura de concreto armado e uma rampa, também de concreto armado, destinado ao embarque e desembarque de pessoas, mercadorias e produtos pesqueiros, atendendo às necessidades de transporte, mobilidade e apoio às atividades econômicas locais.

A obra compreenderá a execução completa das fundações e superestrutura, incluindo estaqueamento em concreto armado, blocos de coroamento, pilares, vigas e lajes de concreto armado, conforme as dimensões e especificações estabelecidas nos projetos. O piso do trapiche será executado com concreto reforçado e acabamento antiderrapante, garantindo segurança e resistência ao uso contínuo e às ações ambientais.

Serão executados guarda-corpos ao longo de toda a extensão da estrutura, conforme padrões de segurança definidos, além da execução de aterro compactado na cabeceira do trapiche e da rampa, proporcionando adequada transição entre a via de acesso e o início da estrutura.

A construção atenderá às exigências de estabilidade, durabilidade e resistência, considerando as variações de maré, esforços horizontais e verticais, conforme previsto nas normas técnicas aplicáveis. Todos os serviços deverão observar as normas da ABNT, garantindo qualidade e desempenho da obra.

DISPOSIÇÕES GERAIS:**5.1 Documentos para início da obra:**

São de responsabilidade da contratada quaisquer despesas referentes à regularização para o início da obra tais como:

- Cadastro junto à Prefeitura Municipal local (ISS);
- Alvará de Construção de Obra;
- ART/RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica/ Registro de Responsabilidade Técnica) de execução dos serviços contratados, com a respectiva taxa recolhida;

2.2 - Obrigações da Contratada:**5.2.1 - Quanto a materiais:**

Estabelecer a programação de compra de materiais, de forma a concluir a obra no prazo fixado;

Observar rigorosamente os prazos de validade dos materiais, o que será recusado pela Fiscalização qualquer tipo de material que se encontre com o prazo de validade vencido;

Todo e qualquer material de construção que entrar no canteiro de obras deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização. Aquele que for impugnado deverá ser retirado do canteiro, no prazo definido pela Fiscalização.

Submeter à Fiscalização, sem ônus, amostras dos materiais de acabamentos a serem utilizados na obra.

5.2.2 - Quanto à mão-de-obra:

Contratar mão-de-obra idônea, de modo a obter permanentemente na Obra, Engenheiro Civil e uma equipe de operários homogênea e eficaz, e de encarregados que assegurem o andamento satisfatório dos serviços.

É de responsabilidade da contratada o fornecimento de equipamentos de segurança aos seus empregados tais como: cintos, capacetes, etc., devendo ser obedecidas todas as normas de prevenção de acidentes.

5.2.3 - Quanto aos equipamentos e ferramentas de trabalho:

É de responsabilidade da contratada os gastos com aquisição de ferramentas, máquinas, equipamentos necessários na execução da revitalização.

5.2.4 - Quanto à administração da obra:

Manter um Engenheiro Civil qualificado na administração da obra, com carga horária mínima equivalente a dois turnos fixos, por semana.

5.3 - Segurança e saúde do trabalho:

A contratada assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/78 e suas alterações posteriores;

Serão de uso obrigatório os equipamentos de proteção individual estabelecidos na NR-18 e demais Normas de Segurança do Trabalho. Os equipamentos mínimos obrigatórios serão:

- Equipamentos para proteção da cabeça
- Equipamentos para Proteção Auditiva
- Equipamentos para Proteção dos membros superiores e inferiores.

A inobservância das Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Saúde do Trabalho terá como penalidade advertência por escrito e as consequentes responsabilidades legais.

5.4 - Diário de Obra:

Deverá ser mantido no canteiro um Diário de Obra, desde a data de início dos serviços, para que sejam registrados pela contratada e, a cada vistoria, pela Fiscalização, fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento da mesma.

5.5 - Limpeza da obra:

Os locais da obra, assim como seus entornos e passeio, deverão ser mantidos limpos e desobstruídos de entulhos, durante e após a realização dos trabalhos.

5.6 - Locação de Instalações e Equipamentos:

A contratada procederá à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes dos projetos com as reais condições encontradas no local.

Havendo discrepâncias, que não possam ser sanadas na obra, ou modificações significativas ocorridas após a conclusão e o recebimento dos projetos, a ocorrência será comunicada à Fiscalização, que decidirá a respeito.

5.7 - Especificações de materiais e serviços:

O fornecimento de materiais, bem como a execução dos serviços obedecerá rigorosamente ao constante nos documentos:

- Normas da ABNT;
- Prescrições e recomendações dos fabricantes;
- Normas internacionais consagradas, na falta das citadas;
- Estas especificações e desenhos dos projetos.

Os materiais ou equipamentos especificados admitem equivalentes em função e qualidade. O uso destes produtos será previamente aprovado pela CONTRATANTE.

A existência de Fiscalização, de modo algum, diminui ou atenua a responsabilidade da contratada pela perfeição da execução de qualquer serviço.

Ficará a critério da Fiscalização recusar qualquer serviço executado que não satisfaça às condições contratuais, às especificações e ao bom padrão de acabamento.

A contratada ficará obrigada a refazer os trabalhos recusados pela Fiscalização.

Caberá à contratada manter o DIÁRIO DE OBRAS, no qual se farão todos os registros relativos a pessoal, materiais retirados e adquiridos, andamento dos serviços e demais ocorrências.

Caberá à contratada a responsabilidade por qualquer acidente de trabalho, bem como danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE e a terceiros.

Todas as medidas serão conferidas no local.

Todos os materiais serão novos, comprovadamente de primeira qualidade.

5.8 - Quanto ao andamento dos trabalhos:

Para fiel observância do contrato e perfeita execução e acabamento das obras a contratada deverá manter na obra pessoal técnico habilitado e obriga-se a prestar toda assistência técnica e administrativa, com a finalidade de imprimir aos trabalhos o ritmo necessário ao cumprimento dos prazos contratuais;

À contratada caberá a execução das instalações provisórias de água, luz, força, esgoto, etc., bem como o transporte dentro e fora do canteiro de obras.

5.9 - Do prazo de execução:

O prazo para execução dos serviços será o estabelecido no Cronograma Físico, e passará a vigorar a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

II. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Este item tem por objetivo especificar a metodologia de execução dos serviços da obra de construção de um trapiche, proporcionando condições de funcionamento. A manutenção e a limpeza do canteiro de obras, e por onde os equipamentos, caminhões trafegarem também será de responsabilidade da empresa contratada.

Quando houver chuvas contínuas ou casos específicos definidos pela fiscalização que impeçam a utilização dos equipamentos, os serviços deverão ser paralisados, sob pena de a empresa ser responsabilizada pelos acidentes que advirem do não atendimento dessa paralização.

A empresa é responsável pela sinalização diurna e noturna do local onde estiver trabalhando, bem como a sinalização necessária ao desvio de trânsito (se necessário). Todo e qualquer acidente que venha a ocorrer por falta de sinalização será de responsabilidade da empresa.

1. EQUIPE TÉCNICA

A administração se dará por equipe técnica habilitada para a supervisão das atividades, portando toda a documentação necessária (projetos executivos, memorial descritivo, especificações técnicas e demais documentos cabíveis) para a perfeita execução dos serviços necessários para a conclusão da obra.

Ficará, a cargo da CONTRATADA a manutenção do canteiro de obras no que diz respeito à segurança de todos os profissionais ali locados e eventuais transeuntes.

A CONTRATADA é obrigada apresentar todos os documentos necessários ao fiel cumprimento do objeto.

2. INSTALAÇÃO DO CANTEIRO

- **2.1. MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPE. E MÃO DE OBRA:**

Compreende-se como todos os custos de transporte de pessoal, equipamentos, ferramentas e materiais necessários à execução da obra, bem como, organização inicial do canteiro, acessos provisórios, sinalização, cercamento quando necessário e demais estruturas auxiliares.

Inclui, ainda, organização final do canteiro, ao qual todos os serviços deverão ser entregues completamente arrematados.

Após o término da obra a CONTRATADA fará a limpeza de todo o canteiro que tenha utilizado, retirando todo material empregado, de modo a entregá-lo completamente limpo e desimpedido.

Poderão ser utilizados na limpeza produtos químicos adequados para cada material, para a limpeza externa poderá ser utilizada vassoura, enxadas, e outras ferramentas necessárias para a limpeza.

- **2.2. LICENÇAS E TAXAS DA OBRA (ATÉ 500 M²)**

Engloba a obtenção e pagamento de todas as licenças e taxas exigidas pelos órgãos competentes para a execução da obra (ambientais, municipais, etc.). A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização os comprovantes antes do início dos serviços correspondentes.

- **2.3. PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA**

A placa indicativa da obra deverá ser executada respeitando rigorosamente às referências cromáticas, as dimensões e os tipos de letras e logotipos do modelo apresentado pelo Órgão Público CONTRATANTE, que regulamenta os modelos de placas e adesivos indicativos. A placa deverá ser confeccionada em chapa plena metálica galvanizada pintada com tinta a óleo ou tinta esmalte, estruturada sobre barrotes de madeira ou perfis metálicos.

A placa possuirá tamanho de 3,00 x 2,00m, sendo que o modelo, seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas no manual, com orientação da fiscalização.

A placa deverá ser fixada pela contratada em local visível a ser indicado pela fiscalização, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas. Deverá ser mantida em bom estado de conservação, inclusive quanto a integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras.

- **2.4. BARRACÃO DE MADEIRA / ALMOXARIFADO**

Execução de barracão de madeira para apoio administrativo e guarda de materiais, nas dimensões previstas em planilha.

A construção deverá garantir ventilação, cobertura estanque e piso que permita armazenamento adequado, atendendo às normas de segurança do trabalho.

Ficará a cargo exclusivo da CONTRATADA toda a providência correspondente às instalações provisórias da obra, compreendendo o aparelhamento, maquinaria e ferramenta necessária à execução dos serviços provisórios.

- **2.5. LOCAÇÃO DA OBRA A TRENA (EM M²)**

Locação planimétrica e altimétrica de todos os elementos do trapiche (eixos, alinhamentos, níveis de blocos, cabeceira e acessos), utilizando trena e instrumentos usuais. Esta especificação tem

por objetivo fixar as seguintes condições e o método de execução da locação da obra. Portanto a locação da obra deve seguir os seguintes parâmetros:

A locação geral da obra será indicada no projeto compreendendo o eixo longitudinal e as referências de níveis;

Após os serviços preliminares será procedida a locação de toda a obra seguindo rigorosamente as indicações de projeto;

Caso seja verificado discrepância entre as reais condições do terreno e os elementos do projeto, deverá ser comunicado, por escrito, a fiscalização que providenciará a solução do problema.

A contratada será responsável por qualquer erro de locação, que importe em discordância com o projeto;

A constatação de erro na locação da obra em qualquer tempo, implicará na obrigação da contratada por sua conta e prazo estipulado proceder a modificação, demolição e reposição que forem necessários a juízo da fiscalização.

- **2.6. FURO DE SONDAGEM**

Execução dos furos de sondagem com profundidade superior a 15 m, conforme quantidades de projeto, para verificação das condições de fundação.

Os furos deverão ser executados por empresa ou equipe habilitada, com apresentação de boletins de sondagem, níveis d'água e perfil estratigráfico do solo conforme as normas da ABNT.

3. ESTRUTURA

3.1. INFRAESTRUTURA – ESTAQUEAMENTO

- **3.1.1 – Estacas de Concreto Armado Centrifugado**

As estacas deverão ser do tipo pré-moldadas de concreto armado centrifugado, para cargas de 20 a 30 toneladas e resistência característica mínima de 30 MPa, conforme especificações do projeto estrutural e normas técnicas da ABNT (NBR 6118 e NBR 6122).

O fornecimento, transporte, manuseio e armazenamento das estacas deverão ocorrer de forma a evitar impactos e fissuras, mantendo a integridade estrutural das peças até o momento da cravação. O içamento será realizado com o uso de cintas e pontos de apoio indicados pelo fabricante, impedindo esforços indevidos que possam comprometer a peça.

A cravação deverá ser executada por equipamento apropriado (bate-estaca, martelo ou sistema de percussão controlada), garantindo o alinhamento vertical (prumo) e a profundidade final de

assentamento previstas no projeto. A energia de cravação deve ser suficiente para atingir a recusa estabelecida em projeto, sem causar trincas ou lascamentos nas cabeças das estacas.

Cada estaca deverá ser identificada com o número correspondente, e os dados de cravação deverão constar em boletim próprio contendo: comprimento total, número de golpes, energia aplicada, tipo de solo, data e assinatura do responsável técnico.

As emendas, quando necessárias, deverão ser executadas por meio de luvas metálicas ou sistemas de acoplamento homologados pelo fabricante, garantindo a continuidade estrutural e o perfeito alinhamento entre os elementos. A face superior das estacas deverá ser regularizada após a cravação, de modo a possibilitar a perfeita aderência com o bloco de coroamento.

Todo o processo de estaqueamento será acompanhado pela Fiscalização, que poderá determinar ajustes no procedimento caso sejam observadas divergências de nível, alinhamento ou recusa. A Contratada deverá adotar todas as medidas de segurança e proteção durante o manuseio e cravação, observando as normas da NR-18 e demais legislações aplicáveis.

- **2.1.2 – Arrasamento**

Após a cravação, as estacas deverão ser arrasadas no nível indicado em projeto, com o uso de ferramentas manuais ou marteletes leves, evitando impactos que comprometam o fuste.

A superfície resultante deverá apresentar-se plana, limpa e isenta de partes soltas ou contaminadas, permitindo o perfeito contato e aderência com o bloco de coroamento. Antes da concretagem do bloco, recomenda-se a aplicação de uma camada de argamassa de cimento e areia (traço 1:3) sobre a superfície, promovendo a regularização da superfície.

Deverão ser observadas as tolerâncias máximas de $\pm 1,0$ cm no nível final e $\pm 2,0$ cm no alinhamento horizontal. A Fiscalização deverá ser comunicada para vistoria das fundações antes do lançamento do concreto dos blocos.

Os serviços de arrasamento deverão ser realizados apenas após a verificação do completo endurecimento do concreto e o registro em diário de obra dos resultados de resistência, sondagens e inspeções.

A CONTRATADA deverá garantir o uso de equipamentos adequados e a adoção de procedimentos seguros durante toda a execução, preservando a integridade das fundações e das estruturas vizinhas.

3.2. ESTRUTURA DO TRAPICHE

- **3.2.1 – Forma de Madeira para Concretagem**

As formas deverão ser executadas em tábuas de madeira de boa qualidade, sem empenamentos, rachaduras ou nós que possam comprometer o acabamento.

Deverão apresentar resistência suficiente para suportar o peso do concreto e dos operários, sem deformações ou vazamentos de argamassa durante o lançamento.

O escoramento será devidamente travado e contraventado, garantindo estabilidade, nivelamento e prumo das peças estruturais.

As tábuas deverão ser tratadas com óleo desmoldante vegetal antes da concretagem, de modo a permitir o desmolde sem danificar o concreto.

As dimensões e cotas deverão seguir rigorosamente o projeto estrutural, respeitando tolerâncias máximas de ± 5 mm em espessura e ± 10 mm em nível.

A retirada das formas somente deverá ocorrer após o tempo mínimo de cura do concreto (mínimo de 48 h para faces laterais e 72 h para faces inferiores), conforme as condições climáticas e o fck utilizado.

- **3.2.2 – Escoramento**

O escoramento deverá ser montado antes do lançamento das lajes e vigas, com pontaletes de madeira de boa qualidade, metálicos ou mistos, devidamente travados e alinhados.

As peças de apoio deverão estar sobre base firme, evitando recalques diferenciais.

Deverá ser garantido o nivelamento da face superior dos elementos estruturais, observando as cotas de projeto. E durante o lançamento do concreto, o escoramento não poderá sofrer deslocamentos nem deformações perceptíveis.

O período mínimo de permanência do escoramento será de 14 dias, ou conforme orientação do projetista estrutural, devendo ser retirado apenas após o concreto atingir 75 % da resistência prevista. Todo o escoramento deverá ser inspecionado pela Fiscalização antes do lançamento do concreto.

- **3.2.3 – Armação de Aço CA-50 (\varnothing 6,3 a 12,5 mm)**

As armaduras serão confeccionadas conforme indicado em projeto e de acordo com as normas da ABNT vigentes, sendo utilizadas nas ferragens principais de blocos, vigas, pilares e lajes.

As barras deverão estar limpas, isentas de ferrugem solta, óleos, tintas ou quaisquer materiais que prejudiquem a aderência ao concreto.

O corte e a dobra deverão seguir rigorosamente os desenhos do projeto estrutural, utilizando dobradeiras e ferramentas apropriadas. As emendas deverão respeitar o comprimento mínimo de ancoragem e sobreposição definidos no projeto ou, na ausência, as normas NBR 6118 e NBR 14931.

As amarrações serão feitas com arame recozido n.º 18, devendo as peças formarem conjuntos firmes e rígidos, capazes de suportar o lançamento e vibração do concreto sem deslocamentos.

Os espaçadores plásticos ou de argamassa deverão garantir o cobrimento mínimo de 3 cm para fundações e 2,5 cm para vigas e blocos, de acordo com a classe de agressividade ambiental definida para região marítima.

Antes da concretagem, a Fiscalização deverá inspecionar o posicionamento e a integridade das armaduras.

- **3.2.4 – Armação de Aço CA-60 (Ø 3,4 a 6,0 mm)**

Deverá ser utilizado na confecção de estribos e reforços secundários, conforme indicado no projeto estrutural.

As barras deverão ser cortadas e dobradas em bancada apropriada, respeitando o raio de curvatura mínimo e mantendo uniformidade nas dimensões.

Os estribos deverão estar devidamente travados e amarrados às barras principais, assegurando o formato geométrico das peças e evitando deslocamentos durante o lançamento do concreto.

Todo o aço deverá ser armazenado sobre uma superfície firme e seca, protegido contra contato direto com o solo e exposição prolongada à maresia, utilizando lonas ou coberturas adequadas.

- **3.2.5 – Concreto Usinado Bombeado $f_{ck} = 30$ MPa**

Será utilizado concreto usinado bombeado, com resistência característica mínima de 30 MPa, produzido em central dosadora com controle tecnológico certificado. O transporte deverá ser feito em caminhões betoneira, de modo a garantir o tempo máximo de descarga de 90 minutos após a mistura inicial.

Antes do lançamento, deverão ser realizados ensaios de abatimento (slump test), observando a consistência adequada à peça (slump de 8 ± 2 cm). Caso o abatimento não atenda à especificação, o concreto deverá ser rejeitado, sendo proibido o acréscimo de água no canteiro.

Durante o bombeamento, o fluxo deverá ser contínuo e homogêneo, evitando interrupções que possam gerar juntas frias. Em seguida o adensamento será feito com vibrador de imersão, aplicando-se em intervalos regulares para eliminar bolhas de ar e vazios internos.

As formas deverão ser inspecionadas quanto à estanqueidade antes da concretagem, e o lançamento deverá ocorrer em camadas uniformes.

Após o lançamento, deverá ser executada cura úmida por no mínimo sete dias, utilizando lonas, mantas ou aspersão de água.

Serão moldados corpos de prova de cada lote de concreto, devidamente identificados, para ensaio aos conforme NBR 5738 e NBR 5739. Os resultados deverão ser apresentados à Fiscalização para controle da qualidade e aceitação dos serviços.

- **3.2.6 – Ensaio de Resistência à Compressão Simples do Concreto**

O controle tecnológico do concreto compreenderá a moldagem, cura e ensaio de corpos de prova cilíndricos, conforme as normas NBR 5738 (preparo e cura) e NBR 5739 (ensaio à compressão).

A amostragem deverá ser realizada no momento da concretagem e as amostras deverão ser identificadas com número do lote, local da aplicação, data e resistência especificada (fck).

Os corpos de prova deverão ser encaminhados a laboratório tecnicamente habilitado, permanecendo sob cura normal até o momento do ensaio. Os resultados deverão ser registrados em relatório técnico e arquivados junto ao diário de obra.

Caso os valores obtidos sejam inferiores ao fck de projeto, a Fiscalização e o responsável técnico deverão avaliar as medidas corretivas necessárias, podendo incluir ensaios complementares, provas de carga ou reforço estrutural.

4. VEDAÇÕES E ESQUADRIAS

- **4.1. GUARDA-CORPO EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO**

O guarda-corpo deverá ser confeccionado em tubos de aço galvanizado de 1 ½”, conforme dimensões, alinhamento e altura indicados em projeto.

A montagem deverá garantir estabilidade, resistência e segurança aos usuários, atendendo às normas de segurança aplicáveis.

As soldas deverão ser contínuas, bem executadas e lixadas, sem rebarbas, trincas ou imperfeições.

Após a montagem, as superfícies deverão ser limpas e receber tratamento anticorrosivo, assegurando durabilidade em ambiente marítimo.

A fixação será feita com chumbadores metálicos ou argamassa polimérica, de modo a garantir perfeita ancoragem à estrutura de concreto.

Todas as peças deverão ser conferidas quanto ao prumo, alinhamento e acabamento antes da aplicação da pintura.

- **4.2. PINTURA DO GUARDA-CORPO**

A pintura deverá ser realizada sobre o guarda-corpo metálico, aplicando-se duas demãos de pintura, conforme orientação da Fiscalização.

A superfície deverá estar seca, limpa e isenta de ferrugem, poeira, óleo ou outras impurezas. Antes da aplicação, deverá ser feita a limpeza mecânica com escova de aço ou lixa fina, garantindo boa aderência.

A aplicação deverá ser uniforme, cobrindo totalmente a superfície, conforme planilha orçamentária.

Deverá ser observado o tempo de secagem entre demãos e as condições climáticas adequadas para o serviço.

- **4.3. ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS**

A alvenaria de vedação será executada com blocos cerâmicos furados na horizontal, com dimensões $14 \times 9 \times 19$ cm projeto.

A argamassa de assentamento deverá ser preparada manualmente no traço especificado, garantindo plasticidade e resistência.

As fiadas serão assentadas com juntas horizontais e verticais completamente cheias, mantendo alinhamento e prumo constante.

Deverão ser utilizados blocos inteiros, e os recortes apenas quando estritamente necessários, sendo executados com ferramentas adequadas.

A execução deverá seguir as normas da ABNT NBR 8798 e ser supervisionada pela Fiscalização.

- **4.4. CHAPISCO**

O chapisco deverá ser aplicado como camada de aderência sobre superfícies de alvenaria e concreto, utilizando argamassa no traço 1:3 (cimento:areia).

A aplicação será feita manualmente, com desempenadeira de aço ou colher, lançando a argamassa de forma contínua e uniforme.

A superfície deverá estar previamente umedecida, limpa e isenta de pó ou oleosidade. A espessura média do chapisco será de 3 a 5 mm, e o tempo mínimo de cura antes do reboco deverá ser de 72 horas.

Não será permitido o uso de argamassa com início de pega ou reaproveitada.

- **4.5. REBOCO**

O reboco deverá ser executado em uma ou mais camadas, utilizando argamassa no traço 1:6 (cimento: areia) com aditivo plastificante incorporado à mistura, conforme recomendação do fabricante.

A aplicação deverá ocorrer após a cura do chapisco, garantindo boa aderência entre as camadas. Em seguida a superfície deverá ser desempenada até atingir textura lisa e uniforme, própria para receber pintura.

As espessuras deverão ser regulares e compatíveis com o prumo e o alinhamento da parede. O tempo mínimo de cura será de sete dias antes da aplicação de qualquer revestimento ou pintura.

- **4.6. PINTURA LÁTEX ACRÍLICA FOSCA EXT. COM MASSA E SELADOR**

A aplicação da tinta látex acrílica fosca, deverá ocorrer com prévia utilização de massa corrida e selador acrílico, que serão executados como parte da preparação e acabamento das superfícies.

O selador acrílico deverá ser aplicado de forma uniforme, seguido da aplicação de massa corrida, que, após seca, deverá ser lixada e regularizada, de modo a remover imperfeições, resíduos de poeira e quaisquer partículas soltas que possam comprometer a aderência e uma superfície uniforme.

A pintura será executada em três demãos, respeitando-se um intervalo mínimo de 4 horas entre cada aplicação e observando-se as condições ambientais adequadas recomendadas pelo fabricante.

O acabamento deverá apresentar superfície homogênea, livre de manchas, bolhas, descascamentos ou diferenças de tonalidade.

5. ATERRO DA CABECEIRA DO TRAPICHE

- **5.1. ATERRO COMPACTADO**

O aterro deverá ser executado com material granular selecionado, isento de matéria orgânica e detritos.

Antes da execução, será feita a limpeza e regularização da área, retirando material decomposto ou instável.

O material será lançado em camadas de até 30 cm, compactadas mecanicamente até atingir 95% do Proctor Normal (NBR 7182).

A compactação deverá ser acompanhada pela Fiscalização, com controle de umidade e densidade.

Em caso de lençol freático elevado, será necessária camada drenante com brita nº 1 e manta geotêxtil.

A superfície final deverá ficar regular, nivelada e firme, apta a receber o pavimento ou estrutura de ligação.

- **5.2. REATERRO DE VALAS E CAVAS**

O reaterro deverá ser feito com material limpo e adequado, em camadas sucessivas de até 20 cm, devidamente compactadas.

Não será permitido o uso de solo orgânico. E durante o processo reaterro, as tubulações e estruturas deverão ser protegidas contra impactos.

A compactação será executada de forma uniforme, e o controle poderá ser verificado por ensaios a critério da Fiscalização.

Salinópolis/PA, 19 de março de 2026

**WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA
COSTA:02186933209** Assinado de forma
digital por WESLEN
CRISTHIAN AVIZ DA
COSTA:02186933209
WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
ENGENHEIRO CIVIL – CREA/PA: 15172642-7
DECRETO Nº 008/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA

OBJETO: Construção de Trapiche na Comunidade Santo Antônio do Urindeua – Salinópolis/PA

UNIDADE DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)

ENDEREÇO DA OBRA: Estrada Salinópolis- Cuiarana, S/N, localidade do Cuiarana, Cep: 68721-000, Salinópolis/Pa.

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
1	Estudos preliminares incorretos ou erros nos projetos (ex.: incompatibilidades entre os projetos arquitetônico, estrutural e instalações)	Baixa qualificação técnica e/ou desconhecimento das especificidades para obras de infraestrutura portuária/fluvial (trapiches) por parte da equipe de engenharia e arquitetura responsável pela elaboração e ajuste do projeto.	Planejamento	Contratante	
Impactos					
1. Realização de ajustes durante a execução da obra; 2. Paralisação da obra; e 3. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					

1. Utilização do projeto referencial disponibilizado pela secretaria de Obras; 2. Uso de metodologias como BIM para antecipar e corrigir problemas ainda na fase de projeto; 3. Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra.					
Ações de Contingência					
1. Contratação de equipe para revisão técnica e ajuste dos projetos.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
2	Intercorrências no processo licitatório	Falta de planejamento adequado, documentos preparatórios inadequados e/ou incompletos	Planejamento	Contratante	
Impactos					
1. Impugnação do edital; 2. Contratação ineficiente, não atingindo o seu objetivo; 3. Empresa contratada sem qualificação técnica, causando problemas durante a execução; e 4. Licitação deserta.					
Ações Preventivas					
1. Realização do planejamento da licitação por equipe técnica adequada e qualificada; e 2. Elaboração dos documentos preparatórios com zelo e baseados nas boas práticas e na legislação vigente.					
Ações de Contingência					
1. Retificação dos documentos convocatórios; e 2. Realização de um novo processo licitatório.					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
3	Seleção de empresa sem capacidade de execução	Imperícias quando da elaboração dos documentos de planejamento da contratação e/ou não avaliação dos critérios estabelecidos no edital de forma satisfatória	Planejamento	Contratante	
Impactos					

<ol style="list-style-type: none"> 1. Contratação de empresa sem qualificação; 2. Problemas na execução da obra. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração dos documentos preliminares do processo licitatório por equipe técnica qualificada; 2. Estabelecimento de critérios claros e objetivos para comprovação. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Sanções administrativas à empresa contratada; 2. Rescisão do contrato; 3. Convocação de empresa cadastrada no certame. 					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
4	Atrasos na obtenção de licenças (ambientais, autorizações de órgãos competentes, Corpo de Bombeiros, Capitania dos Portos, quando aplicável)	Desconhecimento dos critérios para obtenção destes documentos; demanda reprimida dos órgãos responsáveis pela emissão das licenças e autorizações.	Planejamento	Contratante e/ou Empresa Contratada	
Impactos					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso no início da obra; 2. Reajustes no orçamento dado o tempo decorrido; e 3. Necessidade de complementação do projeto. 					
Ações Preventivas					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Protocolo dos pedidos de licenciamento e autorizações em tempo hábil para emissão, observando os prazos dos órgãos competentes; 2. Acompanhamento sistemático da tramitação das licenças junto aos órgãos responsáveis. 					
Ações de Contingência					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Adequação do cronograma de execução em função dos prazos efetivos de concessão das licenças; 2. Adoção de licenças ou autorizações parciais/prévias, quando juridicamente possível, para início de etapas que não causem dano ambiental ou contrariem exigências dos órgãos competentes. 					

3. Utilização de licenças prévias, quando aplicável, para início de obra					
Número	Risco	Causa do risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
5	Processo licitatório fracassada, deserta ou contratação insatisfatória	Proposta com preço inferior ao valor de mercado.	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio
Impactos:					
1. Possível contratação de empresa sem capacidade financeira para a execução dos serviços ou descumprimento de requisitos legais, resultando em atrasos, paralisação ou necessidade de rescisão contratual.					
Ações preventivas:					
1. Realizar pesquisa de preços de acordo com as normas e orientações vigentes, utilizando bases confiáveis (SINAPI, SEDOP, SICRO, etc.); 2. Definir preço estimado de referência de forma realista, com adequada composição de custos e BDI.					
Ações de contingência:					
1. Identificar e corrigir inconsistências observadas nos Estudos Técnicos Preliminares e na Pesquisa de Preços; 2. Revisar o edital e, se necessário, republicar o certame com ajustes.					
Número					
6	Falhas e atrasos na execução	Imperícia da empresa contratada	Gestão do contrato	Empresa Contratada	
Impactos	Alterações das condições econômicas para aquisição	Crises econômicas, alterações nas legislações tributárias, escassez de matéria-prima e/ou mão de obra	Gestão do contrato	Contratada e/ou Empresa contratada	

	de materiais e remuneração dos serviços				
1. Obras com vícios de execução; 2. Necessidade de refazimento de serviços; 3. Paralisação da obra; e 4. Aumento do custo final da obra.					
Ações Preventivas					
1. Elaboração de cronograma de execução de obra considerando o prazo para fornecimento dos materiais; 2. Especificar de forma adequada o objeto e exigências de qualificação técnica suficientes para apresentação de proposta condizentes com a necessidade da administração Pública Implementação de revisão técnica aprofundada e compatibilização dos projetos antes do início da obra; 3. Acompanhamento e fiscalização técnica da execução da obra pelo responsável técnico da fiscalização; 4. Auditorias técnicas regulares durante a execução; e 5. Definição clara de padrões e critérios de aceitação dos materiais e serviços.					
Ações de Contingência					
1. Glosa dos serviços que não apresentarem os critérios de aceitabilidade técnica; 2. Rescisão do contrato, caso necessário; e 3. Convocação das demais empresas classificadas, caso necessário. 4. Negociação para ajuste dos preços conforme Lei nº 14.133/2021					
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocação de Responsabilidade	Nível do risco (I x P)
7	Problemas causados por condições climáticas extremas (chuvas, secas)	Condições climáticas extremas	Gestão do Contrato	Administração e Empresa Contratada	
Impactos					
1. Atraso na execução da obra; 2. Desfazimento de serviços executados; 3. Danos em estruturas provisórias ou definitivas.					
Ações Preventivas					

1. Previsão de tecnologias e soluções construtivas adequadas para suportar intempéries e variações de maré;
2. Planejamento do cronograma com consideração de períodos de maior incidência de chuvas ou marés críticas;
3. Contratação de seguro que abarque tais situações, quando economicamente viável.

Ações de Contingência

1. Acionamento do seguro, quando existente e aplicável;
2. Refazimento dos serviços danificados, com eventual reprogramação do cronograma e análise de responsabilidades;
3. Adoção de medidas adicionais de proteção provisória às estruturas.

Salinópolis/PA, 08 de maio de 2026.

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA:02186933209 Assinado de forma digital por
WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA
COSTA:02186933209

WESLEN CRISTHIAN AVIZ DA COSTA
ENGENHEIRO CIVIL – CREA/PA: 15172642-7
DECRETO Nº 008/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS/PA





ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



ANEXO IV – ATESTADO DE VISTORIA OU DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Processo nº. XXX/XXX/20__

Concorrência nº. XXX – PMS/OS

OBJETO:

Empresa:

Responsável legal da empresa:

CNPJ nº

Endereço:

Fone:

E-mail:

Atestamos que a Empresa _____, através do seu responsável técnico, Sr. _____ engenheiro civil, CREA nº. _____, visitou o local da obra, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação relativa ao Edital nº. xxxxxxxx /202x .

OBSERVAÇÕES:

(cidade), _____ de _____ de 20__.



**ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**



Responsável técnico de acompanhamento

OU

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

Processo nº. XXX/XXX/20__

Concorrência nº. XXX – PMS/PA

OBJETO:

Empresa:

Responsável legal da empresa:

CNPJ nº.:

Endereço:

Fone:

E-mail:

Declara que renuncia à Visita Técnica ao local e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº....., e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

(cidade), de de 20__.

Assinatura do responsável



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

À Central de Licitações e Contratos – PMS

Concorrência n.º ____/202x

Processo Administrativo n.º ____/____/202x

Sessão Pública: Dia ____/____/202x, às 09 horas (horário de Brasília/DF)

A empresa _____, CNPJ nº _____,
_____, domiciliada à Av/Rua _____ (endereço completo) _____, apresenta, por meio desta, PROPOSTA DE PREÇOS no valor global de R\$ _____ (_____), objetivando a execução da obra especificada no Termo de Referência e Projetos Executivos (Anexo I e II).

I - DO OBJETO DA PROPOSTA

1.1. O objeto da presente PROPOSTA COMERCIAL é a indicação de VALOR GLOBAL para a execução completa, inclusive com fornecimento de materiais e equipamentos, por meio de contratação integral, da obra objeto do Processo de Licitação em tela, observadas rigorosamente todos os projetos técnicos, especificações, encargos, prazos e condições gerais detalhadas no Termo de Referência e Projetos Executivos (e seus anexos).

1.2. Faz parte integrante deste PROPOSTA COMERCIAL as planilhas de detalhamento do ORÇAMENTO-PROPOSTA e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, e demais documentos necessários à execução do objeto, observados os modelos e parâmetros utilizados pela Administração na orçamentação.

II - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

2.1. O prazo de validade da presente proposta é de _____ (_____) a partir da abertura do certame.

III - DAS DECLARAÇÕES

3.1. Por meio desta Proposta Comercial, DECLARAMOS que na elaboração da presente proposta:

a) não alteramos quaisquer quantitativos de serviços e materiais, bem como etapas e prazos previstos nas planilhas do orçamento-base e cronograma elaboradas pela Administração;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



b) optamos pelo regime de encargos sociais (onerado/desonerado) _____, nos termos do regime de tributação adotado pela empresa junto a Receita Federal (cf. comprovação anexa);

c) somos absolutamente responsáveis pelos trabalhos técnicos de levantamento e de cotações de preços de mercados realizados para fins de elaboração da presente proposta comercial, não sendo cabível quaisquer questionamentos para fins de alterações do valor proposto por erros, falhas ou omissões; e,

d) todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução do futuro Contrato foram considerados por ocasião da elaboração desta proposta comercial, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus, encargo ou custo.

(cidade/estado),

de

de 20__.

Responsável Legal pela Licitante

Observações: Emitir em papel que identifique a licitante.





ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO;

MINUTA DO CONTRATO

Processo Administrativo nº

CONTRATO	ADMINISTRATIVO	Nº
...../202x,	QUE FAZEM ENTRE	A
PREFEITURA	MUNICIPAL	DE
SALINOPOLIS,	POR INTERMEDIO	DA
.....	E

O MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS por Intermédio da XXXXXX, com sede no xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de SALINÓPOLIS/PA, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nete ato representado (a) pelo (a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado (a) pelo decreto nº XXXXXXXX, Brasileiro(a), estado civil, profissão, com RG nº 00000/UF e CPF nº 000.000.000-00, doravante denominado(a) como CONTRATANTE, e a Empresa XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sito a XXXXXXXX, nº XXX, Bairro: XXXXXXXX, cidade de XXXXXXXX/XX, inscrita no CNPJ sob nº XX.XX.XX/XXXX-XX, neste ato representada por seu sócio proprietário XXXXXXXX, Brasileiro, estado civil, profissão, RG nº 00000/UF e CPF nº 000.000.000-00, residente e domiciliado(a) na Rua XXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXXXXX, denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Concorrência n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este Termo de Contrato.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados
- 1.4 O regime de execução é o de empreitada por preço global

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, PRAZO DE EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

2.1.O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo para execução da obra será de até XXX (XXXX) dias corridos, a partir da assinatura do contrato

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- f) Seja comprovado Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- g) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- h) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração decorrente de atraso de repasse de recursos financeiros pela conveniente;
- i) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- j) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- k) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

2.5. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

MATRIZ DE RISCO:

3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo Contratante:

3.1.1.1. Não liberação do Alvará de Construção;

3.1.1.2. Mudanças no projeto solicitadas pela contratante;

3.1.1.3. Mudanças no projeto para adequação à legislação do Município;

3.1.1.4. Atrasos no início da construção por motivo não imputáveis ao contratado gerando custos adicionais;

3.1.1.5. Eventos não seguráveis que prejudiquem a continuidade das Obras;

3.1.1.6. Mudança de regras que aumentem os custos da obra, exceto aumento de salários;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



3.1.1.7. Atrasos no pagamento dos serviços previstos no cronograma físico-financeiro por parte da contratante.

3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pela Contratada:

3.1.2.1. Dificuldade de cumprir o cronograma da elaboração dos projetos;

3.1.2.2. Mudanças no projeto para adequação à legislação do município;

3.1.2.3. Erro no valor e prazo para execução obra;

3.1.2.4. Problemas verificados durante a execução da obra nos prédios vizinhos;

3.1.2.5. Prejuízos gerados por falta de segurança no canteiro;

3.1.2.6. Prejuízos causados a terceiros pela contratada ou seus subcontratados;

3.1.2.7. Eventos seguráveis que prejudiquem a continuidade das obras;

3.1.2.8. Custos devido a má gestão do projeto;

3.1.2.9. Custos gerados por má execução de serviços por subcontratados;

3.1.2.10. Atrasos causados por manifestações públicas relacionados até 15 (quinze) dias sucessivos;

3.1.2.11. Custos causados por greves, falta de materiais, desconformidade com as especificações da contratante, quaisquer motivos por culpa do contratado;

3.1.2.12. Prejuízos decorrentes de erros na realização das obras verificados pela fiscalização, acabamentos e utilização de materiais inadequados ou fora das especificações;

3.1.2.13. Problemas causados devido a erros nos projetos complementares;

3.1.2.14. Contratada apresenta problemas de caixa que prejudiquem o andamento e conclusão da obra;

3.1.2.15. Problemas decorrentes do projeto ou devido à execução de serviços;

3.1.2.16. Custos gerados por ações de terceiros contra a contratada ou subcontratados.

3.1.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, pelo contratante e pela contratada:

3.1.3.1. Quebra do contrato por problemas diversos;

3.1.3.2. Anulação do contrato por natureza diversa;

3.1.3.3. Atrasos causados por ação de órgãos fiscalizadores



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



3.1.4. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as suas disposições e da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

3.1.5. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses que excluem a sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

3.1.6. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

3.1.7. Matriz de Riscos é cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

3.1.8. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

3.1.9. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

3.1.10. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

3.1.11. Constitui peça integrante deste Edital e do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o **ANEXO III – MATRIZ DE RISCOS**.

3.1.12. A contratada declara ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato, e de ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

3.1.13. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as suas disposições e da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

3.1.14. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses que excluem a sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos e condições a seguir:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



4.1.1 Fica expressamente proibida a subcontratação integral do objeto deste contrato, especialmente quando este constituir o escopo principal da contratação.

4.1.2 A subcontratação fica restrita a um limite máximo de 30% (trinta por cento) do orçamento total.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O Valor Global da contratação é na importância de R\$ (XXXXXXXXXXXXX).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária previstas para o exercício de 20XX, conforme Nota de Empenho nº. XXXX, bem como classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

ELEMENTO DE DESPESA

FICHA FONTE

CLÁUSULA SETIMA– DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI (SICRO) do mês xxxx do ano de yyyy] .

8.2 Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados após o prazo de um ano pelos Índices utilizados pelo PMS/SEMOB, para o setor da Construção Civil, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, após decorrido 01(um) ano do mês base da proposta, que deverá ser o mesmo do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento do PMS/SEMOB.

8.2.1. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data-base da proposta, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 meses.

8.2.1.1. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I_o = Índice de preço verificado no mês do orçamento do PMS/SEMOB

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

8.2.1.2. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes

8.3. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista no subitem 11.3, deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, pelos índices



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme o disposto no Art. 1º, alínea F, da Lei n. 9.494, de 10/09/1997, com a redação dada pelo Art. 5º, da Lei 11.960, de 29/06/2009, após decorridos 30 dias da data da emissão do aceite na nota fiscal devendo ser observado o disposto no Edital e seus anexos .

CLÁUSULA NONA—OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

Além das obrigações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital da Concorrência nº 0XX/2027 são obrigações da CONTRATANTE:

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.2. Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 9.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 9.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



9.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Além das obrigações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital da Concorrência nº 0XX/202x são obrigações da CONTRATADA:

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

10.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

10.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

10.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

10.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

10.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.30. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

10.31. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

10.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.33. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.34. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

10.34.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.35 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.35.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

10.35.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.35.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

10.35.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

10.35.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.35.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.35.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

10.35.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.36. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.37. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com restituição imediata após fiel execução do contrato, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Caberá à contratada manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando a conforme necessário.

11.2. A comprovação da garantia pelo adjudicatário deverá ser efetivada perante a PMS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da contratante, contados da assinatura do contrato.

11.3. A adjudicatária poderá optar por prestar a garantia por uma das seguintes modalidades:

11.3.1. **CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica de caução do PMS, com correção monetária.

11.3.2. **FIANÇA BANCÁRIA** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.3.3. **SEGURO GARANTIA**, no caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da PMS, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

11.4. A PMS restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a SEINF/GEA, nos termos da legislação vigente.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



11.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

11.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

11.8. Quando se tratar de consórcio, a garantia poderá ser apresentada integralmente pela empresa líder do consórcio, ou por cada uma das empresas integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

11.9. A contratante reterá, a qualquer tempo, a garantia de execução da contratada, na forma prevista neste Edital e no Contrato. Do mesmo modo, a Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.10. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.13. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da PMS e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

11.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada. Assim, caso opte pela modalidade seguro garantia, é obrigatório que o adjudicatário contrate a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:
 - (2) Moratória de 0,5% (cinco decimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - (3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça estadual do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



Salinópolis-PA, XX de XXXXXXXXXX de 20XX.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

2.

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

